

ANA PAULA MARTINS CORRÊA BOVO

ANTÔNIO CONSELHEIRO: OS VÁRIOS

Dissertação na área de Literatura Brasileira, apresentada ao curso de Teoria e História Literária, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Miriam Viviana Gárate

Campinas, fevereiro /2007

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B669a Bovo, Ana Paula Martins Corrêa.
Antônio Conselheiro: os vários / Ana Paula Martins Corrêa Bovo. -
- Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : Miriam Viviana Gárate.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Conselheiro, Antonio, 1828-1897. 2. Ficção histórica brasileira.
3. Ficção brasileira - História e crítica. 4. Brasil - História - Guerra de
Canudos, 1897. I. Gárate, Miriam Viviana. II. Universidade Estadual
de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Título em inglês: Antônio Conselheiro : War of Canudos: historical romance.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Conselheiro, Antonio, 1828-1897; Brazilian historical fiction; Brazilian fiction - History and criticism; Brazil - History - Canudos Campaign, 1893-1897.

Área de concentração: Literatura Brasileira.

Titulação: Mestre em Teoria e História Literária.

Banca examinadora: Profa. Dra. Miriam Viviana Gárate (orientadora), Profa. Dra. Suzi Frankl Sperber e Profa. Dra. Antônio Torreão Herrera.

Data da defesa: 28/02/2007.

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Teoria e História Literária.

BANCA EXAMINADORA:

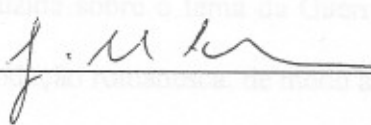
MÍRIAM VIVIANA GÁRATE



ANTONIA TORREÃO HERRERA



SUZI FRANKL SPERBER



GLADYS VIVIANA GELADO

LUIZ CARLOS DA SILVA DANTAS

IEL/UNICAMP

2007

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela
Comissão Julgadora em:

29 / 06 / 07.



2007 30581

Resumo

Tendo em vista a extensa rede textual produzida sobre o tema da Guerra de Canudos, o presente trabalho focaliza especialmente a produção romanesca, de modo a ressaltar o papel da literatura na representação dos acontecimentos. Através da análise da construção da figura de Antônio Conselheiro em alguns romances selecionados, pretende-se atingir o objetivo proposto.

Abstract

In view of the extensive produced literal net on the subject of the War of Canudos, the present work focuses the romanesca production especially, in order to stand out the paper of literature in the representation of the events. Through the analysis of the construction of the figure of Antonio Conselheiro in some selected romances, it is intended to reach the considered objective.

Agradecimentos

A Deus, seja qual for sua forma.

A Miriam Gárate, pela seriedade, sinceridade, compreensão.

Ao meu companheiro Carlos Eduardo, pelo incentivo, pela força e por apontar meus erros e acertos. Obrigada pela sua presença e seu amor.

Ao meu filho, luz da minha vida.

Aos meus pais, por sempre acreditarem em mim, investindo não só dinheiro, mas vida.

A toda minha família – irmãos, avós, primos, primas, tios, tias, sogra e cunhados – pelo carinho e confiança.

Aos amigos que passaram por minha vida, porém jamais passarão. Especialmente aos meus amigos da faculdade, pelas horas na Arcádia, pelas dicas valiosas, pelas prosas fiadas, por serem parte da melhor época da vida.

A todos que de alguma forma contribuíram para a finalização desse trabalho.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
------------------------	----------

1º capítulo – Antônio Conselheiro – Dimensão histórica

1.1 Antônio Conselheiro – o homem.....	7
1.2 Antônio Conselheiro – os vários.....	16
1.2.1 O fanático.....	16
1.2.2 O bandido.....	30
1.2.3 O louco.....	35
1.2.4 O líder.....	40
1.2.5 O peregrino.....	45

2º capítulo - Antônio Conselheiro – Dimensão Ficcional

2.1 Breves palavras sobre uma fecunda relação.....	49
2.2 Uma representação de destaque.....	55
2.3 <u>Capitão jagunço</u>, um romance histórico da década de 50	62
2.4 <u>A casca da serpente</u> – Um romance histórico da década de 80.....	71
2.5 Memórias de frei João Evangelista, o romance	78
2.6 <u>As meninas do Belo Monte</u>, um grito escrito de revolta.....	84

Conclusão.....	94
-----------------------	-----------

Apêndice

I - A cidade de Belo Monte.....	103
II - A guerra de Canudos – a visão da elite ou motivações para o massacre	109
Bibliografia.....	118

A luta da Bahia indica um estado d'alma que em parte alguma da superfície da terra, em época alguma da história, poderia ser produzida pela ação de um ou mais homens inteligentes, com fito político. Ela veio registrar a manifestação de um fenômeno, cuja elaboração deveria ter sido lenta e funda. Admitir-se que a simples ação de um indivíduo possa produzir o fanatismo de um povo, é ser cego, é não conhecer coisa alguma da História ou de Sociologia.

Afonso Arinos

Introdução

Há um número realmente impressionante de textos - livros, artigos, teses, documentários, filmes e outras produções - sobre a Guerra de Canudos, a cidade de Belo Monte e sobre Antônio Conselheiro. Num *site* especializado, o qual reúne inúmeras dessas produções (além de indicações bibliográficas sobre o assunto)¹, podemos constatar o registro de 204 trabalhos somente na categoria livro.

Nesse amplo e diverso universo de representações sobre os acontecimentos em questão e “os seus atores”, a figura de Antônio Conselheiro mostra-se multifacetada e complexa. É um personagem em constante (re)construção. As representações historiográficas e literárias são responsáveis por grande parte desse cabedal.

Antes mesmo do Centenário da Guerra de Canudos, foram lançados alguns trabalhos que se tornaram importantes referências sobre os fatos, como O sertão prometido: o massacre de Canudos, de Robert M. Levine e Canudos: o povo da terra, de Marco A. Villa. As datas

¹ <http://www.canudos@portifolium.com.br>.

comemorativas, se é que se pode falar em “comemoração” nesse caso, servem muitas vezes para reacender os debates em torno de temas e acontecimentos. No centenário da guerra de Canudos, livros, um filme, documentários e encontros científicos - nacionais e internacionais - foram lançados ou realizados.

Alguns autores apontam, como grandes matrizes discursivas sobre a Guerra de Canudos, a tradição euclidiana e a de viés marxista, as quais permeiam toda a produção cultural contemporânea através de história, literatura, quadrinhos, canções populares, produções de cinema e vídeo, peças de teatro etc. Há autores que tomam os anos 40 como o início da redescoberta da história de Canudos. Araújo Sá (acesso em 15/04/06), por exemplo, busca perceber se as novas interpretações questionam ou se inserem dentro dos quadros de uma tradição historiográfica euclidiana, consolidada desde a publicação de Os Sertões, em 1902. De um lado, ele aponta a continuidade da tradição messiânica e milenarista, presente na referida obra euclidiana, em historiadores, pesquisadores da cultura popular, poetas e romancistas como José Calasans, Nertan Macedo, Odorico Tavares, Roger Bastide, Maria Isaura P.de Queiroz, Robert Levine, Vargas Lhosa, entre outros, desde o final dos anos 40 até os dias atuais. Por outro lado, haveria uma possível “ruptura”- talvez fosse melhor chamá-la releitura – da tradição euclidiana pela historiografia marxista, introduzindo novos paradigmas de análise para os movimentos camponeses do passado – luta de classes, movimentos pré-políticos, revolução utópica e socialista -, presente nas obras de Rui Facó e Edmundo Moniz, mas também em

poetas populares como Manoel Inácio do Nascimento, Enoque Araújo, Ivanildo Vilanova, entre outros².

No “confronto” entre várias matrizes discursivas, emerge uma multiplicidade de abordagens e versões sobre a experiência social de Canudos e a liderança de Antônio Conselheiro, indo desde o imaginário construído pela historiografia tradicional, a qual parte da tradição euclidiana – segundo a qual aquela era uma sociedade miserável, ignorante, fruto do abismo cultural entre o sertão/barbárie e o litoral/civilização – até o resgate positivo de Canudos como Aldeia Sagrada, Canaã nordestina, Nova Jerusalém, símbolo de uma reforma agrária possível no século passado, sendo Antônio Conselheiro um reformador social.

Em artigo sobre a historiografia de Canudos, Menezes (acesso em 15/04/2006) nos dá preciosas informações a respeito do discurso histórico sobre esta guerra. Ao analisar um *corpus* composto por compêndios históricos de “autores consagrados”³, ele chega à conclusão que perdura significativo grau de intolerância e de incompreensão teórica sobre esses movimentos dos quais faz parte o de Canudos mesmo entre alguns dos nossos estudiosos aparentemente mais bem instrumentalizados, sobretudo se levarmos em conta a existência de novos estudos que produziram intensa inflexão nos modelos interpretativos, apoiando-se na história das mentalidades, na socioantropologia do imaginário etc.

Rocha Pombo, em sua *História do Brasil*, composta por dez volumes e lançada em 1905, parece ser o primeiro a dedicar um espaço significativo ao movimento de Canudos, até

² Essa é uma maneira de se dividir os estudos sobre o tema. Há outras. Numa divisão conhecida atualmente, fala-se em euclidianos e conselheiristas. Os professor Calasans, por exemplo, faria parte dos últimos, pela maneira como questiona o viés euclidiano.

³ O autor chama de historiografia tradicional “o legado que nos vem sobretudo da produção dos nossos institutos históricos. De algum modo, essa tradição perdura até hoje, inclusive com seu forte vezo positivista de perseguir uma história nitidamente factual (...) Essa historiografia é suficientemente divulgada e conhecida, estando na base da principal produção de nossos manuais de história pátria em todos os níveis.”

então praticamente ignorado pela historiografia tradicional. Nos anos seguintes, vários historiadores, como João Ribeiro, Mário da Veiga Cabral, Oliveira Vianna e João Pandiá Calógeras, por exemplo, dedicam pouquíssimo ou nenhum espaço ao movimento de Canudos, repetindo as mesmas afirmações preconceituosas que vêm caracterizando a postura dessa historiografia em relação a Canudos e outros movimentos populares.

Pedro Calmon parece ser uma espécie de exceção nesse quadro. No conjunto da obra desse renomado historiador, pode-se perceber uma gradativa mudança sobre o tema. Sabemos que é fonte comumente utilizada por muitos estudiosos que desejam saber mais sobre o assunto, principalmente a sua história do Brasil de 1956, na qual dedica muito mais espaço aos fatos em questão e de forma mais crítica. Apesar disso, parece permanecer ainda muito preso à interpretação euclidiana, como, aliás, a maioria de seus contemporâneos.

O panorama parece bem desanimador em relação a compêndios historiográficos publicados por autores bem recebidos e que influenciaram e influenciam fortemente a produção de livros didáticos e a formação do conhecimento histórico dos brasileiros. Apesar de tantos estudos e discussões realizados sobre o tema a partir de metade do século XX, parece que há pouco interesse em desenvolver uma análise crítica dos acontecimentos. E, segundo estudiosos, isso acontece mesmo em autores com orientação marxista, como Werneck Sodrê, ou mesmo entre os mais recentes, como Boris Fausto, Francisco Iglesias, Teotônio dos Santos ou Maria Linhares, por exemplo.

No entanto, nos parece lícito dizer que, se selecionarmos outro *corpus* – o dos trabalhos específicos sobre o tema – o panorama vai parecer bem mais “estimulante”. A partir da década de 50, há a valorização da poesia popular e da “micro-história” nos estudos sobre Canudos realizados pelo professor José Calasans e com as obras publicadas por Nertan Macedo e Odorico Tavares, por exemplo. Há não só mudança no modo de interpretar os

acontecimentos, mas na própria forma de ver a escrita da história. Nos anos 70, adeptos do pensamento marxista, dois autores se destacam: Rui Facó e Edmundo Moniz.

Há também, no centenário de Canudos, dois trabalhos importantes sobre o tema, dos autores já citados Robert Levine e Marco Antônio Villa. Em que pesem as críticas a essas obras, o que não é nosso objetivo analisar, é possível perceber grande interesse em relação aos acontecimentos e às interpretações já efetuadas sobre o assunto. Todos esses textos são parte de uma grande rede de gêneros textuais que fazem o movimento de Canudos e Antônio Conselheiro figurarem entre os episódios e os brasileiros mais estudados de nossa historiografia pátria⁴.

É claramente perceptível em alguns historiadores recentes, como José Antônio Sola, por exemplo, a mudança ideológica - e conseqüentemente discursiva - em relação a Canudos, Antônio Conselheiro e seus seguidores.

Qual é – a seu ver – a maior lição de canudos e qual o conselho que sua história pode dar aos jovens de hoje?

R. Como o próprio Euclides da Cunha disse: “Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história”, e esta é sem dúvida a principal lição que nos é passada. Um dia, centenas de pessoas cansadas de serem oprimidas e exploradas, preferiram largar tudo e criar uma nova comunidade numa região inóspita e inclemente. Apesar de toda a dificuldade, conseguiram erguer uma sociedade e superar os obstáculos impostos pela natureza e posteriormente os criados pelos próprios governantes. Canudos é um exemplo de persistência e perseverança, de um povo que preferiu a morte a ter que renunciar a uma vida humilde, mais digna e igualitária. (...)

Por que você acha que Canudos continua fora dos livros de história e dos programas oficiais?

⁴ Afirmação de José Calasans. *Apud* Benício, Manoel. O rei dos jagunços. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1997.

R. Infelizmente só se passa aos estudantes (...) a idéia de que o Brasil se desenvolveu e evoluiu graças ao desempenho de grandes heróis, como Tiradentes, Caxias ou D. Pedro. Como se eles sozinhos fossem capazes de mudar o rumo da história. Canudos não consta nos livros pois retrata um momento em que o povo toma consciência de sua realidade social e, questionando-a, decide romper com o sistema. (...) Canudos é um exemplo de tenacidade, luta e amor pelo seu semelhante (Sola, 1991, p.8).

Tendo em vista a extensa rede textual a respeito do tema em questão, chama a atenção o fato de boa parte das obras publicadas ao longo do tempo serem romances. A ficção talvez seja, então, um componente importante nessa rede. O objetivo deste trabalho é refletir sobre o papel da literatura na representação dos acontecimentos. Para tanto, serão utilizadas algumas obras literárias. Através da descrição da imagem do líder Antônio Conselheiro, pretendemos ressaltar os estereótipos sobre ele, especialmente os veiculados através dos romances, ou seja, através da construção da personagem em questão.

Desse modo, no primeiro capítulo, a dimensão histórica de Antônio Conselheiro está ligada à reconstituição biográfica de sua vida. Além disso, tomamos como parâmetro os epítetos mais comuns utilizados ao longo do tempo por diversos autores para fazer referência a Antônio Conselheiro de maneira a tornar possível a retomada da sua figura (ou figuras): fanático, bandido, louco, líder ou peregrino. A última forma é a maneira como ele próprio se denominava.

No segundo capítulo, o objetivo é ressaltar a dimensão ficcional do Conselheiro, para o que foi necessária uma introdução a respeito da relação entre literatura e história, já que estamos lidando o tempo todo com essa fronteira na análise de romances históricos. Foram escolhidas cinco obras: Os Sertões, de Euclides da Cunha; Capitão jagunço, de Paulo Dantas; A casca da serpente, de José J. Veiga; As memórias de Frei João Evangelista de Monte Marciano, de Ayrton Marcondes e As meninas do Belo Monte, de Júlio Chiavenato. O

principal critério de escolha foi a data de confecção da obra, privilegiando a produção contemporânea. A expectativa inicial, visto o grande número de trabalhos sobre o tema de Canudos nos últimos vinte anos, era de que os romances contemporâneos estivessem contribuindo para uma espécie de desconstrução da imagem de Antônio Conselheiro.

Há um apêndice ao final, o qual traz informações sobre a cidade de Belo Monte e a Guerra de Canudos. As informações foram tiradas de obras diversas, principalmente historiográficas e podem situar o leitor a respeito dos acontecimentos. Ao mesmo tempo, é interessante perceber como os diversos autores abordam a questão de modo a atender ou de modo a ser coerente com uma determinada concepção de história e/ou historiografia ou com determinada visão sobre o assunto. Dessa forma, como é sabido, não há narrativas neutras⁵; nem em História, nem em Literatura.

1º capítulo – Antônio Conselheiro – Dimensão histórica

1.1 Antônio Conselheiro – o homem

Antônio Vicente Mendes Maciel, também chamado Antônio dos Mares, Irmão Antônio, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro, Bom Jesus Conselheiro, Senhor do Bonfim, Bom Jesus ou, simplesmente, Conselheiro,² líder religioso dos sertões do Nordeste do final do século XIX, comerciante sem êxito, mestre-escola sem diploma, advogado não bacharelado, arquiteto e construtor de capelas e açudes sem formação superior, beato malvisto pela Igreja, pregador sem púlpito, moralista-cristão apaixonado e peregrino errante foi ainda o administrador (autodidata), idealizador e organizador de uma curiosa experiência social sertaneja inspirada na solidariedade do cristianismo primitivo.

⁵ Usamos o termo neutro para nos referirmos a alguma forma de representação dos acontecimentos que não fosse, de algum modo, ideológica e/ou subjetiva.

No Ceará, sua terra natal, Antônio Vicente passou os anos vernais de sua existência e de lá partiu para uma vida nômade pelos sertões nordestinos, após o término de seu casamento com sua prima Brasileira Laurentina de Lima como consequência da revelação da infidelidade da esposa.

Em junho de 1893, Conselheiro e seus seguidores chegam e se estabelecem no município de Monte Santo, Província da Bahia, no povoado conhecido como Canudos, às margens do rio Vaza-Barris, local escolhido para a fundação do seu Bello Monte.

Antônio Maciel nasceu em Quixeramobim, em 13 de março de 1830 e faleceu, conforme depoimento de sobreviventes da *guerra do fim do mundo*, em 22 de setembro de 1897 vitimado por uma *caminheira*,³ segundo uns, ou por um ferimento provocado por estilhaço de granada, de acordo com outros, quando já se esfacelara, entre os escombros de um povoado em chamas pelos fogos de quatro expedições militares e o sacrifício de milhares de brasileiros, o sonho de um sertão diferente e a utopia de uma sociedade mais justa (Martins, acesso em 07/07/06).

Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim. Em sua certidão, está registrado o ano de 1830 como o de seu nascimento⁶. Filho de um vaqueiro que depois se tornou um comerciante de médio porte, até abastado para os padrões da época e lugar, teve acesso à educação formal, freqüentando a escola do professor Ferreira Nobre. Teve noções de português, latim, francês e matemática.

Antônio foi uma criança tímida e estudiosa. Tinha aparência fraca e pálida, já que passava a maior parte do tempo trabalhando para o pai, a portas fechadas. Sua compleição física era tipicamente nordestina: ossudo, olhos negros, nariz aquilino, mãos e pés pequenos. O garoto possuía uma tez morena, característica posteriormente atribuída a um ancestral indígena Calabaça. Podemos perceber o alcance das designações raciais na Brasil do século XIX pelo fato de Antônio ter sido registrado como pardo ao nascer, sendo que alguns cronistas que o viram descreveram-no como “branco” (Levine, 1995, p.182).

⁶ A certidão pode ser vista no site www.portifoiium.com.br, no link documentos raros.

Levine (1995) afirma que o pai do Conselheiro era dado a “rompantes de fúria e ao consumo excessivo de álcool”. Mas, na verdade, há diversas descrições desse indivíduo, até mesmo opostas. Euclides da Cunha, por exemplo, diz que era “homem irascível, mas de excelente caráter, meio visionário e desconfiado, mas de tanta capacidade que sendo analfabeto negociava largamente em fazendas, trazendo tudo perfeitamente contado e medido na memória, sem mesmo ter escrita para os devedores” (Cunha, p. 157). Já Moniz (1978) revela que era “homem cordato, que submetia-se em silêncio” (às vontades da segunda mulher, a qual maltratava os filhos do primeiro casamento dele).

Em relação à mãe do Conselheiro, diz-se que foi responsável pela rígida disciplina religiosa que este viveu na primeira infância, mas ela faleceu quando ele tinha apenas seis anos. O pai casou-se novamente pouco tempo depois e parece certo que o menino não era bem tratado pela madrasta⁷.

Depois de alguns anos, Vicente Mendes Maciel, o pai de Antônio, após ter conseguido uma posição razoável financeiramente, começou a declinar. Quando ele morreu, Antônio Vicente tinha vinte e cinco anos e ficou responsável pelas dívidas e por três irmãs solteiras. Casou-se alguns anos depois com uma prima de quinze anos e, após liquidar os negócios do pai e casar as irmãs, mudou-se com a família várias vezes e chegou a exercer os ofícios de professor, balconista e rábula. Em Ipu houve um triste acontecimento: a esposa, já mãe de dois filhos⁸, fugiu com um soldado. Em relação às crianças, também há controvérsias, pois não se

⁷ Levine afirma que Maria Chana, mãe de Antônio Vicente era, na verdade, a segunda esposa de seu pai, tendo este, se separado da primeira após espancá-la até quase a morte. Mas em nenhuma outra fonte pesquisada aparece essa versão.

⁸ Parece que não há registros oficiais acerca do primeiro filho do casal.

sabe ao certo se ficaram com Antônio, que as teria deixado posteriormente com a sogra, ou foram levados por Brasilina Laurentina de Lima, sua esposa.⁹

Um ano depois, Antônio passa a peregrinar por diversas cidades exercendo vários ofícios. Segundo Ataliba Nogueira (1978), “tais circunstâncias tornam verossímil a suposição de que passou a procurar, por toda a parte, a mulher e seu sedutor para vingar-se exemplarmente, tal o ódio aos traidores da sua confiança. Não há outra explicação para sua vida andeja. Sua presença é notada em muitos pontos do Ceará. Tudo, porém, em vão. Não os encontrou nunca” (Nogueira, 1978, p.5).

Sabe-se, entretanto – fato omitido pelo estudioso acima mencionado – que depois desse desenlace, volta a Tamboril e passa a viver com Joana Imaginária, uma artesã que fazia santos. Com ela tem um filho¹⁰. Alguns dizem que o misticismo de Joana Imaginária marcou profundamente o espírito de Antônio Vicente, e que data daí o começo de sua transformação. De fato, muitas são as suposições, poucas as certezas. Ao que parece, Antônio fica com essa nova família por curto período, retomando sua vida andeja alguns anos mais tarde. Mas somente após um processo que sofre, em 1871, de um credor¹¹ – por causa disso é obrigado a vender seus poucos bens – é que realmente ressurge, após um período em que não há notícias confiáveis sobre ele, como um peregrino.

Apesar de ter recebido a comunicação da sentença através de um oficial de Justiça, Antônio Vicente não tomou nenhuma medida para postergá-la, mesmo conhecendo perfeitamente os trâmites processuais desde a época de rábula. Em 2 de outubro teve seus bens penhorados: duas éguas, quatro potros, um novilho, um bezerro, um relógio de prata, uma corrente de ouro para relógio, um

⁹ O mais provável é que tenham sido levados pela esposa. Alguns historiadores dão a sogra de Antônio como morta já na data do casamento deste.

¹⁰ Manoel Benício dá uma versão diferente dos fatos: primeiro ele diz que Antônio teve um caso com Joana, que a esposa ficara sabendo de tudo, inclusive do filho, e só depois é que ela o teria traído. (Benício, 1997, p. 21)

¹¹ José Nogueira de Amorim move uma ação contra Antônio Vicente Maciel para o pagamento de uma quantia de 168\$268, considerada uma quantia insignificante (Villa, 1995, p. 16).

colete, um chapéu e um paletó. Notificado da penhora, Antônio deixou ir a leilão seus bens suficientes para pagar a dívida. Em seguida, abandonou Quixeramobim e saiu do Ceará (Villa, 1995, p.16).

Durante alguns anos, o cidadão Antônio Vicente Mendes Maciel parece desaparecer. Euclides afirma que “passaram-se dez anos. O moço infeliz de Quixeramobim ficou de todo esquecido. Apenas vez ou outra lhe recordavam o nome e o termo escandaloso da existência, em que era *magna pars* um Lovelace de coturno reiúno, um sargento de polícia. Graças a esse incidente, algo ridículo, ficara nas paragens natais breve resquício de sua lembrança. Morrera por assim dizer” (Cunha, p.159).

Na verdade, não ficou “desaparecido” por tanto tempo. Em 1874, o jornal *O Rabudo* publica o que virá a ser a primeira menção da imprensa sobre o peregrino Antônio Conselheiro. O jornal diz que um certo Antônio dos Mares, procedente do Ceará, trajando camisolão azul, com longos cabelos e pés descalços pregava sobre a moral e costumes em geral. Não aceitava esmolas e pouco se alimentava Organizava com seus primeiros adeptos a restauração da igreja Rainha dos anjos, na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, na Bahia. Nesta época, Sílvio Romero, promotor da Comarca de Estância, Sergipe, onde era editado *O Rabudo*, registrou duas quadras sobre Antônio Conselheiro (Villa, 1995, p.18):

Do céu veio uma luz

Que Jesus Cristo mandou;

Sant’Antônio Aparecido

Dos castigos nos livrou

Quem ouvir e não aprender,

Quem souber e não ensinar,

No dia do Juízo

A sua alma penará!

Essa espécie de isolamento periódico dos peregrinos é comum no cristianismo. Segundo a tradição, é durante esse período que a pessoa adquire o poder espiritual necessário para a sua missão. Em relação a Antônio Conselheiro, é difícil dizer quais foram o motivo e o momento exatos de sua transformação, parecendo mais razoável atribuí-la a uma série de fatores e tomar tal período de isolamento como o ápice de um processo que converteu o cidadão Antônio Vicente Mendes Maciel no beato ou peregrino Antônio Conselheiro.

A partir de 1874, esse personagem, vestido com uma túnica azul, com barbas e cabelos crescidos, passa a percorrer o sertão baiano, visitando também outros estados. Levava uma vida ascética, vivia do que lhe ofereciam, pregava ao povo e tomava para si a tarefa de (re)construir cemitérios e igrejas. Formava também mutirões para erguer barragens. Hoje sabe-se não haver nada de herético nas pregações do missionário, o qual era proveniente de uma população cujo catolicismo era em boa dose autodidata, já que os quadros da igreja eram sabidamente insuficientes para zelar pela população mais afastada dos grandes centros. No sertão era comum esse tipo de andarilho. Segundo Maestri (1997), era uma forma de “ascensão social”, pois estes indivíduos eram respeitados e cumpriam um papel para aquelas pessoas carentes de tudo. Papel esse que não se confundia com o dos padres. O Conselheiro até que era benquisto por alguns párocos da região, mas devido às determinações do alto clero da igreja, proibindo pregações de leigos e até do clero secular, o apoio dos padres foi rareando cada vez mais.

(...) Antônio Conselheiro praticava jejuns prolongados e levava uma vida de absoluta retidão moral. Em 1876, suas atividades foram assim descritas pela *Folhinha Laemmert*, um anuário do Rio de Janeiro: “Apareceu no sertão no norte um indivíduo que se diz chamar Antônio Conselheiro e que exerce grande influência no espírito das classes populares servindo-se de seu exterior misterioso e costumes ascéticos. (...) Vive a rezar ladainhas a pregar e dar conselhos às multidões que reúne.” Antônio Conselheiro movimentava-se com liberdade e era bem-recebido. (...) Costumava ser bem-vindo mesmo nas vilas onde residiam membros do clero regular, e há inúmeros depoimentos de padres atestando a pureza de suas pregações (Villa, pág.27).

O Conselheiro desagradava autoridades eclesiásticas, civis e senhores da terra, seja por suas divergências em relação ao novo governo, seja por pregar contra injustiças sociais. Na verdade, ele baseava suas pregações em livros muito conhecidos, tais como *Missão Abreviada* e *Horas Marianas* e, apesar do caráter enigmático de algumas profecias, costumava tomar por tema fatos da vida cotidiana. Embora o epíteto subversivo seja questionável se aplicado a ele, era reconhecidamente solidário aos sertanejos no que tangia aos problemas enfrentados por esses em seu dia-a-dia, os quais tinham essencialmente a ver com a condição de vida dessas pessoas, esquecidas como cidadãos e exploradas como força de trabalho.

Em 1882, O arcebispo de São Salvador da Bahia, D. Luís José dos Santos, envia circular ao clero do centro, proibindo que os vigários mantivessem entendimentos com o Bom Jesus Conselheiro, impedindo suas pregações. Mas muitos vigários do interior não cumpriram a ordem do arcebispado. Segundo Levine (1995), a primeira tentativa de impedir as atividades do Conselheiro coincide com a decisão tomada em conjunto por Cícero Dantas Martins – futuro barão de Geremoabo – e pelo arcebispo de Salvador para neutralizar sua crescente influência sobre o povo. A carreira do barão simboliza a complexidade das relações da elite regional. Nessa época, Cícero Dantas Martins passou a ser o fazendeiro mais afetado pela

ascendência do Conselheiro sobre a população local, tornando-se seu inimigo (implacável, segundo alguns).

Ao pesquisarmos sobre o peregrino em questão, vai-se desenhando um perfil no mínimo contraditório. Parecia fascinante aos sertanejos. Era um orador que marcava vivamente seus espíritos. Para outros, ele representava uma ameaça concreta, seja pelo teor de suas pregações, seja pelo modo de vida que incentivava. Para outros, ainda, essencialmente aqueles que não estavam familiarizados com o mundo sertanejo, ou seja, grande parte das pessoas que faziam parte, por assim dizer, do mundo “letrado” (e que poderiam escrever sobre o assunto), aquele homem, seguido daquela multidão, poderia parecer algo assustador. Porque não era lógico, não era “racional”. Então assustavam-se ou desdenhavam-no.

Logo no início de sua pregação pelos sertões, o Conselheiro é preso. Segundo Villa (1995), Em 1876, em Itapicuru, durante uma pregação, ocorreu um incidente onde morreram três pessoas e a repercussão desse fato, os atritos com padres e delegados e a ampliação da influência religiosa de Antônio no sertão levaram à intensificação das pressões da Igreja. Nesse ínterim, um vigário capitular solicitou do chefe de polícia da Bahia uma providência imediata. Assim, o peregrino foi preso sem que seus seguidores esboçassem resistência¹².

Levado para Salvador, o promotor pediu sua transferência para o Ceará, incluindo na carta de extradição comentários a respeito da má influência que o Conselheiro exercia sobre a gente “ignorante” de Itapicuru e sobre um desacato cometido contra o vigário local. O Conselheiro foi muito maltratado no caminho até Quixeramobim, sua cidade natal. Lá, constatou-se que não havia crime praticado por ele, sendo o mesmo, então, solto. É importante

¹² A versão de Levine é de que a acusação que servira de pretexto para a prisão do Conselheiro era pelo suposto assassinato de sua mãe e esposa (Levine, p.200).

acrescentar que lhe foi solicitada, pelas autoridades baianas, uma vaga num hospício do Rio de Janeiro, a qual foi negada por “falta de vagas”.

Assim, perseguido e pressionado pela Igreja e pelo Estado, sendo tido por tantos como uma ameaça, Antônio Conselheiro resolve estabelecer-se com seus seguidores: funda o arraial de Bello Monte em 1893¹³, após um enfrentamento entre seus homens e uma força policial em Masseté¹⁴. Novamente, parece que a conjunção de fatores é a melhor explicação para a decisão de estabelecer-se em algum lugar, já que a perseguição aumentava cada vez mais, assim como o número dos que o seguiam. Parecia esta uma alternativa: a de fundar uma cidade na qual pudessem viver tranquilos e de acordo com os conselhos de seu mestre. Para isso, foi escolhido um lugar potencialmente fértil e também estratégico.

Depois de estabelecidos, o Conselheiro continuou com suas prédicas, distribuindo funções entre seus seguidores e instigando-os a viver de modo reto e comunitário. Segue a descrição do Conselheiro feita por frei João Evangelista de Monte Marciano um pouco antes da guerra, quando o último foi a Canudos¹⁵:

Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão, os cabelos crescidos e sem nenhum trato, a caírem sobre os ombros. As hirsutas barbas grisalhas mais para brancas; os olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém; o rosto comprido, de uma palidez quase cadavérica; o porte grave, ar penitente... Cearense de cor branca tostada ao sol, magro, alto de estatura, tem cerca de 65 anos, e pouco vigor físico, parecendo sofrer de alguma afecção orgânica, por freqüentes e violentos acessos de tosse a que é sujeito (Marciano, 1895).

¹³ Consta que ele já havia fundado outro povoado, Bom Conselho, onde instalou parte de seus seguidores. Este sítio foi, no entanto, abandonado e ele reuniu todos em Belo Monte.

¹⁴ Ver, neste trabalho, o apêndice “A cidade de Belo Monte”.

¹⁵ Canudos foi o nome dado pelos invasores ao arraial de Belo Monte.

1.2 Antônio Conselheiro – os vários

Para as populações do litoral ele foi um louco, fanático religioso, um criminoso e bandido. Mas, para os sertanejos, ele foi um santo, o Bom Jesus ou o Santo Antônio, que sabia fazer milagres e curas, foi um padrinho generoso e um penitente austero, modelo de vida.

Alexandre H. Otten

1.2.1 O fanático

Num estudo sobre a produção discursiva a respeito de Canudos, Bartelt (acesso em 15/04/06) afirma que quem estuda os jornais da Bahia, Rio ou São Paulo do ano de 1897 percebe a existência de um consenso nacional: em Canudos achava-se um reduto de gente caracterizada como “fanáticos, monarquistas e criminosos”, aglomerados em “hordas ou bandos”, gente de alta periculosidade que deveria ser destruída a todo custo, já que alterava a “ordem pública” com o fim de destruir a República, a qual, conseqüentemente, via-se ameaçada e tinha que se proteger, esmagando o que foi considerado uma “rebelião”.¹⁶

¹⁶ É fundamental ressaltar que “quando se pensa que o jornal era o mais eficiente meio de comunicação de massa no Brasil do final do século, percebe-se o relevo extraordinário que ele pôde ter nesse contexto. É assombrosa a quantidade de jornais e revistas que circulavam pelo Brasil nessa época” (Galvão, 1994, p. 15). Por sinistro que pareça, afirma Galvão, a Guerra de Canudos foi motivo para a produção de farta cópia de material jornalístico no estilo da galhofa. E textos dessa ordem, publicados sem maiores referências, devem merecer hoje tanto crédito quanto as conspirações e cartas autênticas de conspiradores que não cessavam de ser divulgadas pelos jornais. Mas certamente eram lidas, por uma parte dos leitores, pelo menos, com a maior boa fé, e devem ter contribuído em não pequena medida para o clima de pânico que se criara a partir da derrota de Moreira César.

É interessante ressaltar suas observações a respeito do discurso sobre Antônio Conselheiro: esse indivíduo, não podendo ser encaixado totalmente no campo semântico do “selvagem”, como eram percebidos os sertanejos, foi considerado o fanatizador daquela “massa”. Evidentemente que o Conselheiro não podia ser considerado ignorante, pois sabia até latim! Quais eram, então, as categorias aplicadas a Antônio Vicente Mendes Maciel? De acordo com Bartelt (idem), a igreja concentrava-se em dois estigmas: o “herege” e o “doente mental”. A igreja dispunha, portanto, de apenas um argumento intrínseco forte contra o conselheiro e seu séquito: o fanatismo. “O fanatismo é a primordial qualificação do Conselheiro e do seu séquito, repetido em praticamente todos os textos sobre Canudos desde o aparecimento do Conselheiro na Bahia” (ibidem).

Apesar de Antônio Maciel ser culto, especialmente em comparação ao povo de sua região, não era considerado desse modo por muitas pessoas, principalmente as que não eram do lugar. Não é nada incomum os intelectuais, oficiais do exército e jornalistas o chamarem de ignorante em seus textos. Especialmente por causa do seu “fanatismo” religioso. A imagem de fanático ficou muito associada a Antônio Conselheiro. Aliás, esse parecia ser o crime, tamanha a sua gravidade, que justificava qualquer ação contra esse homem e os seus seguidores. Abaixo, segue trecho do artigo escrito sobre o Conselheiro no jornal *O Rabudo*, o qual é considerado o primeiro de uma série de textos publicados pela imprensa da época:

Afinal, foi daí em diante que o tema da campanha invadiu as páginas dos jornais. Mais interessantes e ainda mais inimagináveis contudo, são as conspirações criadas pelos jornais, afirma a autora, “com toda a cobertura jornalística possível, contando com repórteres que vão fazer as investigações, com fontes de informação insuspeita, porém secretas; os leitores são mantidos em suspenso durante vários dias ou semanas, para ao fim não chegarem a saber qual é a verdade, mesmo que tenham torcido para que os culpados sejam descobertos e punidos exemplarmente” (Galvão, p. 47 e 48).

“O nome dos bemfeitores da humanidade é esquecido e conservada fatalmente a memoria dos que a flagellarão, se não ignorarmos o nome dos que descobrirão e popularisarão os venenos mais subtis (...)

A bons seis meses que por todo o centro desta e da Provincia da Bahia, chegado, (diz elle,) do Ceará infesta um aventureiro santarrão que se apellida por Antonio dos Mares: o que, avista dos apparentes e mentirosos milagres que disem ter elle feito, tem dado lugar a que o povo o trate por S. Antonio dos Mares. Esse mysterioso personagem, trajando uma enorme camisa azul que lhe serve de habito a forma do de sacerdote, pessimamente suja cabellos mui espessos e sebósos entre os quaes se vê claramente uma espantosa multidão de bixos (piôlhos). Distingue-se elle pelo ar mysterioso, olhos baços, téz desbotada e de pés nus; o que tudo concorre para o tornar **a figura mais degradante do mundo.** Anda no character de missionario, pregoando e ensinando a doutrina de Jesus Christo, diz. Suas predicas consistem na prohibição dos chales de merinó, botinas, pentes; e não comer se carne e cousas dõces nas sextas e sabados. Tem levantado latadas em diversos lugares e por onze dias arrastado o povo a seos concelhos sendo tudo bem semelhante a uma missão de cujas ordens se acha revestido.

O fanatismo do povo tem subido a ponto tal que affirmão muitos ser o proprio Jesus Christo e disem mais, que fora dos conselhos de tal santo não haverá sertamente salvação; beijão-lhe a veste sebosa com a mais fervente adoração! (...) É incalculavel os prejuizos que teem soffrido os pobres pais de familia; pois vêem todo o fructo de suas fadigas tornando em cinzas logo apoz ás predicas do misterioso saltimbanco. (...) Pedimos providencias a respeito: seja esse homem capturado e levado a presença do Governo Imperial , a fim de prevenir os males que ainda não forão postos em prática pela auctoridade da palavra do Fr. S. Antonio dos Mares moderno. **Dizem que elle não teme a nada, e que estará a frente de suas ovelhas. Que audácia! O povo fanático sustenta que n'elle não tocarão;** Já tendo se dado casos de pegarem em armas para defendel-o. Para qualquer lugar que elle se encaminha segue-o o povo em tropel, e em número fabuloso: Acha-se agora em Rainha dos Anjos, da Província da Bahia, erigindo um Templo " (grifos meus) (acesso em 15/04/06).

Desde a primeira notícia acerca do Conselheiro, já se nota o tratamento belicoso por parte da imprensa, o qual lhe será dispensado por toda a sua existência e que o classifica como um fanático, literalmente (e às vezes metaforicamente) sujo e mal-intencionado indivíduo, o qual precisaria ser detido rapidamente. A perseguição ao Conselheiro, como podemos perceber, começa em pleno regime monárquico.

Sílvio Romero, conhecido intelectual, recolhe quadras populares sobre Antônio Conselheiro e o descreve em termos mais amenos que o folhetim acima, mas também como um fanático:

Chamava-se Antônio e o denominavam o Conselheiro. (...) Pedia esmolas e só aceitava o que supunha necessário para a sua subsistência, no que divergia de nossos mendigos vulgares. (...) Era um missionário a seu jeito. Com tão poucos recursos fanatizou as populações que visitou, que o tinham por Sant'Antônio Aparecido!" (Sílvio Romero *apud* Villa, 1995, p.18) (grifo meu).

Todos os correspondentes de guerra encaram a cidade de Canudos como reduto do fanatismo. Benício (1997) faz sempre referência à resistência "fanática e pavorosa" dos jagunços, a qual o impressionava vivamente. Mesmo Lélis Piedade (*apud* Galvão, 1994), geralmente condescendente com o sertanejo, culpa Antônio Conselheiro e seu bando "fanático e imbecil" pela guerra fratricida. Alguns vão mais além, ultrapassando o campo semântico do fanatismo-criminalidade, e transformam o chefe de Canudos num verdadeiro monstro, como é o caso de Manuel Figueiredo, por exemplo, do jornal *A notícia*:

O Conselheiro, que nos momentos mais críticos não dispensa de pregar às turbas, embora aos cânticos das mulheres responda o troar contínuo dos canhões (...) arrancando gritos lancinantes dos feridos, conserva-se como a fera bravia, dentro do seu antro, de onde ulula, expedindo ordens de extermínio (Galvão, 1994, p. 408).

Há um outro trecho também de Manuel Figueiredo, no qual ele afirma ter ouvido de uma jagunça o seguinte: em Canudos, todos usavam bentinhas distribuídos pelo Bom Jesus para afastar todo tipo de mal e que também usavam o pó de suas fezes para curar feridas. Para vencer essa gente fanatizada, afirma o repórter, só “exterminando o seu ídolo, exterminando um a um, e, em seguida, deitando fogo ao antro do celerado Conselheiro” (Galvão, 1994, p. 456). Bem, parece que ele conseguiu ser ouvido...

Dessa maneira, vamos percebendo claramente o campo semântico usado pela imprensa da época quando se referia ao Conselheiro. Políticos e intelectuais diversos também partilhavam das mesmas opiniões. Em reportagem concedida ao repórter Fávila Nunes, o governador Luis Vianna, muitas vezes acusado de monarquista e de ter, por isso, acobertado os habitantes de Canudos, responde aos seus acusadores e define Canudos nos mesmos termos usados pela elite e pela imprensa:

Canudos é um desses acidentes que de quando em vez aparecem e para os quais concorrem múltiplas causas sem que a providência completa dos homens e dos governos possa prever. Na mensagem que dirigi ao senhor Presidente da República sobre tais acontecimentos, expliquei como organizou-se e cresceu a horda de fanáticos, a princípio de meras crenças religiosas e depois prejudicial à ordem pública, porque já não conheciam nem obedeciam às leis a autoridades e, levada pela necessidade, começava a extorquir, a título de esmolas, e muitas vezes com roubo os proprietários vizinhos. (...) Canudos atualmente está sendo uma exploração contra o governo da União e do Estado, e muitos, que se dizem bons republicanos, conheço eu desejariam ardentemente que os fanáticos levassem a melhor. Os meus antecessores, entre os quais existem alguns que hoje acusam desbragadamente o governo da Bahia, nunca se lembraram de bater e perseguir aqueles fanáticos (grifos meus) (Galvão, 1994, p.140).

Os estudantes de medicina da Bahia daquela época ficaram conhecidos pela sua recusa em participar das comemorações pelo triunfo das forças republicanas em protesto às violências cometidas na guerra, como a prática da degola. Depois de terminado o conflito armado, repudiam o “extermínio atroz” dos submetidos, o que delustraria a vitória, transformando-a numa vitória sem justiça, sem heroísmo. Entretanto, no primeiro manifesto publicado sobre o assunto, com o intuito de defender a Bahia da acusação de ser um estado monarquista, os estudantes, como quase todos os intelectuais e membros das elites, fazem coro em prol do extermínio de Canudos.

(...) um homem, um degenerado, -produto natural da hereditariedade psíquica, abalava o rude espírito das populações incultas, ao nordeste da Bahia (...) O fanatismo rebelado em Canudos é uma nódoa, uma vergonha que cumpre extinguir de pronto e por completo (Trecho do Manifesto dos Estudantes de Medicina da Bahia, publicado em 1º de abril de 1897 na *Gazeta de Notícias*).

Nos escritos da época, há um documento de fundamental importância para o desenrolar dos fatos: é o relatório do frei João Evangelista. Esse texto, o primeiro documento oficial acerca da cidade de Belo Monte, teve o seu papel no desfecho dos acontecimentos, já que é claramente contrário às ações de Antônio Conselheiro e seus adeptos e seu autor tem, antes mesmo de chegar à cidade, um objetivo definido: dispersar aquelas pessoas, acabar com aquela “seita”. O frade demonstra já ter a opinião formada antes mesmo de conhecer aquele homem e aquela gente. Mas como ele passou algum tempo em Canudos como missionário a pedido das autoridades religiosas e civis¹⁷, seu relatório provavelmente teve considerável peso nas decisões tomadas posteriormente. Teve também muita influência na imagem que estava sendo construída a respeito dos habitantes de Canudos e seu líder. “Uma seita impostora, maligna e

¹⁷ O arcebispo da Bahia o incumbiu da missão a pedido do próprio governador.

fanática, formada sob a sedução de um fanatizador, sujeito extremamente nocivo à Igreja e ao Estado”: é isso, grosso modo, que se pode deduzir do documento.

(...) Não ignora V. Revma que (...) confiou-me a árdua missão de ir ao povoado dos Canudos, onde se estabeleceu o indivíduo conhecido vulgarmente por *Antônio Conselheiro*¹⁸, a fim de procurar pela pregação da verdade evangélica, e, apelando para os sentimentos da fé católica que esse indivíduo diz professar, chamá-lo e aos seus infelizes asseclas aos **deveres de católicos e cidadãos, que de todo esqueceram e violam habitualmente com as práticas mais extravagantes e condenáveis, ofendendo a religião e perturbando a ordem pública.** (...) Feito isso, e quando me retirava, **os fanáticos** levantavam estrondosos vivas à Santíssima Trindade, ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e ao *Antônio Conselheiro*. (...) Ninguém pode falar-lhe a sós, porque seus pretorianos não deixam, ou receando pela vida do chefe, ou para não lhes escapar nenhum de seus movimentos e resoluções. **Antônio conselheiro, inculcando zelo religioso, disciplina e ortodoxia católica, não tem nada disso; pois contesta o ensino, transgride as leis e desconhece as autoridades eclesiásticas.** (...) **Os aliciadores da seita se ocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para os Canudos** (...) ali, porém, nem é necessário trabalhar, é a terra da promessa, onde corre um rio de leite, e são de cuzcuz de milho os barrancos. (...) Os homens estão sempre armados e, dia e de noite, montam guarda a *Antônio Conselheiro*; **parecem idolatrá-lo** (Marciano, 1895) (grifos meus).

Fica clara a posição do frei em relação aos habitantes do Belo Monte, ao arraial como um todo. Ele faz declarações que contrariam muito o que outros pesquisadores hoje afirmam sobre a cidade, por exemplo, quando diz que o povo não trabalhava. A respeito do Conselheiro, o frei conta que ele não se arrogava nenhuma função sacerdotal, mas também não dava o exemplo de aproximar-se dos sacramentos, fazendo crer com isso que não precisava deles. Devia ser no mínimo preocupante um sujeito com tanta influência não precisar dos religiosos...

¹⁸ Toda vez que o missionário cita o nome de Antônio Conselheiro, este vem em letras diferenciadas; em itálico.

Antônio Conselheiro costuma reunir em certos dias o seu povo para dar-lhes **conselhos, que se ressentem sempre do seu fanatismo em assunto de religião e da sua formal oposição ao atual regime político**, mas, ou para mostrar deferência como missionário, ou para ter meios de dar instruções secretas, absteve-se de falar em público enquanto eu lá estive. Exasperava-os a franqueza e a energia com que o missionário lhes censurava os maus feitos (idem) (grifo meu).

No trecho acima, percebe-se claramente como o missionário estava falando baseado em suas convicções ou conhecimento prévio e não na observação do que acontecia no cotidiano daquele povo, já que fala da pregação de Antônio Conselheiro sem a ouvir. Segundo o frei, a suspensão repentina da missão por causa da agressividade dos habitantes provocara em todos o efeito de um raio e houve dispersão de grande multidão (que não morava ainda em Canudos, mas estava lá para ver os trabalhos da missão), a qual teria dado plena razão a ele. E não quis continuar a missão apesar dos pedidos de uma comissão que se formou para tal fim. O frei considerou que isso era esperteza deles para não caírem no descrédito:

Resisti aos pedidos, e deixei que o meu ato, mais feliz que minhas palavras, acabasse de operar a dispersão daquelas multidões, **presa iminente do fanatismo de um insensato, servido por imbecis ou explorado por perversos** (ibidem) (grifo meu).

Era assim que nos descrevia Antônio Conselheiro. No final do relatório, o frade praticamente convoca o exército quando diz que “aquela situação deplorável de fanatismo e anarquia deve cessar para honra do povo brasileiro”.

Abaixo, seguem alguns depoimentos de pessoas que ouviram o Conselheiro pregando¹⁹:

¹⁹ Depoimentos reunidos por José Calasans (acesso em 15/04/06).

Pálido e magro de magreza esquelética, alto, com os cabelos compridíssimos, enfiado em uma túnica azul, a cuja cinta estava atado um cordão de frade franciscano, do qual pendia um crucifixo...Na cabeleira via-se o pulular dos piolhos... Se a cabeça era assim, as mãos sujas, as unhas compridas e sórdidas; **tudo completava a sua nojenta figura**. O que, porém, lhe dava o tom à fisionomia era o olhar. **O olhar boiava naquela abstração vaga, naquela expressão e cisma indefinível, que caracterizamos místicos os sonhadores, os alucinados**. Fitava um ponto de espaço, olhando sem ver, absorvido em êxtases (Genes Fontes, 1879) (grifos meus).

Seguiu à risca o mesmo ritual dos pregadores sacros. Persignou-se: e as suas primeiras palavras foram um latinório truncado, verdadeiras silabadas na língua de Horácio. O tema do seu conselho versou sobre a família. Falou uma hora mais ou menos. Quando terminou, ajoelhou-se diante de um altar e rezou-se a ladainha. Saiu ao terminar; e **saiu convicto de que o Conselheiro era um fanático** (Caldas Brito, 1892) (grifo meu).

Para mudar a imagem de Antônio Conselheiro, leva-se um tempo. Sob a influência de Os Sertões, os estudiosos, durante muitos anos, praticamente repetiam as impressões que Euclides transmitira sobre ele. Na década de 30, J. da Costa Palmeira lança um livro chamado A Campanha do Conselheiro, o qual nos serve perfeitamente como exemplo disso. Numa biografia que soa preconceituosa demais, confusa às vezes e escassa de dados, Palmeira nos descreve o “taumaturgo”, seus seguidores, a cidade de Canudos e a guerra. Pelo trecho abaixo, é visível o modo como ele inverte causas e efeitos, dizendo que o Conselheiro insurgiu-se contra a República porque ela ousara enfrentá-lo. Além disso, defende a idéia que até o próprio Euclides deixara de lado: a de que Canudos era um foco monarquista. Também descreve os seguidores do Conselheiro como bandidos.

Antonio conselheiro entrára a hostilizar a Republica, em virtude da separação da Igreja da Estado, compelido por seus estos de visionário. Insurgiu-se também contra ella, porque ousára enfrental-o em Maceté. Cumpre salientar que só um homem dotado de grande energia moral podia impor-se, como elle, ás multidões (...) No entanto, facilmente se explica esse domínio(...) era que o Conselheiro agia num ambiente povôado de almas simples e sugestionáveis, no qual imperava o analfabetismo e, sobretudo, a ignorancia dos preceitos do Christianismo. (...) Quase todos esses adventícios deixavam (...) os logares que haviam nascido, em troca da felicidade espiritual com que lhes acenava Antonio Conselheiro, a principio mystico, depois aventureiro e reaccionário (Palmeira, 1934, págs 5 a 7) (grifos meus).

Uma outra fonte importante para desenharmos o caminho da construção do perfil de Antônio Conselheiro é a poesia popular. Numa das coletâneas de Calasans (1984), há impressões bem diversas sobre o peregrino. Seguem abaixo alguns trechos acompanhados de breve explicação sobre os autores.

João de Souza Cunegundes: 1897. Vivia no Rio e era um bardo conhecido na capital. A obra de Cunegundes servia bem aos interesses políticos da situação dominante. Era o julgamento de um poeta da capital inteiramente dominado pelo noticiário da imprensa.

A Guerra de Canudos do fanático conselheiro

(...)
O governo precisava
De um homem forte e valente
Que marchasse para a guerra
Destroçar aquella gente

Appareceu Moreira César
Homem valente e de estudos
Offereceu seus serviços
Para partir p'ra Canudos

(...)

Forão cheios de coragem
E de fé republicana,
Foram bater os jagunços
Daquella terra bahiana.

(...)

Acabar de uma vez (Arthur Oscar)
Com aquelle gente maldita!
Traíçoeiros e cobardes
Filhos de raça proscripta.
(...)
O general Arthur Oscar
Do sul, o heróe primeiro,
Foi bater a jagunçada,
Do fanático Conselheiro!

João de Souza Cunegundes

José Esteves (Arinos de Belém): Paraense. 1940. Destaca a participação das tropas paraenses no conflito. É anticonselheirista. Ele destaca alguns momentos marcantes da vida de Antônio Vicente até este virar “evangelizador” por causa da decepção amorosa.

História de Antônio Conselheiro

Fez-se evangelizador e o povo o acreditou
e assim dessa maneira
fama e nome ele ganhou
que em todo o derredor
outro igual não se achou.

(...)

E numa linguagem tola
sem saber quase expressar
o Antônio Conselheiro
começou a manobrar
e dizem que fez milagres
mas não é de acreditar.

(...)

Porque naquelas igrejas (de Belo Monte)

entrava até fazendeiro
levado do fanatismo
de Antônio Conselheiro,
e lá fazendo preces
também deixavam dinheiro

(...)
Porém os discursos iam
anarquizando o sertão,
a doutrina que pregava
era de rebelião,
fanatizando os jagunços
até contra a religião.

Arinos de Belém

José Aras (José Sara)

Baiano do Cumbe. 1963. Nascido e criado no sertão do Conselheiro, recolhendo desde cedo notícias da guerra entre sobreviventes, servindo-se da tradição oral, foi conselheirista acima de tudo. Nas palavras de Calasans: deu forma a sua criação poética como se fosse um destemido jagunço do Vaza-Barris. Mas mesmo esse autor, claramente simpático ao povo de Canudos, crê que eles eram, em certa medida, fanáticos. Entretanto, inocentes. É claramente uma grande mudança na descrição da figura de Antônio Conselheiro e de seus seguidores.

Meu folclore

O leitor já ouviu contar
A história do Conselheiro,
De um simples penitente
Que assombrou o mundo inteiro,
Modesto, honesto e valente
Que fascinou tanta gente
Neste sertão brasileiro.

Sua arma era uma verga
Na espécie de bastão
Era o tipo de Moisés
Pregando pelo sertão
Imitava no Sinai
E o povo tinha-o por pai
E autor da Redenção.

(...)
Depois diz que Antônio matara a mãe
E diz que o povo do Conselheiro era “fanático”

Esse povo ignorante
Que acompanhou o Conselheiro
Era fanático e inocente
Mas não era desordeiro,
Porém seguiram na pista
Soldados caíam à vista
Varados no taboleiro.
(...)

Quanto foi o prejuízo
Para o povo brasileiro
A perda de nossa gente
E o gasto de dinheiro
Uma dúzia de professores
Tinha sanado os horrores
Do povo do Conselheiro.

José Sara

Com a valorização do perfil de Antônio Conselheiro como líder, talvez fosse lícito pensar que afirmações sobre o caráter fanático do movimento de Canudos fossem se tornando cada

vez mais raras. No entanto, não somente esse discurso permanece, como também a afirmação de que os habitantes de Canudos normalmente utilizavam violência e saque, ou seja, se valiam de ações criminosas em relação aos seus vizinhos. No trecho abaixo, por exemplo, – o qual aparece em pelo menos dois *sites* sobre história do Brasil e/ou Guerra de Canudos – isso fica bem claro. É interessante notar que, apesar disso, há a conclusão sobre o descaso das autoridades no tocante aos “problemas sociais”. Talvez uma maneira mais moderna de dizer que o “litoral” não conhecia o “sertão”. A ambiguidade das afirmações é o resultado de uma exposição muito superficial do tema, baseada em preconceitos antigos e arraigados:

A situação do Nordeste brasileiro, no final do século XIX, era muito precária. Fome, seca, miséria, violência e abandono político afetavam os nordestinos, principalmente a população mais carente. Toda essa situação, em conjunto com o fanatismo religioso, desencadeou um grave problema social. (...) O beato Conselheiro (...) era quem liderava este movimento. Ele acreditava que havia sido enviado por Deus para acabar com as diferenças sociais e também com os pecados republicanos, entre estes, estavam o casamento civil e a cobrança de impostos. Com estas idéias em mente, ele conseguiu reunir um grande número de adeptos que acreditavam que seu líder realmente poderia libertá-los da situação de extrema pobreza na qual se encontravam.

Com o passar do tempo, as idéias iniciais difundiram-se de tal forma que jagunços passaram a utilizar-se das mesmas para justificar seus roubos e suas atitudes que em nada condiziam com nenhum tipo de ensinamento religioso; este fato tirou por completo a tranquilidade na qual os sertanejos daquela região estavam acostumados a viver.

Conclusão : Esta revolta, ocorrida nos primeiros tempos da República, mostra o descaso dos governantes com relação aos grandes problemas sociais do Brasil. Assim como as greves, as revoltas que reivindicavam melhores condições de vida (mais empregos, justiça social, liberdade, educação etc), foram tratadas como "casos de polícia" pelo governo republicano. A violência oficial foi usada, muitas vezes em exagero, na tentativa de calar aqueles que lutavam por direitos sociais e melhores condições de vida (acesso em 10/07/06) (grifo meu).

1.2.2 O bandido

Sempre pesou sobre Antônio Vicente Mendes Maciel a acusação de ter matado a esposa e a mãe. Isso foi, inclusive, o que utilizaram para o prender em 1876. Ele foi inocentado, já que a mãe falecera quando Antônio tinha apenas seis anos e a esposa fora encontrada viva em Sobral. Mas a história continuava a ser contada pelos sertões, como uma espécie de lenda que poderia justificar a vida dura a que tinha se submetido aquele homem. Afora essa, pairava sobre ele uma outra grave acusação: a de acolher no seu grupo criminosos confessos, facínoras perigosos. Segundo Bartelt (acesso em 15/04/06), a criminalidade do Conselheiro e do seu séquito é um axioma, ou seja, não precisa ser adequadamente provada. O discurso de criminalização se auto-sustenta na relação do triângulo *sertão – fanatismo – crime*. Este triângulo discursivo se impõe no lugar de provas ou acusações concretas, servindo como âncora do interdiscurso básico (o da criminalidade).

A necessidade de providenciar provas teria sido substituída pelo discurso. Pudemos perceber isso nos próprios textos citados acima, pois em boa parte deles, o Conselheiro, além de fanático, é bandido; as duas qualidades se complementam. Evidencia-se, dessa forma, a materialidade deste discurso, o qual contribuiu para criar uma realidade que serviu de ponto de partida para a repressão bélica a Canudos. Abaixo segue outro trecho significativo e ilustrativo a respeito do Conselheiro:

Sobre Antonio Vicente Mendes Maciel, o *Conselheiro*, o celebrado aventureiro, que por algum tempo colocou em balanço a sorte da instituições, corriam os mais extravagantes e disparatados boatos,

oriundos das tendências românticas da nossa raça, sempre inclinada ao acatamento do sobrenatural. A verdade é que descendia ele de uma família lendária no Ceará, onde crimes e atrocidades, por ela praticados, celebrizaram-na (...) Os Maciéis jamais deixavam sem atroz vingança qualquer ofensa; e o que entre eles fosse uma vez ultrajado não mais volvia ao lar sem trazer uma orelha, um dedo arrancado do inimigo. Antônio Maciel, como era natural, não pode escapar a essa vesania. A princípio, modesto comerciante, (...) mas pretensas infidelidades da esposa transformaram-no em criminoso com o assassinato da própria mãe, desde então, estavam de par em par abertas as portas de sua vida original e acidentada. Preso mais de uma vez, perseguido pela justiça, abandonou o torrão natal e foi procurar abrigo em terras longínquas. Sendo homem de alguma instrução (...), ele, também eivado do espírito de religiosidade e misticismo, apanágio do sertanejo, avigorado em suas crenças pela desventura, atirou-se à prática de atos de carolices, encontrando decidido apoio nas populações incultas e fanatizadas do interior. Foi assim que, seguido de numeroso grupo de beatos de ambos os sexos, palmilhou durante anos o sertão do Ceará, etc (...) ora parando nas fazendas, de cujos proprietários exigia pousada e alimentação, para si e os seus sequazes. Às vezes, resolvia erguer os muros para algum cemitério, ou uma capela; e a um gesto, toda aquela massa de alucinados corria em procura de pedras, areia e madeiras. Em pouco tempo estava concluída a obra que idealizara. (...) Insinuante e inteligente; exibindo uma brandura, que mais tarde desmentiu; Maciel tornou-se afinal o ídolo daquela gente e sua efígie ocupava lugar saliente nos amuletos, ao par de Cristo e dos Santos do Romanismo. Um fio de sua barba, um fragmento de unha, possuíam extraordinárias virtudes contra vários males...(...) Ele batizava, casava, assim como desunia esposos e fulminava com a excomunhão a quem ousasse duvidar de seu poder, zombar de sua santidade. Por fim, cansado após tantos anos de constante andejar, tendo conseguido fanatizar o povo do Sertão e convencido de seu incontestável poderio, o missionário errante transformou-se em um asceta e procurou um refúgio, onde para sempre se estabelecesse e se perpetuasse, felicitando o seu povo, longe das autoridades, as quais odiava, bem com a as leis, e disposto a não mais ser importunado (Macedo Soares, 1902, p. 27 a 31) (grifos meus) .

Percebe-se bem como o boato de que Antônio Conselheiro teria matado a própria mãe aparece em muitos autores como sendo a real história de sua vida. O tenente Soares menciona as várias perseguições da polícia ao Conselheiro, mas não diz que este foi inocentado das acusações de ter matado a própria mãe e a esposa. Segundo ele, a criminalidade do Conselheiro é herança biológica, já que o mesmo descendia de uma família cruel e atroz. A criminalidade está também intimamente ligada ao seu fanatismo, pois sendo um homem perverso, mas inteligente, usa o poder religioso para justificar uma vida má e criminosa e também para fugir à justiça. São várias as acusações que o militar faz ao líder religioso, muitas vezes beirando talvez o próprio romantismo que ele identifica em nossa “raça” quando afirma, por exemplo, as tais propriedades milagrosas da unha ou do cabelo do Conselheiro, nas quais provavelmente nem seus seguidores acreditavam. Além disso, diz que o Conselheiro realizava casamentos, batizados, ou seja, atribuições exclusivas dos padres. Bem, sabe-se, até mesmo pelo depoimento de frei João Evangelista, por exemplo - que nem por isso é simpático ao líder - , que Antônio Conselheiro não se arrogava funções sacerdotais.

Antes do livro de Macedo Soares, podemos perceber a “banditização” de Antônio Conselheiro através da imprensa e em outras fontes, como o próprio relatório do frei João Evangelista. O frei afirma que as pessoas que visitavam Canudos podiam ser saqueadas a qualquer momento. Procura legitimar sua fala, fazendo-a a opinião do próprio povo sertanejo: “Entre essa turba desorientada, há vários criminosos, segundo me afirmaram” (Marciano, 1895). Outros estudiosos também já afirmaram que, entre os seguidores do Conselheiro, figuravam homens que já tinham praticado crimes. No entanto, a questão controversa é se eles continuavam cometendo crimes sob “as bênçãos” do líder. É essa a idéia extremamente questionável visto que diversos historiadores contemporâneos e estudiosos do tema dizem o contrário.

Os correspondentes de guerra sempre se referem ao Conselheiro como célebre... bandido! Num trecho que escreve quando já é finda a guerra, Fávilla Nunes diz:

Saí de Canudos no dia 8 (de outubro), às 10 oras da manhã, deixando tudo arrasado e triste. A cidadela maldita, onde o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para eterna vergonha de nossa Pátria, não existe mais (*Apud* Galvão, 1994, p.214).

Cerca de um mês antes, o mesmo autor escrevia que nunca havia visto tanta perversidade em homens brasileiros, que os jagunços eram a “bestas-feras” daqueles sertões.

Mas em relação ao tão propalado epíteto de “ladrão e criminoso”, havia algumas vozes dissonantes, como, por exemplo, Durval Vieira de Aguiar, autor das famosas “descrições práticas da província da Bahia”, que escreveu uma carta ao *Jornal de Notícias* em 1893 dizendo ser obrigado a ir à imprensa declarar que Antônio Conselheiro, longe de ser um facínora perigoso, era apenas um inofensivo ente devotado a uma mania religiosa. O depoimento dele é importante, já que, a serviço do exército, encontrara o Conselheiro em 1887, no Cumbe:

"Quando por ali passamos achava-se na povoação um célebre Conselheiro, sujeito baixo, moreno acaboclado, de barbas e cabelos pretos e crescidos, vestido de camisolão azul, morando sozinho em uma desmobiada casa, onde se apinhavam as beatas e afluíam os presentes, com os quais se alimentava. Este sujeito é mais um fanático ignorante do que um anacoreta, e a sua ocupação consiste em pregar uma incompleta moral, ensinar rezas, fazer prédicas banais, rezar terços e ladainhas com o povo; servindo-se para isso das igrejas, onde, diante do viajante civilizado, se dá a um irrisório espetáculo, especialmente quando recita um latinório que nem os ouvidos entendem" (Durval Vieira de Aguiar, 1888 *apud* Calasans , acesso em 15/04/06).

Percebe-se que o militar encara Antônio Conselheiro como um fanático, mas não como um bandido. Além disso, suas palavras são importantes para entender o papel da igreja, que no começo até incentivava a presença do peregrino, porque ele “nada ganhava”, mas promovia tudo que “consistia em lucro para a igreja”. Assim nos diz o mesmo Durval Vieira de Aguiar (*Apud* Moniz, 1978, p. 33).

Manuel Benício era outro adepto da idéia de que o peregrino era louco, mas não criminoso. No livro O Rei dos Jagunços, obra escrita depois do conflito, – de teor bem diverso do de suas correspondências de guerra, diga-se de passagem – põe em xeque essa “fama”, afirmando por diversas vezes que os sertanejos não eram ladrões. Ao contrário, abominavam essa prática. Afirma que o Conselheiro sempre pregava no sentido de difundir, no espírito de seus ouvintes, a prática do bem e a honestidade. Como explicação dos acontecimentos, o autor lembra a ignorância do sertanejo, que com certeza se encantava com o modo de vida e o jeito de pregar de quem tão bem conhecia a vida sertaneja. Segundo Benício (1997), Conselheiro e seus seguidores jamais poderiam ser considerados criminosos se “circunstâncias imprudentes” não degenerassem os sentimentos deles em ódio contra os que investiam brutalmente contra a sua fé e liberdade.

Como uma das causadoras dessas “circunstâncias imprudentes”, o autor culpa a igreja, que teria usado da ingenuidade do Conselheiro para insuflar o povo contra a República. Mas depois que o alto clero resolveu aceitar o novo governo, os padres voltaram as costas para o que eles próprios tinham ajudado a criar. Os políticos monarquistas também se aproveitaram da situação. Além disso, a mestiçagem aparece, porém escamoteada, como mais um fator no quadro geral da situação. Para Benício (1997), no entanto, o Conselheiro nunca poderia ser classificado como bandido: era antes um monomaníaco, um desequilibrado, desequilíbrio que

herdara biologicamente. Entre o seu bando sim, havia criminosos, os quais, mesmo vivendo sob o modo de vida imposto pelo Conselheiro, continuavam a cometer certas atrocidades²⁰.

Toda aquela mole sertaneja, que, dia a dia, avolumava-se, a viver, a dormir numa promiscuidade suína, **era um composto heterogêneo das diversas castas cruzadas do Brasil**. Junto à jovem tapuia domesticada e vagabunda, o caburé feroz, de faca à cinta e bacamarte ao ombro, tresandava o fortum acre da pele malcuidada (...) Era como um numeroso magote de ciganos, errando por países estrangeiros. Aleijados, doidos, donzelas, ladrões, doentes, vagabundos, assassinos, cantadores (...) **a mais hedionda mescla que se pode aglomerar por monomania religiosa estendia-se atrás do Conselheiro** (...) Marginavam, durante horas, grandes cercados de algodão (...) verdejantes milharais (...) e batatais formosos e (...) **nem um só lançava mão de um fruto, de um tubérculo, de um animal, sem permissão voluntária de seu dono** (Benício, 1997, págs. 36 e 37) (grifos meus).

1.2.3 O louco

Aqueles que escreveram sobre o Conselheiro na época da guerra, quando não consideravam o peregrino exatamente como bandido ou criminoso, muitas vezes usavam a loucura para justificar os atos daquele homem. O fanatismo, então, também costumava ser, nas interpretações sobre a personalidade do Conselheiro, algo associado à loucura. Ele não agia da forma que agia deliberadamente, no intuito racional de desobedecer às leis civis e/ou religiosas, mas o fazia porque era doente. Assim o explicavam o já citado Durval Vieira de Aguiar e

²⁰ Entre os seguidores do Conselheiro, havia aqueles que compunham sua “guarda pessoal”, como João Abade, por exemplo. Benício (1997) afirma que esses homens abusavam do poder e que cometiam atrocidades, principalmente durante a guerra.

também outro conhecedor da realidade sertaneja e amigo de infância do Conselheiro: o escritor João Brígido.

Segundo Galvão (1994), Brígido comparece pelo menos duas vezes nos jornais de 1897 tentando dar seu testemunho “sóbrio” sobre Antônio Conselheiro. Segundo ele, infelicidades sucessivas, violência e opressão agravaram a afecção cerebral do homem em questão; quanto ao mais, um homem honesto e decente, apenas um penitente. O *Jornal do Brasil* transcreve o informe de João Brígido tal qual saíra na *República* do Ceará, segundo Galvão (idem), mas precedido de nota justificativa, já que este mesmo jornal publicara dados diferenciados fornecidos por Júlio César Leal sobre Antônio Conselheiro.

Este autor – Júlio Cear Leal – escreve uma peça intitulada “Antônio Maciel – O Conselheiro” – a qual é escrita, segundo o *Jornal do Brasil*, quando o escritor tinha apenas 18 anos²¹. Ela é publicada em folhetim antes da expedição Moreira César, quando ainda era possível, de acordo com Galvão (ibidem), publicar uma história na qual Antônio Conselheiro pudesse aparecer como um “ser humano”. Na peça de Leal, a qual se baseia na vida de Antônio antes de sua transformação em beato, ele teria matado a mãe e a esposa, circunstâncias que o fizeram enlouquecer. Segundo o mesmo autor – quando se manifesta, meses mais tarde, através de um artigo no qual tenta analisar as causas da guerra –, a intervenção desastrada da Igreja aparece como fator principal. E apesar de defender o Conselheiro, é partidário da idéia de que Canudos era um foco de conspiração monarquista.

Também Manoel Benício, no seu já citado O Rei dos Jagunços, apela para a idéia que o líder de Canudos é uma mente perturbada. Ele começa o livro justamente com a genealogia de Antônio Conselheiro. Essa biografia apresenta em vários momentos referências a perturbações psíquicas de familiares e do próprio Antônio Vicente Mendes Maciel. Segundo Azevedo

²¹ A data é de 1858. Mas há controvérsias se teria sido realmente escrita nessa época.

(1993), ela parece ter sido feita com o intuito de justificar, pela hereditariedade, o “destino” do líder de Canudos:

Ao reportar-se ao ano de 1833, quando Miguel Carlos Maciel, tio do Conselheiro, é acusado, por um membro da família dos Araújo, de um furto que não praticara, a intenção de Manoel Benício é inocentar, no presente, os jagunços da mesma acusação. Segundo se divulgara, o motivo inicial da guerra de Canudos teria sido a compra de um lote de madeira, pago, segundo os jagunços, mas roubado segundo as versões oficiais. De qualquer forma, esse motivo transformava o jagunço em ladrão e, para provar que essa acusação era falsa, Benício foi buscar no passado um fato semelhante, acontecido na família de Antônio Conselheiro. Mas nem por tentar recuperar um traço que notabilizara o jagunço – a honestidade – Manoel Benício conseguiu defini-lo fora dos quadros da loucura e morbidez, como era freqüente interpretar a personalidade de Antônio Conselheiro. Da mesma forma que Antônio Maciel é um desequilibrado, outras pessoas da sua família sofreram do mesmo mal. O pai do Conselheiro, por exemplo, Vicente Maciel, depois de seu segundo casamento, abandona a vida de vaqueiro, entra para o comércio e o pouco dinheiro que ganha é empregado em “satisfazer a mania de edificar”. (...) A mania de edificar aliada à natural morbidez transformaram Vicente Maciel em “vitima de uma demência intermitente”, segundo Benício. O motivo de incursão pela vida de Vicente Maciel fica mais ou menos claro: por ser filho de um louco, Antônio conselheiro estava fadado a repetir, inexoravelmente o destino do pai (Azevedo, 1993, p.31 a 40).

Abaixo, segue cópia de documento emitido por autoridades civis da Bahia em resposta aos apelos do arcebispo do mesmo estado, D. Luís. O autor deixa claro que Antônio era considerado louco, ou “monomaníaco” e, sendo assim, pede seu internamento em hospício da corte.

“N. 3. – cópia. – *Palácio da Presidência da Província da Bahia, em 15 de junho de 1887. 1ª Seção, no 1.142. Reservado.* – Acusando o recebimento do ofício de v. Ex.^a Rvm^a de 11 do corrente, tenho a honra de passar às mãos de V. Ex.^a Rvm^a, o ofício, junto, por cópia, que nesta data dirijo ao Exmo Sr. Ministro do Império, a respeito do indivíduo de nome Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido

vulgarmente como Antônio Conselheiro, para quem solicito entrada no ‘Hospício de Alienados’ da Corte, como atacado de monomania religiosa. Apenas por satisfeita minha solicitação, expedirei com todas as cautelas as convenientes ordens para que o infeliz monomaniaco seja conduzido até esta capital e siga daqui para a Corte, a fim de ser recolhido ao hospício. Renovo a V. Ex^a Rvm^a a segurança de minha alta estima e distinta consideração. Deus guarde a V. Ex^a Rvm^a, V. Ex^a Rvm^o Sr. Arcebispo desta Arquidiocese. (Assinado) – *João Capistrano Bandeira de Melo.*” (Benício, 1997, p.27)

É importante lembrar que essa vaga no hospício da capital foi “cortesmente” negada sob a alegação de falta de vagas.

Segundo Abelardo Montenegro (1954), conhecido biógrafo do Conselheiro, a opinião mais generalizada era a de que Conselheiro era um louco:

Assim o consideram cronistas e historiadores que o estudaram. O cronógrafo cearense João Brígido assevera que Conselheiro está nas condições patológicas do pai e que a família das Maciéis sofre de afecção mental. O historiador Rocha Pombo registra que o conselheiro descende de uma família cujos membros, na maior parte sofrem de alienação mental. Morto Conselheiro, o seu suposto crâneo (sic) foi levado para a faculdade de Medicina de Salvador, onde o doutor Nina Rodrigues o analisou minuciosamente. Nina Rodrigues considera Conselheiro um simples louco; mas reconhece que a sua loucura é um reflexo do meio que a gerou. Divide a história de Conselheiro em três fases que coincidem com os três períodos de sua psicose. (...) Conclue (sic) que Conselheiro é vítima de delírio crônico de evolução sistemática. Xavier de Oliveira tacha a observação de Nina de incompleta pelo fato de não ter visto Conselheiro, que é classificado por Xavier como esquizóide, pois Conselheiro manteve até a morte perfeita integridade mental (Montenegro, 1954, págs. 64 e 65).

Segundo o mesmo autor, no entanto, Conselheiro sofrera, como todo sertanejo pobre, a influência do complexo ecológico que o cercava e as suas necessidades eram as da imensa maioria da massa rural que o acompanhava. Ele teria se tornado peregrino por causa dos dissabores da vida e para atender de alguma forma aos desejos paternos de ascensão social,

mas não seria de grande significação saber se o Conselheiro teria a capacidade de Maomé ou de Lutero se fosse instruído ou atuasse noutro meio. O que interessa saber, na opinião de Montenegro, é que ele foi o porta-voz das massas rurais desajustadas. Assim, podemos perceber uma mudança no modo de encarar os fatos, já que o autor registra as diversas opiniões sobre o beato, mas focaliza o seu perfil revolucionário.

Entretanto, mesmo para autores mais recentes, a perturbação mental ainda é idéia explicativa chave, por assim dizer, no desvendar da personalidade do líder em questão. Nertan Macedo, que escreve na década de 70, por exemplo, em seu livro sobre a vida de Antônio Conselheiro²² fala muito da loucura do pai de Antônio. Há um aglomerado de opiniões de diversas pessoas sobre o Conselheiro e também há passagens que não aparecem muito na versão de outros historiadores, como a tentativa de esfaqueamento que teria sofrido a mãe de Antônio por seu concubino Vicente, antes de se casarem. O menino nasce pardo e bastardo, já que o pai só se casa quando a mãe está já no leito de morte. É uma vida de sofrimento a do pai e a do menino: aquele parece roído por estranhos sentimentos, e este acompanha o declínio moral e econômico da família. Seu pai e madrasta acabam loucos. Se Euclides afirma que a vida de Antônio Conselheiro começara sobre os melhores auspícios, este autor nos mostra que, apesar de ter recebido certa instrução por conta de um momento de ascensão econômica do pai, o menino Antônio Vicente traz uma marca de profundo sofrimento que começa na infância e o acompanha pelo resto da vida. Grande parte desse sofrimento causado pelo pai, pelo seu gênio torturado e pelo espírito dependente da bebida.

²² MACEDO, Nertan. Antônio Conselheiro. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1978.

1.2.4 O líder

Entrevista de José Calasans para o jornal Zero Hora (1997) –

ZH – A experiência de Canudos era socialista?

JC – Não. Canudos era um povoado sertanejo onde havia um grande sistema assistencial, mas com vida econômica comum. Tinha lojas, exportava couro e havia uma porção de negociantes. Para mim, Conselheiro era um líder religioso que se apiedou das condições de vida dos sertanejos.

José Calasans, considerado o maior estudioso do tema de Canudos, foi grande motivador de pesquisas sobre o assunto, utilizando também material até então pouco valorizado na historiografia, como a poesia popular, por exemplo. A grande mudança em relação ao perfil de Antônio Conselheiro começa na década de cinquenta, com os estudos e publicações desse historiador, interessado que era em outras fontes além de Os Sertões, livro muito questionado por ele. A partir daí, podemos dizer que teve início a fase “Canudos não euclidiano”, aliás, título de uma de suas obras. Essa operação de mudança explicativa e descritiva em relação à Guerra de Canudos e, conseqüentemente, em relação a Antônio Conselheiro é um processo discursivo lento e impossível de ser “delimitado”. No entanto, é extremamente perceptível quando nos debruçamos sobre a rede textual a respeito do tema em questão.

A mudança no perfil de Antônio Conselheiro acentua-se nas décadas posteriores com a influência crescente dos estudos marxistas em nossa historiografia e em outros campos do

conhecimento. Parece que essa mudança é veiculada principalmente através das monografias, ou seja, estudos históricos de caráter mais específico sobre Canudos e não tanto pela historiografia dita oficial. Essas obras e estudos tiveram um grande peso na transformação do perfil do Conselheiro, que seria mais comumente visto na atualidade como líder político e até mesmo como herói.

Vale a pena transcrever mais um trecho do biógrafo já citado acima, Abelardo Montenegro, o qual deixa bem claro que Canudos foi fruto das condições de vida do sertanejo, que não passava, na verdade, de escravo dos latifundiários. Ele toca num outro ponto importante: a idéia de que outra “Canudos” poderia ressurgir caso tais condições de vida não mudassem:

Não há dúvida, portanto, que foram os grandes proprietários de terra, os grandes comerciantes e a Igreja Católica que convenceram o Estado a liquidar Conselheiro e arrasar Canudos. E o Estado não hesitou, interessando o exército na empresa macabra. (...) O exército, que durante a campanha abolicionista, se recusou a servir de capitão do mato, aceitou a missão de destruir Canudos, que não passava de reduto de outros escravos para os quais Conselheiro, sem nítida consciência de classe, pedia outro 13 de maio. (...) O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (sic) está construindo na Bahia, no rio Vasa Barris, um enorme açude que modificará a paisagem local, cobrindo com as suas águas a histórica povoação de Canudos. Teria o Governo pensado em eliminar o messianismo sertanejo inundando a terra santa de Canudos? O problema é mais sério. Não é só a paisagem física que deve ser modificada, mas também a paisagem social. As massas sertanejas anseiam por uma nova ordem social, por uma estrutura econômica compatível com suas aspirações melhoristas (sic). Do contrário, outros Canudos e Conselheiros poderão surgir do solo social em erupção (Montenegro, 1954, p.68) (grifos meus).

Na década de 60, esse perfil de líder é cada vez mais valorizado. Rui Facó (1965), por exemplo, ao analisar as revoltas camponesas, entre elas a de Canudos, em nenhum momento preocupa-se com a “saúde mental” do Conselheiro. Não nega que havia o que chama de “surto de misticismo religioso”, mas isto não invalidaria a questão crucial: eles travavam uma luta de classes. E a travavam com heroísmo. Da miséria e ignorância despertam homens valorosos, capazes de morrer na defesa de seus sonhos. O Conselheiro teria sido o “estopim”, por assim dizer, que acendera os ânimos da revolta camponesa.

Não é por acaso que historiadores, mesmo os mais honestos, exageram o misticismo religioso dos habitantes de Canudos e o transformam no móvel único de sua luta. Procuram assim esconder as causas que a geraram, os verdadeiros motivos de sua resistência maravilhosa e de suas arrancadas heróicas: a opressão semifeudal do latifúndio, a miséria e a fome, frutos da posse monopolista da terra por uma minoria de grandes fazendeiros. (...) A verdade é que os habitantes de Canudos viviam uma vida muito dura, tinham que ser homens práticos e em contacto (sic) direto com a realidade que os esmagava, para cuidarem somente da alma, da salvação no céu, como se tentava fazer crer. A vida exigia que fossem homens frios e implacáveis com o inimigo, para poderem lutar com vantagem pela própria sobrevivência (Facó, 1965, págs. 121 e 122) (grifos meus).

Assim, o autor justifica os atos dos habitantes do Belo Monte e até mesmo a propalada crueldade destes, analisando-lhes a vida e a descrevendo-os conforme a ótica que lhe parece mais justa e lógica para seus estudos sobre as sublevações camponesas sertanejas.

Também Moniz (1978), autor de obras sobre o tema em questão, deixa bem claro o seu modo de interpretar os acontecimentos, fazendo referências aos modos correntes de interpretação dos fatos e da personalidade do chefe sertanejo para conclamar a mudança:

As interpretações que dou aos acontecimentos que estremeceram os sertões da Bahia no começo da República (...) nem sempre coincidem com as opiniões correntes sobre o assunto. (...) Não me ocupo

apenas com a biografia de Antônio Conselheiro, ou me limito a descrever a fundação de Canudos e sua organização social (...) Canudos foi a tentativa de estabelecer uma sociedade socialista no sertão da Bahia, tendo em vista o fato da burguesia unir-se aos latifundiários quando se apossou do poder político com a proclamação da República em vez de efetivar a reforma agrária, tarefa histórica que lhe competia realizar. Os camponeses de Canudos não lutaram contra o regime republicano que, para eles, não se distinguia do monárquico. Lutavam contra a burguesia em ascensão que se unira aos grandes proprietários rurais. (...) Hoje o chefe sertanejo não pode ser tratado, como antigamente, abusando-se dos adjetivos injuriosos. Seria ridículo e sem sentido chamá-lo de paranóico ou delinqüente para desmerecer sua obra e sua ação. Antônio Conselheiro, conhecedor da Bíblia e da Utopia, de Thomas More, dos filósofos da Igreja e dos autores clássicos, projeta-se na história não só pela fluência oratória, mas pelas excepcionais qualidades no comando militar da guerra de Canudos. (Moniz, 1978, págs.11 e 12) (grifos meus).

Na mesma década de 70, Ataliba Nogueira recebe um manuscrito que teria pertencido a Antônio Conselheiro, cujo conteúdo ainda não sofrera publicação editorial. Ele lança então a sua “revisão histórica”, onde estão presentes algumas prédicas do Conselheiro. Em sua obra, Nogueira (1978) questiona francamente a qualidade de fanático atribuída, ao longo da história, a esse homem. Segundo a leitura das anotações do peregrino, ele não era nem fanático religioso, nem fanático político. O fanatismo vinha sim da parte dos que o seguiam, mas porque todo chefe suscita sempre, em todas as épocas e lugares, esse tipo de sentimento em relação a sua pessoa.

Em relação à política, também ele não era fanático, apenas tinha uma convicção pessoal pela monarquia, como, aliás, era seu direito. “Fanatismo havia sim da parte dos expedicionários, cujos chefes vinham do Rio de Janeiro, certos de que se tratava de movimento monárquico como assoalhavam a imprensa, os parlamentares, outros políticos e o próprio

governo federal”. Desse modo, Nogueira (1978) expressa franca e grande admiração por esse homem “cujo vulto fora sempre tão deturpado”.

A visão dos estudiosos é um ponto importante na composição do imaginário sobre a guerra. Em obra destinada ao “grande público”, por assim dizer, ou seja, ao público em geral, leigo e/ou jovem, baseada, porém, nesses escritos mais contemporâneos, lê-se:

Belo Monte ia ganhando população (...), o êxodo para Canudos era dos descontentes, dos inseguros, dos pobres, dos desamparados. (...) Ninguém podia entrar ou sair do arraial sem o consentimento de Antônio Conselheiro, e ninguém ousava desobedecê-lo. Seu sucesso como líder era fruto de seu espírito prático, tal a capacidade de organização, da disciplina que impunha aos outros e a si próprio, da coragem. Além de tudo, ele mantinha boas relações também fora do arraial, o que lhe aumentava ainda mais a importância política. Procurava impor suas idéias não pela força, mas por meio da palavra, da doutrina. A identidade que suscitava nos sertanejos conquistava-lhes a confiança e obediência. Passou a representar o inconformismo e a rebeldia dos sertanejos diante da sua sorte cruel. Admirá-lo e segui-lo era expressar a insatisfação como poder. (...) Canudos podia ser considerada uma comunidade feliz. Conselheiro deu às pessoas a possibilidade de se alimentar bem e viver em paz, o que era apenas sonho no sertão miserável e violento (Caros Amigos Coleções, fascículo 2, p. 53)

1.2.5 O peregrino

Antes de fazer-vos minha despedida, peço-vos perdão se nos conselhos vos tenho ofendido. Conquanto em algumas ocasiões proferisse palavras excessivamente rígidas, combatendo a maldita república, repreendendo os vícios e movendo o coração ao santo temor e amor de Deus, todavia não concebam que eu nutrisse o mínimo desejo de macular a vossa reputação. Sim, o desejo que tenho da vossa salvação (que fala mais alto do que tudo quanto eu pudesse aqui deduzir) me forçou a proceder daquela maneira. Se porém se acham ressentidos de mim, peço-vos que me perdoeis pelo amor de Deus. É chegado o momento para me despedir de vós; que pena, que sentimento tão vivo ocasiona esta despedida em minha alma, à vista do modo benévolo, generoso e caridoso com que me tendes tratado, penhorando-me assim bastante. São estes os testemunhos que me fazem compreender quanto domina e vossos corações tão belo sentimento! Adeus povo, adeus aves, adeus campos, aceitai minha despedida, que bem demonstra as gratas recordações que levo de vós, que jamais se apagarão da lembrança deste peregrino.

Antônio Conselheiro (*apud* Nogueira, 1978).

Segundo Mário Maestri (1997), os sertões nordestinos eram trilhados por dezenas de andarilhos, os quais visitavam as comunidades desprovidas de párocos e mesmo aquelas que os tinham. Esses beatos e beatas não eram figuras “exóticas ou tresloucadas”, mas personagens sociais harmoniosamente inseridas no mundo do sertão, com funções e atribuições aceitas e

delimitadas. Ser beato ou conselheiro era uma forma de inserir-se na comunidade, de “ascender socialmente”. Os padres conviviam pacificamente com essas figuras.

Antônio Conselheiro era um deles. Tudo indica que ele não havia planejado isso, mas circunstâncias várias concorreram para que tomasse esse caminho. Mas se destacou dos outros, tornou-se O Conselheiro, para o que muito provavelmente contribuiu o fato de ser “letrado”. E começou a incomodar. A imprensa, o governo, os intelectuais e o povo do litoral, de modo geral, o vêem como um fanático. Entretanto, se tomarmos trechos de depoimentos, cartas, enfim, fragmentos de registros das pessoas que conviveram bem de perto com o beato, percebemos uma visão diferente.

Segundo Villa, no cristianismo brasileiro, a religião não é apenas complemento da vida, com rituais previamente determinados.

O espaço da religiosidade sertaneja foi limitado pelo racionalismo doutrinário imposto pela romanização. O Deus vivo foi substituído pelo deus morto. Cristo foi afastado do mundo, transformado numa imagem(...) Mas a vida religiosa sertaneja manteve seu próprio movimento, independente da Igreja e da hierarquia(...) A igreja lutou para domar a religiosidade autônoma, estendendo o seu domínio a todas as esferas do sagrado. A inquietude espiritual, a busca incessante de Deus, a impossibilidade de reduzir esta prática à rotina institucional de Igreja, a independência religiosa e a necessidade de liberdade transformaram os beatos – e o maior deles, Antônio Conselheiro – em pedagogos ambulantes, que associavam o pensamento à ação, a procura da paz interior à vivência radical da fé, o caminho à missão” (Villa, 1995, p.47).

Infelizmente, poucos são os depoimentos registrados dos habitantes de Belo Monte. O mais famoso, colhido de Honório Villanova (irmão de Antônio Villanova) por Nertan Macedo anos depois da guerra, nos fornece uma imagem bem diferente do Conselheiro louco, fanático e bandido:

Nunca mais pude esquecer aquela presença. Era forte como um touro, os cabelos negros e lisos lhe caíam nos ombros, os olhos pareciam encantados, de tanto fogo, dentro de uma batina de azulão, os pés metidos numa alpercata de currulepe, chapéu de palha na cabeça (...) Era manso de palavra e bom de coração. Só aconselhava para o bem. Nunca pensei, eu e compadre Antônio, que um dia nossos destinos se cruzariam com o desse homem (...)

Um dia, Antônio me convidou para morar também em Canudos. Eu e ele, como sabem, já éramos casados. Fui, antes, dar uma espiada no arraial. Gostei tanto da ordem ali observada que resolvi ficar. Canudos era um pedaço de chão bem-aventurado. Não precisava nem mesmo de chuva (...) Fui-me deixando ficar à sombra do Peregrino, trabalhando ao lado do compadre Antônio.

Não era doido e ninguém soube de fatos que lhe desabonassem a conduta. Santos e justos eram os seus conselhos a todos, homens e mulheres. Ah, não pegava em dinheiro da República! Mas não pegava em dinheiro de qualquer espécie, nem mesmo o de D. Pedro II! Não dormia com um tostão de um dia para o outro. Se recebia esmolas, logo as passava a quem se achasse junto dele. Ou mandava comprar panos para vestir os necessitados. Era assim o Peregrino (acesso em 15/04/2006).

Num dos poucos registros escritos de Antônio Conselheiro (fora os manuscritos encontrados em Belo Monte) – uma carta enviada a Felizberto de Moraes, datada de 26 de abril de 1893 – , podemos perceber o tom humilde com que se dirigia aos amigos ou colaboradores:

“Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo... Peço-lhe que faça-me a caridade de mandar uma rês de que tenho precisão. Creia, nutro a esperança que não terei recorrido de balde à sua benevolência, acolhendo com caridosa intenção a satisfação de meu pedido e de cuja caridade lhe ficarei muito agradecido (*Apud* Moniz , 1978, p.45).

Mesmo em suas tão famosas prédicas, até quando se volta contra a República, não poderia ser considerado louco ou fanático, já que não há nada de herético ou incoerente em

suas informações.²³ Sendo assim, parece que o epíteto mais adequado a Antônio

Conselheiro é aquele escolhido por ele mesmo: peregrino.

²³ TRECHOS DAS PRÉDICAS

Sobre a cruz:

"O homem deve carregar sua cruz debaixo de qualquer forma que se apresente, deve penetrar-se assim de júbilo, sabendo que em virtude dela vai ao céu".

Sobre a missa:

"Se bem soubera um cristão o que lucra em assistir e ouvir a missa todos os dias, deixaria os maiores negócios deste mundo para não faltar a tão grande bem espiritual".

Sobre a confissão:

"Não há coisa mais útil ao cristão nem indispensável para comungar dignamente do que descer à sua consciência e escutar, com saudável severidade, seus tristes esconderijos".

Sobre a República:

"É evidente que a república permanece sobre um princípio falso e dele não se pode tirar consequência legítima: sustentar o contrário seria absurdo, espantoso e singularíssimo; porque, ainda que ela trouxesse o bem para o país, por si é má, porque vai de encontro à vontade de Deus, com manifesta ofensa de sua divina lei. Como podem conciliar-se a lei divina e as humanas, tirando o direito de quem tem para dar a quem não tem? Quem não sabe que o digno príncipe, o senhor dom Pedro 3o, tem poder legitimamente constituído por Deus para governar o Brasil?"

Sobre o casamento civil:

"A religião santifica tudo e não destrói coisa alguma, exceto o pecado. Daqui se vê que o casamento civil ocasiona a nulidade do casamento, conforme manda a santa madre Igreja de Roma, contra a disposição mais clara do seu ensino".

..."o casamento é puramente da competência da santa Igreja, que só seus ministros têm poder para celebrá-lo; não pode portanto o poder temporal de forma alguma intervir neste casamento, cujo matrimônio na lei da graça Nosso Senhor Jesus Cristo o elevou à dignidade de sacramento ... é prudente e justo que os pais de família não obedeçam à lei do casamento civil, evitando a gravíssima ofensa em matéria religiosa que toca diretamente a consciência e a alma" (*Apud* Calasans, acesso em 15/04/2006)

2º capítulo - Antônio Conselheiro – Dimensão Ficcional

O homem era alto e tão magro que parecia sempre de perfil. Sua pele escura, seus ossos proeminentes e seus olhos ardiam com fogo perpétuo. Calçava sandálias de pastor e a túnica de azulão que lhe caía sobre o corpo lembrava o hábito desses missionários que, de quando em quando, visitavam os povoados do sertão batizando multidões de crianças e casando amancebados.

Mario Vargas Llosa

2.1 Breves palavras sobre uma fecunda relação

Perante a história, a literatura parece desarmada. As mais belas obras do mundo não impedirão a guerra, não apagarão as marcas da miséria humana. Mas, privado da arte, o homem estaria amputado de sua melhor parte, incapaz de legar sua imagem à história.

P. de Boisdeffre

A discussão a respeito das fronteiras entre história e literatura é freqüente e inesgotável. Historiadores já chegaram a afirmar que a história na realidade não é mais que um “romance verdadeiro” e críticos se perguntam se existe um traço que distingue a narrativa histórica²⁴ de outras narrativas. Enfim, enquanto estivermos vivendo sob o domínio de um certo paradigma, no qual a separação entre história e literatura é, de alguma forma, viável, a discussão não terá fim, até porque ela tem um papel na mudança. Essa discussão sobre os gêneros discursivos História e Literatura remonta à própria constituição destes, ou seja, a partir do século XVIII. Antes desse período, na Grécia e na Idade Média, a história e as histórias, por assim dizer, eram feitas de forma diversa, não fazendo sentido, portanto, falarmos de fronteiras entre “fato e ficção” como hoje os entendemos.

No renascimento, *litteratura* passa a designar o conjunto da produção escrita, incluindo a retórica, a poesia, a filosofia, a teologia, a história e as ciências. Mas somente no final do século XVIII, literatura e história começam a se constituir com o sentido que têm hoje, contribuindo para isso alguns fatores como, por exemplo, o deslocamento do designativo literário do sentido de conhecimento para o de “gosto”, o desenvolvimento de uma noção de “tradição literária” e a cientificização da História, que sofre uma guinada no sentido da racionalização por influência do Iluminismo.

Segundo Linda Hutcheon, “é essa mesma separação entre o literário e o histórico que hoje se contesta na teoria e na arte pós-modernas, e as recentes leituras críticas da história e da ficção têm se concentrado mais naquilo que as duas formas de escrita têm em comum do que em suas diferenças” (Hutcheon, 1991, p. 141). Mas se hoje a separação

²⁴ A narrativa parece ser um terreno extremamente fértil para o debate entre os historiadores contemporâneos, já que por muito tempo ela foi “renegada” como algo que afastaria o historiador da ciência, ou do “modo científico” de se fazer história.

entre tais modalidades discursivas é questionável, muitas foram as tentativas no passado de diferenciar, de estabelecer fronteiras entre os campos história e literatura. Na primeira metade do século XIX, sob a influência romântica, os laços entre as duas áreas se estreitam para, no entanto, logo depois se afrouxarem com o advento do positivismo. A história passará então a ser definida como ciência autêntica, pretendendo, assim, conquistar sua especificidade e independência em relação à literatura. Para essa disciplina, a partir desse período, o que acontece deve ser explicado em função do momento e, para tal, existe uma ciência específica, que usa processos lógicos: a ciência da história.

Tomando a literatura e a história, então, como atividades distintas e autônomas, temos a literatura como expressão da ficção, da subjetividade, enquanto o fato e a objetividade são elementos constituidores da História. A diferença se coloca, portanto, entre objetos e discursos correspondentes a cada modalidade em suas relações com o real. É nesse sentido a tentativa de diferenciação proposta por Chartier, já que a história singularizaria-se pelo fato de “manter uma relação específica com a verdade, ou antes, por as suas construções narrativas pretenderem ser a reconstituição de um passado que existiu. Esta referência a uma realidade situada fora e antes do texto histórico, e que este tem por função reconstituir à sua maneira, não foi dispensada por nenhuma das formas do conhecimento histórico, ou melhor ainda, ela é aquilo que constitui a história na sua diferença mantida com a fábula e a ficção” (Chartier, 1990, p. 84).

No século XX, a partir do momento em que se começa a questionar a concepção de história fundamentada na necessidade de exatidão e fidelidade impostas pelo positivismo, abre-se espaço para as aproximações. Alguns historiadores afirmam que a história está mais próxima da literatura que da ciência pura. Já é consenso que os documentos e testemunhos sobre os quais a história se apóia são suscetíveis a uma infinidade de interpretações, e o

historiador, tendo que formar concepções a partir de indícios, põe muito de si mesmo em seu discurso. O século XX promove mudanças tanto no modo de se pensar e fazer literatura quanto no modo de se conceber e escrever a história. A disciplina histórica, por um lado, vive a crise de ver “cair por terra” suas tentativas de reconstrução fiel do passado, tentativas de construção do fato histórico pleno. Por outro lado, a literatura parece questionar a pretensa objetividade que guiara os romancistas na tentativa de representação da realidade. Para Auerbach, “o autor moderno abandona-se, muito mais do que acontecia antes nas obras realistas, ao acaso da casualidade do real, e embora (...) ordene e estilize o material do real, isto não acontece de forma racional e nem com vistas a uma intenção de levar planejadamente a um fim um contexto de acontecimentos exteriores” (Auerbach, 1971, p. 473).

A fronteira entre história e literatura é cheia de reentrâncias, frestas, confluências... A reconstituição dos fatos do passado é cheia de silêncios e eles parecem só poder ser preenchidos pela imaginação. As dessemelhanças e similitudes entre o histórico e o literário são especialmente aparentes ou problemáticas quanto o assunto é o romance histórico. Por se tratar de um gênero “híbrido”, o mundo construído nessas obras não pode ser apenas verossímil; o laço que o prende ao real é de natureza um pouco diversa. Não deixa de ser interessante que vários autores, ao longo do tempo, podendo ser livres para criar *qualquer história*, se decidissem por recriar *a história*. Nesse sentido, é interessante destacar os dizeres de Hélio Damante, (*apud* Freitas 1986, p. 1), em relação a Paulo Setúbal, pródigo autor de romances históricos: “Sempre há e sempre haverá um público ávido da ‘inteligência’ dos acontecimentos históricos, vistos através do que seria ‘o manto diáfano da fantasia’ que os torna tão humanos na sua postura de deuses ou heróis”.

Uma observação de Abel Posse (1992) parece interessante no sentido de esclarecer ou explicar certa profusão de romances históricos nas últimas duas décadas na América Latina, o que acabaria por explicar, ainda que parcialmente, a produção sobre a Guerra de Canudos: segundo ele, a literatura latino-americana cumpre uma função desmistificadora. A obra dos grandes escritores americanos, ao longo da história, vem realizando um papel revisor e readaptador das interpretações históricas, com a finalidade de encontrar as raízes ocultas ou quebradas que fazem da América uma realidade insolucionada, adolescente. Cabe à Literatura, enfim, a tarefa fundadora que a transforma numa grande usina de criação de realidades novas. Através de seu fazer legitima-se o espaço humano americano, que antes se interpretava sob o ponto de vista europeu.

No caso de Canudos, a literatura parece ter uma “função” muito interessante, já que, apesar do muito que se tem dito e escrito sobre o assunto, a produção sobre Canudos não pára de crescer. A de romances especialmente. No caso de Antônio Conselheiro, quando se poderia pensar que não há mais nada a ser dito sobre ele, a literatura vem subverter esse pensamento, a ficção, a imaginação sobre os acontecimentos invade todas as possibilidades, aliás, o tempo parece inventar novas possibilidades de interpretar, ou melhor, de ficcionalizar Antônio Conselheiro.

Sobre o corpus

Para falar do *corpus* escolhido, é preciso fazer referência novamente ao fato, no mínimo intrigante, de grande parte da produção contemporânea sobre a guerra de Canudos ser constituída por romances. Em que pese a dificuldade de denominação de parte das obras, há claros indícios de que grande parte dela pode ser classificada como ficção.

Em relação às obras literárias selecionadas, os fatores determinantes têm forte relação com a data de publicação. Ao examinarmos a produção sobre Canudos, podemos perceber que os primeiros livros são publicados durante a primeira década após o conflito— geralmente escritos por membros do exército ou jornalistas que testemunharam os acontecimentos. A maior parte dessas obras foi escrita antes de Os Sertões e nenhuma delas obteve tanto sucesso. Mas a maioria esmagadora das publicações se deu nos últimos vinte anos²⁵. No universo de 204 obras catalogadas pelo *site* em questão e que nos está servindo de parâmetro²⁶, podemos facilmente constatar isso.

A década de cinquenta parece ser fundamental na retomada do tema, o que é confirmado pela nossa “lista”. No ano de 1950, o número de publicações começa a crescer, com uma pequena queda na década de 70 e um crescimento vertiginoso a partir da década de 80. Sabemos que é nessa década – a de 50 – que ocorrem lançamentos importantes, frutos de

25

	Total
De 1888 até 1900	12
De 1901 até 1910	7
De 1911 até 1920	1
De 1921 até 1930	3
De 1931 até 1940	4
De 1941 até 1950	1
De 1951 até 1960	13
De 1961 até 1970	19
De 1971 até 1980	12
De 1981 até 1990	36
Desde 1991	96

²⁶ www.portifolium.com.br

trabalhos que irão influenciar muito os estudos sobre Canudos, como o primeiro o livro da José Calasans – o qual será seguido de muitos outros - e o livro de Odorico Tavares com os depoimentos dos sobreviventes da guerra.

Sendo assim, justifica-se a escolha das obras do nosso *corpus* em relação ao momento de publicação, já que o nosso objetivo é refletir sobre o papel da literatura na construção (ou desconstrução) de um “mito”, de uma imagem cristalizada. Será que a literatura mi(s)tifica ou desmi(s)tifica Antônio Conselheiro?

O livro Os Sertões foi escolhido como influência inquestionável desde o início do século; Capitão jagunço – escrita na década de cinquenta por um estudioso do tema – como representante dos romances escritos no momento de ‘retomada’ e as outras três obras – A casca da serpente, Canudos - As memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano e As meninas do Belo Monte – como representantes da produção contemporânea.

2.2 Uma representação de destaque

“Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta”. (Euclides da Cunha – a propósito de Os Sertões)

É fundamental destacar que a abordagem da obra de Euclides, assim como a das outras obras escolhidas, está centrada na construção da figura de Antônio Conselheiro, de acordo como objetivo proposto no presente trabalho.

Segundo as palavras do professor e tradutor de Os Sertões para o alemão – Beltold Zilly (1998) –, a guerra de Canudos, evento crucial da história brasileira, um dos atos fundadores da República, tornou-se, graças à magia da retórica pictorial e teatral de Euclides da Cunha na referida obra, evento inesquecível do imaginário do país, crime trágico e trauma coletivo, fonte de reflexões sobre a identidade nacional, paradigma internacional do embate entre a civilização expansionista e as tradicionais culturas regionais.

A guerra de Canudos foi um movimento que fez surgir uma obra monumental – *Os Sertões* – ou talvez a obra é que tenha feito “surgir” Canudos. De qualquer forma, apesar das críticas que o autor tem recebido, principalmente a partir da segunda metade do século XX, a interpretação que Euclides da Cunha teve dos fatos influenciou e influencia de forma extremamente abrangente a produção sobre o assunto e o imaginário sobre a Guerra²⁷.

Na introdução do referido livro, Euclides deixa clara a intenção de denunciar o *crime* que foi a Campanha de Canudos. E o faz, sem dúvida. É uma tentativa de explicar a gênese dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, denúncia da ação, a seu ver, bárbara, do Estado através do exército. Em relação a Antônio Conselheiro, a visão produzida consoante a leitura é a de insensatez, insanidade, demência. Se os jagunços vão tomando a feição de heróis mestiços, de “hércules-quasímodos”, o seu líder, ao contrário, é um caso de atavismo, uma monstruosidade gerada pelas contingências biológicas, geográficas e históricas.

Há tempos tenta-se entender como o livro de Euclides da Cunha se tornou “a referência” sobre a Guerra de Canudos. Seja por suas estratégias de composição, seu caráter

²⁷ Menezes (acesso em 15/04/06) nos diz que Euclides da Cunha, com a afirmação de que Antônio Conselheiro foi “para a História como poderia ter ido para o hospício” inaugura uma das vertentes mais enraizadas da historiografia de Canudos. Entretanto, segundo o mesmo autor, foi Antônio Conselheiro quem, com a realização de sua utopia cristã e sertaneja, retirou do anonimato dos almanaques militares para o território da História todos os que participaram dos acontecimentos em questão; inclusive o próprio Euclides.

épico, a análise científicista que comporta, ou mesmo pela forma como a obra foi recebida pelos críticos da época (elogiado por Araripe Júnior²⁸, José Veríssimo e posteriormente por Sílvio Romero), o fato é que a imagem construída do líder sertanejo influenciou as representações da época e posteriores, fossem elas afins ou não à opinião de Euclides sobre o Conselheiro. Afinal, como é comum a um texto de caráter tão “monumental”, Os Sertões dialoga com textos anteriores e textos posteriores sobre a guerra, influenciando-os e sendo influenciado também pelas (re)interpretações e (re)leituras que estes textos posteriores proporcionam.

Talvez um dos motivos seja, de acordo com Zilly (1998), justamente o caráter abrangente da obra, que poderia ser encarada como *summa*. Outra causa seria sua indefinição, ou melhor, a multiplicidade de gêneros literários que condensaria, sua capacidade de congregar as mais variadas informações, atitudes, formas de enunciação, incorporando, portanto, vários tipos de texto: crônica, lenda, depoimento, diário, tratado geográfico, etnográfico e historiográfico, formas populares simples etc. O livro reuniria as três formas básicas da literatura — a epopéia, o drama e a lírica —, como têm apontado muitos críticos, enfatizando principalmente os traços de epopéia e tragédia. “Enfim, trata-se de um livro-síntese de temas, pontos de vista, métodos de pesquisa e ideologias, quase uma enciclopédia do sertão, que ‘dígere’ todo tipo de texto anterior sobre o assunto, obra polissêmica, por isso mesmo sugestiva, instigadora da imaginação do leitor, que se sente

²⁸ Na visão de Araripe, *apud* Abreu (1998), na qual o meio físico determinava as possibilidades de ação dos indivíduos, Euclides da Cunha teria dado muita importância ao Conselheiro. O beato não passaria de um despeitado da vida que o meio torceu, um instrumento que o sertão carecia para arremeter contra os soldados (...) do litoral, enviados pela civilização para puni-los de seu atraso, ou seja, Antônio Conselheiro pessoalmente não tinha nada de extraordinário. Fizeram-no santo. No seu parecer, qualquer Conselheiro sertanejo que aparecesse era suficiente para constituir um centro de Canudos, desde que o sertão rodasse como rodou.

convidado pelo sem-número de reticências a continuar o trabalho do autor. Os Sertões são muitos livros em um só”.

Uma década importante para a relativização, por assim dizer, da visão veiculada pelo livro de Euclides sobre a Guerra de Canudos foi a de 50, como já dito. Os estudos sobre a poesia popular, realizados pelo professor José Calasans, e o livro de Odorico Tavares, com depoimentos de sobreviventes da guerra, foram decisivos nesse sentido porque proporcionaram a valorização de quem, digamos, realmente “estava lá”. A partir daí, torna-se cada vez mais comum a publicação de trabalhos com intenção reavaliativa sobre os acontecimentos do final do século XIX no sertão baiano. Questiona-se a visão de Euclides da Cunha: suas teses, argumentos, opiniões, enfim, seu olhar em relação aos acontecimentos. Olhar caracterizado por muitos como “estrangeiro”.

Concordando com as palavras de Jorge Coli (2004), Os Sertões nos encaminha para uma inesperada configuração epistemológica. Canudos, arrasada pelos bombardeios, afogada pelas águas, tornou-se indestrutível e inabalável, tornou-se presente e imensa, graças a um livro cuja inteireza salta aos olhos, mas que se construiria, numa grandeza maior, sobre as ambigüidades de suas contradições.

A obra de Euclides é, sem dúvida, fascinante. Fascínio exercido por longo tempo e até hoje nos espíritos de intelectuais ou de quem simplesmente lê. O autor teve tempo de rever suas idéias sobre todo o episódio da guerra, pois seu livro só foi escrito anos após o término do conflito. Euclides muda bastante de tom em relação aos primeiros artigos escritos sobre Canudos e intitulados “A nossa vendéia”²⁹ e, por isso, ganharia Os Sertões o epíteto de “livro

²⁹ A referência é aos primeiros artigos escritos por Euclides para *O Estado de São Paulo*, nos quais defende a tese de que Canudos seria um foco de resistência monarquista.

vingador “. Em relação ao líder Antônio conselheiro, o autor tenta explicá-lo a seu modo: é a loucura atávica despertada por tragédias familiares e alimentada pelo meio sertanejo a explicação para o *modus vivendi* de Antônio Conselheiro. A obra é decisiva no sentido de associar fanatismo e loucura à imagem desse homem, ou melhor, o modo como as palavras de Euclides (em relação a Antônio Conselheiro) foram geralmente interpretadas foi decisivo nesse sentido. O Conselheiro “entra para a história como poderia ter entrado para o hospício” (Cunha, 1984, p.147), afirma o autor. Era um paranóico. Somente as circunstâncias fizeram com que seu caminho não fosse o do hospício. O diagnóstico foi dado pelo conhecido médico baiano Nina Rodrigues: psicose sistemática progressiva.

No tocante às questões de gênero, não se pode dizer que Os Sertões seja um romance histórico porque não se pode dizer, primeiramente, que é romance. No começo do século XX, quando a obra é publicada, já o gênero romanesco está definido. Tendo começado sua ascensão no século XVIII, dois séculos depois já está constituído como o gênero que hoje conhecemos. Caracterizado por Lukács como o gênero da época burguesa e analisado por Bakhtin como uma forma de uso privilegiadamente dialogizada, o fato é que o romance chega ao século XX com extensiva produção e estudos críticos. Entretanto, o que Euclides faz em Os Sertões parece algo mais ligado à história – no sentido de apresentação e interpretação dos fatos – que à literatura. A linguagem, todavia, é propositadamente poética, o que o aproxima da literatura. No entanto, é fundamentalmente um trabalho de tese, de análise sociológica. Na verdade, é controversa a sua classificação por se tratar de obra bastante singular na nossa produção literária. Como já dito, é consenso dizer que há vários tipos de texto nessa obra, até mesmo certa dimensão romanesca.

Em relação à personagem Antônio Conselheiro – objetivo do presente trabalho – Euclides constrói seu perfil através de um narrador em terceira pessoa³⁰, perfil legitimado pela hipótese explicativa que envolve todo o livro. Não sendo este exatamente um livro de ficção, seu narrador se torna mais “confiável”. Assim, pode haver a ilusão de que, por não ser ficcional, a descrição de Antônio Conselheiro é mais real (mais verdadeira). Afinal, há algo de comum entre grande parte dos romances históricos e Os Sertões: a reconstrução de personagens que existiram.

Há um capítulo destinado ao líder sertanejo na segunda parte do livro, intitulada *O homem*. Nesse trecho, o autor começa explicando a complexidade do problema etnológico no Brasil, depois se dedica mais particularmente à gênese do jagunço, compara jagunços a gaúchos, discorre sobre a religiosidade sertaneja e chega ao capítulo dedicado a Antônio Conselheiro, o qual começa com uma definição:

É natural que estas camadas profundas de nossa estratificação étnica se sublevassem numa anticlinal extraordinária – Antônio Conselheiro.

A imagem é corretíssima. Da mesma forma que o geólogo, interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações, esboça o perfil de uma montanha extinta, o historiador só pode avaliar a altitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou (Cunha, 1984, p.147).

É dessa forma que Euclides introduz a sua tese sobre o Conselheiro. Para ele, Antônio começa a vida “sob os melhores auspícios”, pela situação privilegiada do pai em comparação ao contexto da época e do lugar. Entretanto, após certos revezes que sofre, em especial a

³⁰ A questão do narrador é interessante em *Os Sertões*. Como tratamos de obra extremamente diversificada, o narrador, a tipologia usada para classificar o narrador geralmente utilizada para textos ficcionais se mostra insuficiente. O foco narrativo varia (primeira pessoa do singular e ,principalmente, do plural) e em grande parte da obra, especialmente em *A terra*, o que parece é o relato do observador; uma espécie de “relato de viagem”. Há um artigo interessante de Ronaldo de Melo e Souza sobre essa questão, no qual ele sugere que Euclides, o “geopoeta”, na verdade utiliza seis “máscaras narrativas” em *Os Sertões*, a saber: observador itinerante, pintor da natureza, encenador teatral, investigador dialético, refletor dramático e historiador irônico.

traição de sua esposa, a “tara hereditária” começa a aflorar, crescendo sob as condições propícias do meio, o qual teria contribuído enormemente, fundamentalmente, na transformação do cidadão Antônio Maciel no “anacoreta” Antônio Conselheiro, dono de um “misticismo feroz e extravagante”, alardeado por uma “oratória bárbara e arrepiadora, desconexa e abstrusa”. Um “pavoroso” indivíduo.

No seio de uma sociedade primitiva que pelas qualidades étnicas e influxo das santas missões malévolas compreendia melhor a vida pelo incompreendido dos milagres, o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante. A pouco e pouco todo o domínio que, sem cálculo, derramava em torno, parece haver refluído sobre si mesmo. (...) a multidão (...) remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe, desmesuradamente, a vida, lançado-lhe os erros de dous mil anos. (...) O evangelizador surgiu, monstruoso, mas autômato (Cunha, 1984, p.160).

Antônio Conselheiro torna-se vítima inconsciente da hereditariedade, das condições geográficas do meio sertanejo e de como foi feita historicamente a ocupação desse meio. A população se identificava com ele, fazendo, reciprocamente, com que ele se identificasse cada vez mais com o papel que ia assumindo perante ela.

A exemplo de seus comparsas do passado, afirma Euclides, Antônio Conselheiro era um pietista ansiando pelo reino e Deus, prometido, delongado sempre e ao cabo de todo esquecido pela Igreja ortodoxa do século II. O misticismo religioso é algo que esteve presente em antigos estágios da civilização. Portugal mesmo, aparentemente “civilizado” no século XIX, foi o berço da crença sebastianista, a qual perdurou por longo tempo nesse país, sendo “transmitida” a suas colônias e aflorando sob certas condições, como o caso do sertão baiano.

Euclides se vale, na construção da biografia do líder em questão, de fontes históricas, como João Brígido e de depoimentos de pessoas que o ouviram pregar. Às vezes não explicita

bem suas fontes, mas se vale delas – escritos, depoimentos, reportagens etc – para construir e validar sua análise dos fatos³¹. Enfim, o livro de Euclides é argumentativo, analítico e pretensamente científico. É uma maneira *a la Humboldt* de fazer ciência. Mas não é um livro de ficção, como nós entendemos essa palavra contemporaneamente. A assertiva se comprova ao compararmos essa a outras obras de ficção.

2.3 Capitão jagunço, um romance histórico da década de 50

Não há dúvida do quão fortemente marcante foi a publicação de Os Sertões, obra única no estilo e no gênero. Sua influência estende-se soberana até meados do século XX, com poucas vozes discordantes. O cenário, porém, parece começar a mudar a partir da década de cinquenta, através de estudos históricos, sociológicos e de diversas áreas do conhecimento. Mas é um processo lento, os discursos são heterogêneos e somente aos poucos a imagem de Antônio Conselheiro vai mudando.

É importante frisar que um dos motivos para a escolha de Capitão jagunço para o nosso *corpus* é a sua data de publicação. Além disso, Paulo Dantas é um estudioso e um “apaixonado” pelo tema da Guerra de Canudos, como ele mesmo diz. Também são de sua autoria outras obras sobre o assunto³². Portanto, conhecedor das fontes, dedica seu livro à

³¹ É uma crítica que se faz a Euclides, principalmente entre os historiadores.

³² Como Joana Imaginária e Antologia Euclidiana, por exemplo.

memória de Euclides da Cunha, mas também a treze autores “desaparecidos da Campanha de Canudos”³³, segundo ele.

No livro, há dois apêndices, os quais são interessantes porque mostram que o autor é um leitor atencioso e assíduo de Os Sertões, defendendo o seu autor de críticas e demonstrando o quanto esse livro o inspira. Durante a narrativa propriamente dita, é perceptível a intertextualidade (muitas vezes implícita) entre os dois livros em questão. Na segunda parte do apêndice, o autor conta a última viagem feita a Canudos e ressalta muitas impressões pessoais que podemos reconhecer em vários trechos de seu romance.

A personagem principal do livro é o capitão “jagunço” Jerônimo. O sertão – arredores de Canudos – é o espaço utilizado para o desenrolar da narrativa, motivada pelo encontro entre o capitão e o narrador, um caixeiro viajante – homem da “cidade” . Os dois se encontram no caminho de Jeremoabo:

Anos depois da Guerra de Canudos, andava eu a mascatear pelos sertões da Bahia, quando no caminho de Jeremoabo, poeirento e garranchento, encontrei, saindo dos matos, um estranho e assustado velho.

O capitão se apresenta:

Sou capitão por patente conferida pela guarda Nacional, a Briosa, que assim agiu no reconhecimento de meus serviços prestados, inclusive na guerra do Paraguai (...) Capitão também sou, porque gosto de servir os outros, estando sempre na alheia e pronta serventia. (...) Hoje, só me tratam por meu capitão. É meu capitão pra ali, é meu capitão pra cá, e como tenho esse meu feitio de caboclo, nos

³³ A saber: A. Constantino Nery; A. Martins Horcades; Afonso Arinos; Aristides Milton; Dantas Barreto; Frei João Evangelista; Frei Pedro Sinzig; Henrique Duque-Estrada de M. Soares; Manuel Benício; Manuel Pedro da Dores Bombinho; Nina Rodrigues; João Brígido e João da Silva Campos.

feitos, me batizaram de *Capitão Jagunço*, título do qual não me envergonho. De jagunço nunca tive medo não, que a nossa natureza regula no mesmo rompante de chão. Jagunço aqui todo mundo é, que covarde ninguém quer ser neste brabo e duro sertão, onde a lei da guerra possui forte valia (Dantas, 1982, p. 19).

O termo jagunço, então, comumente associado ao crime, à gente de Antônio Conselheiro, ganha nova dimensão nas palavras do capitão, que é personagem baseada em Jesuíno, um sertanejo que serviu de guia ao exército. As informações sobre ele são escassas, mas sabe-se que antes negociava com o povoado de Canudos, sendo, por isso, acusado de traidor. Não se sabe ao certo quais seriam seus motivos, se o dinheiro oferecido pelo exército ou se fazia o trabalho movido por intuito vingativo contra a gente do arraial. No livro, Jerônimo – o capitão jagunço – age por vingança, confessando ter remorsos pela destruição de Canudos. Mas afirma ter sentido muito ódio por alguns de seus líderes, principalmente João abade, mas também Pajeú, Taramela, Vicentão e outros.

Durante a narrativa, então, a voz que se destaca como a de narrador efetivo da história é a voz do capitão jagunço. O velho parecia “que estalava por dentro, sôfrego para desabafar-se”, observa o caixeiro viajante. E tendo ele a aparência de um “jagunço manso”, o moço mascate aceita sua companhia e a história prossegue num diálogo que é quase um monólogo do capitão jagunço. No entanto, se considerarmos, como afirma Bakhtin, que todo texto é dialógico³⁴ – apesar de nem sempre ser polifônico – podemos dizer que a presença do outro se faz sentir

³⁴ “Em outras palavras, o diálogo é a condição da linguagem e do discurso, mas há textos polifônicos e monofônicos, segundo as estratégias discursivas acionadas. No primeiro caso (...) as vozes se mostram; no segundo, elas se ocultam sob a aparência de uma única voz. Monofonia e polifonia de um discurso são, dessa forma, efeitos de sentido decorrentes de procedimentos discursivos que se utilizam em textos, por definição, dialógicos. Os textos são dialógicos porque resultam do embate de muitas vozes sociais; podem, no entanto, produzir efeitos de polifonia, quando essas vozes ou algumas delas deixam-se escutar, ou de monofonia, quando o diálogo é mascarado e uma voz, apenas, faz-se ouvir” (Barros, 1994).

marcadamente porque essa narrativa é uma resposta. Uma resposta não ao seu interlocutor imediato – o moço mascate – mas a todos aqueles que o chamaram traidor. Afinal, durante todo o tempo a sua tentativa é de responder a esse desagravo, explicar seus motivos. Desse modo, temos um romance bem centrado na voz do narrador – através da qual pode-se “entreouvir” a voz do autor – , mas voltado a outras falas, textos, “vozes”, às quais responde.

Segundo o capitão, a raiva que sentia pelos seguidores do Conselheiro era devida à injustiça e às judiarias que foram praticadas por eles contra a sua pessoa. Tudo começara porque Taramela havia visto o seu título de eleitor, contando o fato a João abade, o qual considerou essa posse (do título de eleitor) como alta traição³⁵. João Abade, então, teria mandado Vicentão incendiar a casa de Jerônimo; o que foi feito. Durante a invasão e incêndio da moradia de Jerônimo, sua mulher teria sido morta. Tudo foi feito, no entanto, sem o consentimento do Conselheiro, que só ficou sabendo do ocorrido quando Jerônimo estava sendo cruelmente espancado por Pajeú e outros, e o mandou soltar.

Ao estudarmos os textos sobre o tema de Canudos, percebemos que as atrocidades imputadas ao povo de Canudos, as quais seriam praticadas principalmente por seus líderes, são insinuadas ou ditas claramente por muitas pessoas da época. O frei João Evangelista, por exemplo, disse que no arraial viviam vários criminosos e que muitas pessoas eram obrigadas a permanecer em Canudos. São freqüentes também, em documentos enviados ao governo por autoridades da região, a menção ao medo que a população teria dos habitantes de Canudos e ao poder do Conselheiro, o qual ameaçava as autoridades constituídas. Mas como já questionamos em outros momentos desse trabalho, é difícil dizer, até porque há evidências em

³⁵ Não é demais lembrar que os habitantes de Belo Monte (ou Canudos) não votavam, já que o seu líder considerava a República como obra do “cão”.

contrário, se certas ações realmente aconteciam ou se eram principalmente fruto de um *discurso a respeito de Canudos*.

O capitão jagunço sofre por ter participado do fim do povoado. Ele se diz injustiçado por ter sido abandonado pelo exército e desprezado por seu povo. Questiona os motivos da guerra, mas fica claro o que pensa dos habitantes de Canudos:

Aquele povaréu brabo de Canudos não prestava: acho que de lá só se salvava mesmo o Conselheiro, que era um santo homem desviado, posto nos errados caminhos por uma feroz e capaz penitência, a qual ele servia no jugo e na canga, feito um boi manso, tangido pelo ferrão da fé. Porque Antônio Conselheiro era bom, mas Canudos não prestava. O que faz mal ao corpo é o sangue(...) E o sangue de Canudos nunca foi bom, nunca prestou. Já vinha envenenado da sete encruzilhadas dos pecados de todos os Estados (...) Era difícil lá nascer criança sadia. Os coitadinhos morriam a três por dois, nas rumas, uns pelos outros, chegando a se contar dez pequeninos mortos por dia. Canudos era uma senzala, era uma casa de purgar. Lá sofria uma raça inteira. Na sujeira, vivia gente misturada com porcos, com animais entrando e grunhindo nas casas; doidos e aleijados, esmoleres e feridentos; pintos de pescoço pelado bicando moscas por cima das mesas, das camas ou das redes. O dia inteiro em Canudos era um lixo só... (Dantas, 1982, p. 46)

Contrariando muitos dos depoimentos dos sobreviventes de Canudos colhidos por alguns estudiosos, mas concordando com a visão de pessoas “de fora” que tiveram a oportunidade de conhecer Canudos, como o frei João Evangelista e Euclides da Cunha, o sertanejo do livro, representante fictício da voz de seu povo, nos descreve a cidade como uma “grande senzala”. Além disso, diz que os canudenses, nada tendo a perder “senão as esporas da penúria”, resolveram morrer “torrados no próprio fogo da resistência e da desgraça, alimentados por uma crença errada” (Dantas, p. 46 a 47). Entretanto, num outro trecho, ele descreve Canudos como uma terra farta e próspera, cheia de plantações e com criação de

animais. Essa descrição é muito parecida com o depoimento colhido pelo próprio autor de um dos sobreviventes de Canudos, o José Ciríaco, depoimento esse que, juntamente com outras conversas e impressões, está parcialmente exposto no apêndice do livro.

Em relação a Antônio Conselheiro, porém, Jerônimo é mais brando, insinuando sempre a condição de vítima daquele homem. A biografia que conta ao moço viajante é quase a mesma que conhecemos através da história, enriquecida com episódios como o que ele conta sobre o pai do Conselheiro, o qual sempre chamava Antônio para “lhe decifrar as coisas de Deus”. E os dois ficavam “no balcão, até altas horas, como que acorrentados pela fé, diante da Sagradas Escrituras” (Dantas, p. 95 a 96). O pai, segundo o capitão, gostava de uma aguardente, tinha acessos de fúria e tinha mania de construtor. Ele faz referência também à loucura que perseguia a família, hipótese muito aventada durante vários anos como explicação para as ações de Antônio Conselheiro e até mesmo para a guerra propriamente dita (Canudos como “loucura coletiva”). O capitão se afirma íntimo do conselheiro, diz que “caiu de cheio em sua confiança”, conversando muito com este.

Jerônimo fala muito sobre a guerra, a respeito dos oficiais e soldados que conhecera. Faz referência ao castigo que teria sofrido Moreira César, por conta de sua impáfia e orgulho, desprezador das coisas de deus. Faz muitas referências às penúrias sofridas pelo exército, de como os sertanejos se aproveitavam comercialmente da situação e poucas vezes faz referência às atrocidades cometidas pelos soldados e oficiais durante a campanha. Uma das passagens em que ressalta o fato é quando fala da gravata vermelha, a conhecida degola, ato vergonhoso para o jagunço, o qual deveria morrer lutando para ganhar o céu. Segundo o capitão:

O Conselheiro, além de fanático, era sistemático: incutira a crença, de que só ia para o Céu aquele que morresse a tiro, de morte matada, sem ser ferido à traição. Por isso a jagunçada preferia morrer

na frente do tiros dos canhões, dos fuzis e das carabinas, que as baionetas e as outras armas brancas eles detestavam (Dantas, 1982, p. 132 a133)

Isso fazia com que os jagunços fossem ainda mais destemidos. O capitão não deixava de admirar o modo como lutavam, sua coragem e astúcia, conhecedores daquele chão que eram e acostumados a todas as agruras. Esse jeito destemido fez muitos soldados se acovardarem. A narrativa prossegue à medida que os viajantes vão se aproximando de Canudos. É novamente um retorno para o capitão, que já havia feito tantos outros ao lugar. É mais uma chance de purgar o passado através da narração. No fim do livro, ele pede que o moço “fino e estudado” o julgue e o absolva se achar certo.

Enquanto no livro de Euclides há uma preocupação com a interpretação ou explicação dos fatos, por assim dizer, que estão expostos segundo fontes históricas e material coletado pelo autor, o narrador de Capitão jagunço faz uso de estratégia comum aos romances históricos: afirmar que o que diz é verdade. Há várias referências à veracidade de seus dizeres durante a narrativa:

Quando o acontecimento se torna estátua, a gente pode dizer que a estória vira história, como é o caso de Canudos. E é nessa estória histórica que narro os fatos sucedidos, já que as informações que presto não foram tiradas de livros, mas sim arrancadas diretamente da galharia dos galhos do coração do povo, de cuja boca escutei ou de cuja luz dos olhos enxerguei, presencial (Dantas, 1982,p.121 a 122).

Assim o autor Paulo Dantas nos apresenta os fatos: através do olhar do capitão jagunço, o qual não perde uma chance de dizer que o que narra é verdadeiro. Pressupõe-se que o leitor esteja preparado, através do “pacto ficcional” estabelecido, para reconhecer as afirmações do

capitão como estratégias de composição da obra. Em relação a Antônio Conselheiro, Jerônimo também diz ser o seu depoimento verdadeiro, afirmando, por exemplo, em certa passagem, que “não é mentira não; não é mentira não. Antônio Conselheiro se julgava o messias do sertão” (idem, p.116).

A imagem veiculada no livro ainda é a de fanático, de um Antônio ignorante e penitente, o qual não tinha domínio sobre o seu poder gregarista, dizendo-se isento de culpa por ter sido seguido pelos fiéis, já que não tinha obrigado ninguém a segui-lo. Era humilde, preferiu deixar sua casa, quando descobrira a traição da mulher, a “lavar a honra”, como era comum no sertão, “passando por cima de sua miséria, indo para os matos, mais pra adiante esconder sua vergonha, esquecendo dela, com o surrão de monge e o livro de orações” (Dantas, 1982, p. 115).

Segundo o capitão – efetivo narrador da história – o Conselheiro lhe confidenciara o amor que tinha vivido com Joana Imaginária, a santeira, a qual sabia dos “caminhos e dos espinhos de sua vida”. Segundo o narrador, ela queria palmilhar o sertão com ele, mas o Conselheiro não concordou. Se tivesse aceitado o amor dessa mulher, talvez seu destino fosse outro. Mas o Conselheiro carregava com ele um espírito sofredor que se chamava Legião e “Legião queria que Antônio seguisse penitente, fazendo obras pias, coisas de ação de graças, espalhando benfeitorias numa santa e padecida serventia, sem saber de união ou carinho de mulher” (idem, p. 107).

Jerônimo gostava do Conselheiro, tinha um fraco por aquele homem que sabia dizer coisas bonitas, “botar o verbo de Deus nos ouvidos e no coração daquela crédula matutada, gente sugestionada que esperava na voz de um homem, ouvir o verbo de Deus incendiado e encarnado”. Era um homem “sábio, muito entendedor dos padecimentos alheios”. Dedicou suas prédicas ao sofrimento do povo abandonado. Era uma “santa criatura aquele pobre diabo”.

Como chefe, tinha que esbravejar às vezes, pois de outro modo o povo não ouviria e “só com energia se poderia corrigir a anarquia quando ela brotava da fé e da confusão do ajuntamento”. (ibidem, p. 118 a 119). E mesmo “apesar da fé, a anarquia comeu solta em Canudos”.

O Conselheiro então era sábio e ignorante, chefe de seu rebanho e ao mesmo tempo arrebanhado por ele, sem poder controlar tamanho agrupamento de pessoas. Era impressionante e impressionável, mas sempre humilde, penitente. Através dessa imagem construída, percebemos que o fanatismo ainda está associado ao Conselheiro, que traz o estigma da loucura herdada de seus antepassados, a qual aflora através do fanatismo por causa das decepções e dificuldades da vida mundana. Podemos fazer um paralelo com Os Sertões nesses aspectos, já que para Euclides também o casamento malfadado é o estopim da loucura de Antônio, tendo o meio um papel fundamental no desenrolar dos fatos relativos ao homem em questão. Mas no livro de Paulo Dantas não há a tese de atavismo racial, até porque não é o seu objetivo elaborar hipóteses explicativas. Além disso, o Conselheiro é descrito em termos até mesmo carinhosos, bem diferente do anacoreta saído da retumbante descrição de Euclides.

Capitão jagunço é uma tentativa, a maneira de Guimarães Rosa e outros autores, de fazer falar o povo através da(s) personagem(ns). Nesse caso em especial, o povo do sertão. O Conselheiro aqui é um inocente. Assim, embora ainda colado aos discursos fixados pelos primeiros intérpretes dos acontecimentos, nota-se a mudança operada na imagem do peregrino, a qual poderia ser associada às mudanças interpretativas mais gerais que vão ocorrendo em relação ao tema de Canudos, ou seja, a década de 50 é marcante para a (re)interpretação dos fatos relacionados a canudos, já que os estudos sobre o tema adquirem novo fôlego principalmente através das pesquisas de José Calasans.

2.4 A casca da serpente – Um romance histórico da década de 80

Entre os vários romances contemporâneos sobre a Guerra de Canudos, há um livro escrito por José J. Veiga, em 1989: A casca da serpente. O autor é bastante conhecido em nossa literatura pela gama de romances publicados. É geralmente identificado com a chamada literatura fantástica. O livro que faz parte do nosso *corpus* é caracterizado por alguns como uma “história do herói alternativo”, pois o Conselheiro, na verdade, não morre, mas sobrevive e foge com alguns seguidores. O cadáver encontrado pelas forças do governo teria sido um ardil preparado pelos conselheiristas para dar ao inimigo a impressão que o líder de Canudos realmente estava morto. Segundo Lodi-Ribeiro (1993), a “história do herói alternativo”, uma subvertente pouco explorada dos enredos históricos alternativos, se caracterizaria principalmente pelo fato de a maior parte da história decorrer na vizinhança espaçotemporal do ponto de divergência (e não num suposto presente alternativo), ponto este quase sempre associado à sobrevivência de um personagem histórico. De fato, a maior parte da história se passa nos anos iniciais após a guerra, desde a fuga dos sobreviventes até a construção da nova comunidade. Somente no final do livro a narrativa se aproxima do nosso presente temporal.

O autor constrói a personagem Antônio Conselheiro de forma a salientar o homem e ironizar o mito. Segundo Dantas:

A deformação do detalhe torna-se eficiente recurso expressivo (falando de José J. Veiga). Olhar as coisas como sendo sem sentido, desautomatizando a visão cotidiana e apreendendo o objeto em seu verdadeiro significado. Questiona-se assim a relatividade do olhar, o que, expresso na própria estrutura da obra de arte, pode criar uma estrutura aparentemente ilógica ou absurda, tomada muitas vezes como “fantástica” pela crítica (...) Nem sempre o humor em J.J. Veiga parece ter a intenção de provocar o riso. Se o insólito é utilizado como meio de, rompendo a verossimilhança cotidiana, mostrar o absurdo das relações sociais, o cômico também desestrutura as hierarquias às quais nos acostumamos (...) O alvo principal deste estranhamento é qualquer relação de poder (...) Nem mesmo Antônio Conselheiro foge deste rebaixamento, já que também representa, a seu modo, uma liderança absolutista (Dantas, 2002, p.140).

Assim, na obra em questão, a liderança de Antônio Conselheiro é alvo desse efeito de rebaixamento logo no início da narrativa – mais exatamente no momento em que começa a “história alternativa” propriamente dita, ou seja, quando os sobreviventes de Canudos iniciam a fuga – quando o líder tem vontade de ir “no mato”. O fato constrange a todos, pois quem o ajudava geralmente com essas coisas era o Beatinho, que estava em poder dos soldados.

E enquanto o Conselheiro resolvia a assunto dele atrás da pedreira, ninguém deu um pio; cada qual procurava distração nos galhos dos arbustos (...) E quando Quero-Quero virou as costas para o bando, afastou ligeiramente as pernas, tirou o birro e largou uma mijada de fazer pilão na terra seca, todos acharam aquilo idéia pai-d'égua, e o imitaram: era uma ocupação para preencher a espera (Veiga, p. 18).

A ênfase nas funções intestinais do Conselheiro não é por acaso, como se disse, pois faz parte de uma estratégia utilizada pelo autor num momento muito importante na narrativa; importante porque marca o início da mudança que se operará em Antônio Conselheiro durante

a história. Com efeito, depois de “esvaziar-se”, como todo homem de carne e osso, o homem diz que “enquanto se aliviava” tinha recebido uma inspiração alvissareira a respeito do lugar para onde deveriam ir. E pede a opinião de seus companheiros sobre o destino a ser tomado, o que é inédito em sua postura, “já que geralmente tomava as decisões sozinho e depois as comunicava” (Veiga, 2001, p. 19).

Durante a marcha, o Conselheiro vai mudando cada vez mais: já não reza tanto, já não toma as decisões sem consultar seus companheiros; ele vai se transformando no tio Antônio. Vai mudando “de pele”, como acontece com algumas serpentes. Ele deixa claro que quer evitar os erros de Canudos na nova comunidade e que “as rezas agora iam ser entoadas em agradecimento e regozijo, não mais para pleitear graças impossíveis” (Veiga, 2001, p. 29).

O foco narrativo utilizado na obra é a terceira pessoa. Não há referências para que o leitor possa identificar esse narrador, já que ele não é uma personagem. No entanto, a sua fala muitas vezes soa como se ele fosse uma das personagens; parece a fala de alguém que vivenciou o conflito, alguém que discorre sobre o lado em que estava na guerra, ou seja, o lado de Canudos:

Do nosso lado também, soldado prisioneiro não era tratado como (...) vossa senhoria. Mas era preciso ter em conta que Canudos estava se defendendo. Ora, quem vai buscar lâ não deve reclamar caso saia tosquiado. Mas isso já passou, não vale a pena ficar remoendo. O que importa agora é daqui pra frente (grifo meu) (Veiga, 2001, p. 24).

Segundo Jasinsky (1997), apesar da origem e individualidade do narrador (falando de A casca da serpente) não ser explicitada, o que lhe confere certa impessoalidade, ele, no entanto, em seu discurso, revela “a intimidade de quem vivenciou a história”. Assim, seria possível

considerá-lo como portador de um ponto de vista particular sobre o objeto de representação, o que favoreceria a visão crítica.

Podemos considerar que os recursos usados pelo autor nessa obra fazem com que o narrador se aproxime do narrado mas, ao mesmo tempo, as vozes das personagens se dão a conhecer ou afloram sob o crivo da onisciência desse narrador (que inclusive as omite em alguns momentos, sob o pretexto de não ter havido testemunhas de certas conversas).

Menton (1993), em seu estudo sobre a *Nova Novela Histórica Latino-Americana*, doravante NNH, diz que a história parece ser uma espécie de obsessão dos escritores da América Latina. Ele distingue a NNH – um “gênero” característico dos últimos trinta anos – das novelas históricas “tradicionais”, sejam elas do período romântico, realista ou moderno, através de algumas características que a primeira teria, como a não reprodução de uma história mimética, ressaltando-se a impossibilidade do conhecimento da verdade histórica e a aceitação de seu caráter cíclico; a distorção consciente da história mediante omissões, exageros e anacronismos; a ficcionalização de personagens históricos (ao invés de protagonistas fictícios); a metaficção; a intertextualidade e a presença de algumas características definidas por Bakhtin, como o dialogismo, o carnavalesco, a paródia e a heteroglossia.

No estudo de Menton (1993), ele define A casca da serpente como uma NNH, ao passo que Capitão jagunço seria um romance histórico tradicional. Embora não seja nosso objetivo o debate dessa questão específica, ela é interessante porque ressalta diferenças essenciais em relação à maneira como os autores lidam com os fatos. As definições de Menton são importantes na medida em que implementam o debate sobre as fronteiras entre literatura e história.

O romance de Dantas – Capitão jagunço - apesar de apresentar algumas das características de NNH, como a ficcionalização de personagens históricos – no caso, o próprio

Antônio Conselheiro – e, no plano dialógico, a intertextualidade que estabelece com alguns textos, como Os Sertões, ele – Capitão Jagunço - seria uma construção de caráter, digamos, mais mimético. A casca da serpente, ao contrário, produz claramente uma distorção da história. Além do que, há intertextualidade explícita em vários momentos com Os Sertões. Há várias alusões a Euclides da Cunha a quem o autor chama de Pimenta da Cunha, o que pode ser uma forma de (tentar) mostrar a autonomia de seu texto. Nas últimas páginas, o narrador, ao relatar o fim de Concorrência de Itatimundé, diz:

E da mesma forma que o Conselheiro, o ‘gnóstico bronco’, um ‘notável caso de degenerescência intelectual’, foi ‘degolado’ depois de ‘morto’, também a estátua do tio Antônio, que completava o visual da praça principal, foi dinamitada pelos invasores (Veiga, 2001, p. 157 a 158) (grifo do autor).

Esse fecho, além da intertextualidade, faz referência ao caráter cíclico da história, com a destruição, pelas forças governamentais, da nova comunidade. Assim, o texto de Veiga, apesar de partir do texto de Euclides, não conta *a mesma história*, não reconta a Guerra de Canudos, como é o caso da maior parte dos romances sobre esse assunto, inclusive Capitão Jagunço.

As cenas insólitas são uma constante em A casca da serpente: há trechos como o do burro que engole um sapo, do caldo de cobra que cura malina podre e um desfile de personagens de vários cantos do mundo em Concorrência de Itatimundé, o novo nome da comunidade. Passam por lá, além de dois irlandeses que parecem ter servido nas forças revolucionárias de seu país, a musicista brasileira Chiquinha Gonzaga, o geólogo norte-americano Orville Derby (o qual conhecia Euclides e o auxiliara, inclusive, nas descrições geológicas de Os Sertões) o fotógrafo Militão Augusto e príncipe russo anarquista Kropotkin,

chamado de Pedro. Todos os últimos são personagens históricos que viveram no começo do século XX.

E o Conselheiro vai apreciando tudo aquilo, incorporando novos conhecimentos e discutindo idéias. Acaba influenciando também os visitantes, uma característica da história alternativa, já que esta geralmente propõe, a partir de um instante de desvio, uma mudança sensível no processo histórico. Assim, a “influência” do Conselheiro sobre aquelas personagens de alguma forma faria parte da mudança. O anarquista russo, por exemplo, grande autor em seu país, teria sido influenciado por aquela comunidade remota do interior do Brasil, a qual pôde ser usada para reafirmar suas idéias contrárias ao darwinismo social. Ele e o Conselheiro têm longas conversas; em que língua não se sabe, pois o russo não falava português e o Conselheiro, de acordo com sua biografia histórica, só aprendera francês em seus estudos com o professor Ferreira Nobre³⁶... Mas conversam muito.

No final, porém, a nova comunidade também acaba – como Canudos – sendo destruída pelas forças do governo. O caráter cíclico da história é ressaltado: é impossível qualquer tentativa de se construir uma comunidade alternativa no nosso país.

Antônio, quando os visitantes começam a chegar, já não é mais o Conselheiro, e sim o tio Antônio, que tomou caldo de cobra; que foi trocando de casca como as serpentes. A mudança, na verdade, começara antes que eles se instalassem no lugar onde construíram o arraial; começa assim que saem de Canudos e vai se tornando mais visível quando passam um tempo acampados na Serra da Canabrava.

Outro episódio que deixou os homens embasbacados foi o do banho. Em Canudos nunca se soube que o Conselheiro tomasse banho. Dos guerreiros que tinham contato com ele, alguns falavam do

³⁶ Essa inverossimilhança é apontada por Lodi-Ribeiro. No entanto, se tomarmos o mundo criado, que em grande medida é insólito, talvez a afirmação não seja pertinente nesse caso. Além disso, é interessante lembrar que uma das características da NNH é justamente a distorção consciente da história através de exageros, omissões e anacronismos.

cheirum que ele exalava (...) Pois não é que agora (...) o Conselheiro quis saber se estavam tomando banho na bacia da mina (...)

– Pois eu vou experimentar essa bacia. Estou precisando tirar o ceroto. Também sou filho de Deus – disse o velho.

(...) Os outros notavam admirados aquela curiosidade nova do conselheiro com o próprio corpo, e ninguém teve coragem de fazer uma brincadeira (...) o Conselheiro era uma pessoa tão limpa de malícia que não passava pela cabeça de ninguém uma mínima idéia de caçoar dele, por mais criancices que fizesse (Veiga, 2001, p.29 a 31)

As mudanças são tanto físicas como no comportamento: já não usa a barba comprida, a cabeleira ou o camisolão e ao mesmo tempo tenta incutir nos membros da comunidade, através de seus novos modos, os “hábitos democráticos”. Tio Antônio tem o firme intuito de construir uma sociedade democrática, na qual participam também mulheres. Uma grande mudança na postura do conselheiro é em relação a elas, representadas em sua prima Marigarda, a qual se torna uma espécie de filha e é a primeira a chamá-lo de tio. Uma mulher bonita, com a “língua solta” e por quem o Conselheiro desenvolve afeto e estima. É, em tudo, um relacionamento bem distinto do que costumava ter com as mulheres em Canudos.

A imagem do Conselheiro estaria então, bem distante da de fanático, louco ou bandido. No livro de Veiga, ele se mostra um homem bastante inteligente e disposto a aprender com seus erros. Talvez o homem “por trás do mito” fosse assim se tivesse oportunidade. O livro cabe bem como exemplo da mudança no modo de tratar Antônio Conselheiro, ou de construir sua imagem. Essa mudança no trabalho com a imagem do líder é algo que só poderia ser tentado pela literatura, ou pela ficção, melhor dizendo, pois, despida da responsabilidade com a verdade histórica, o autor pode criar um Antônio Conselheiro totalmente novo. Um homem que vai despindo-se de seus epítetos e transforma-se numa pessoa comum. Parece mesmo que fica

aliviado quando se livra daquela casca, do peso de ser a “autoridade máxima”. Para Euclides, o homem foi uma vítima do ambiente, a multidão “remodelando-o à sua imagem”. De certa forma, percebemos também nessa obra como os seguidores precisam dele, tanto que ele tem plena consciência que a mudança não pode ser brusca.

Menton afirma que essa obra é uma canção popular antifanática. Ao leitor fica clara a recusa ao fanatismo. E também a recusa à mistificação. Por outro lado, ao transformar Antônio Conselheiro nesse “novo homem”, ao despi-lo de suas contradições, o autor o torna mais próximo ao ideal de líder da “civilização” que o rejeitou.

2.5 Memórias de frei João Evangelista, o romance

O frei João Evangelista de Monte Marciano teve uma participação especial nos acontecimentos que desencadearam a Guerra de Canudos, por assim dizer ³⁷. Ele foi o autor do “RELATÓRIO apresentado pelo frei João Evangelista de Monte Marciano ao arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos”, em 1895. Tal documento foi escrito depois da missão religiosa encomendada pelo governo da Bahia ao seu arcebispo, o qual, por sua vez, incumbiu o frei João Evangelista de a realizar. Há quem diga que o fracasso de tal missão e o teor do relatório em questão contribuíram para o triste desenrolar dos fatos.

Em 1997, o autor Ayrton Marcondes publica uma obra intitulada Canudos, as memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano. A narrativa começa em 1920, ou seja, o frei já está com 77 anos. Logo no início, o leitor fica ciente da situação do religioso: preso a uma

³⁷ Há várias referências a ele no presente trabalho, nos itens *A Guerra de Canudos – a visão da elite* (apêndice) e *Antônio Conselheiro – o fanático* (capítulo 1), por exemplo.

cama, doente, atormentado pelos “fantasmas” do passado. A sua memória não pára, ou melhor, é como se tivesse vontade própria; são as lembranças que preenchem quase todos os dias de frei João.

Assim, através do que podemos chamar “situação-clichê”, o autor nos introduz no mundo de seu personagem, mundo que ele mesmo, narrando em primeira pessoa, nos dará a conhecer. Há uma constante referência a fatos e personagens históricos, tudo sempre muito bem explicado. Parece que o frei vai “guiando” cuidadosamente o leitor entre os caminhos da história... da história, repensada, revisitada, retrabalhada. O religioso criado por Ayrton Marcondes é um sujeito que parece bem consciente de sua atuação e questiona-se o tempo todo, talvez no intuito de aliviar a culpa que diz sentir por sua participação nos acontecimentos. Aliás, esse religioso brando, inteligente e crítico é bem diferente daquele que escreveu o relatório sobre Canudos.

Escapava-me por completo o fato de que elites e clero, por comungarem dos mesmos interesses e valores, haviam se unido para destruir Canudos. Repito para a posteridade que na época o meu espírito parco de luzes, não avançava por esses meandros. Se hoje consigo expressar-me nesses termos e com alguma racionalidade, devo-o às muitas horas de pesquisa dedicadas a Canudos nesses últimos anos. A esse estudo fui arremetido, mais que pela necessidade de compreender, pela ânsia de me explicar. O certo é que jamais me refiz das duras críticas que recebi sobre a minha atuação em Canudos (Marcondes, 1997, p.65).

O próprio frei se justifica então, pelo fato de pensar e se expressar de forma tão diferente a propósito dos fatos. O autor constrói um frei João que aprendeu muito com o tempo, que reflete criticamente sobre os fatos e tem consciência dos erros que teria cometido. Assim, o autor intenta construir, através da ficcionalização da figura histórica, um personagem verossímil.

Como nos outros romances citados, também aqui existe, então, a ficcionalização de personagens históricos, característica da NNH. No entanto, por repetir a mesma história, isto é, é a história da Guerra de Canudos vista por um prisma diferenciado, essa narrativa tem – assim como Capitão jagunço e diferentemente de A casca da serpente – um caráter mimético. Não há distorção consciente da história ou outras características que revelem a postura de quem acredita na “impossibilidade da representação histórica”; o que não quer dizer que essa representação não seja objeto de reflexão. Ao contrário, esse questionamento acontece em vários momentos:

Frei Caetano falava com ardor. Para ele Canudos fora a luz que se acendera a miseráveis de todos os tipos, pobres, foragidos (...) Que os estudiosos transformassem o arraial num quisto social, que o dissessem inspirado nos princípios marxistas de lutas de classes, que os revestissem de características messiânicas e milenaristas, que o julgassem até como sedição anarquista (...) pouco se importava com os escribas de plantão às portas de qualquer fato histórico para sobre ele elaborar a “sua” versão da História (sic)... (Marcondes, 1997, p.58).

No trecho acima, nota-se a referência a diversas correntes de idéias das quais diversos autores, no decorrer do tempo, se valeram, em suas obras e estudos, para explicar e analisar os acontecimentos relativos à Guerra de Canudos. Considerando que este não é um romance que adota o anacronismo, as omissões e exageros como características estruturais e levando em conta que a data da história é 1920, quando ainda não se havia publicado a esmagadora parte dessas obras (e o modo de ver os acontecimentos era fortemente marcado pela visão euclidiana), podemos considerar que há certa dose de anacronismo (não intencional) nas afirmações de frei Caetano, muito adequadas se o personagem vivesse no tempo atual.

A voz que se ouve o tempo todo é, então, a voz do frei João Evangelista, interrompida raramente pela transcrição de cartas, trechos de jornais e poucos diálogos.

Nesses momentos, a intertextualidade se explicita, ressaltando o caráter dialógico do texto, perceptível marcadamente pela intertextualidade estabelecida com vários autores da época da guerra e outros, inclusive, claro, Euclides da Cunha.³⁸ Podemos dizer que, se o livro de Euclides transformou o religioso em personagem, as supostas memórias do frei fizeram o mesmo com Euclides.

Era de fato uma maldição que, malgrado o meu atual ponto de vista, naquele dia lancei sobre Belo Monte. Em relação a esse episódio a pena de Euclides da Cunha me foi madrastra, não me concedendo perdão ao escrever: “Galga a estrada coleante, entre os declives da Favela. Atinge o alto da montanha. Pára um momento... Considera pela última vez o povoado, embaixo... É invadido de súbita onda de tristeza. Equipara-se ao ‘Divino Mestre’ diante de Jerusalém. Mas amaldiçoou...” (Marcondes, 1997, p.120).

Como nos outros romances em questão, o narrador centraliza bastante a narrativa. Mas a dimensão dialógica pode ser notada não somente pela intertextualidade implícita e explícita, mas porque, como em Capitão jagunço, o relato é uma espécie de resposta, de explicação das ações de uma pessoa que participou dos acontecimentos e foi muito criticada³⁹.

O narrador questiona muitas vezes – e sua participação nos acontecimentos aliada ao fato de se dizer um estudioso do tema talvez faça o questionamento parecer mais pertinente – as afirmações e interpretações de outros sobre o assunto:

³⁸ Há uma bibliografia no final do livro, o que é inusitado num romance, mas pode ser entendido quando o romance é histórico. A bibliografia traça o caminho intertextual que o autor seguiu.

³⁹ Na narrativa, o frei faz menção a várias críticas recebidas, como a de Carlos de Laet, político de longa militância católica, o qual acusava o frei de ter sido muito pouco diplomático, ter feito um juízo severo demais sobre o Conselheiro e de ter exagerado a periculosidade do movimento. Melo Moraes também critica o religioso, maldizendo sua reputação intelectual e moral na Bahia. Também comenta que alguns duvidavam que ele tivesse mesmo escrito o Relatório.

Desde o fim da guerra, Canudos tem sido contemplada com diferentes leituras sobre o seu significado e com toda sorte de interpretações (...) Do que tenho lido e ouvido concluo que muitos dos que se ocuparam do tema ou não estavam bem informados ou não se basearam em informações fidedignas. De resto, cumpre lamentar que algumas das testemunhas dos acontecimentos tenham se apegado a idéias algo fantasiosas... (Marcondes, 1997, p.99).

O frei afirma que era um mundo muito simples aquele e que a população, na época de sua ida ao arraial, não devia passar de mil pessoas, as quais pareciam não se alimentar bem. Ele duvidava das afirmações feitas por vários estudiosos sobre a “fartura” existente ali. Não acreditava que a produção suprisse nem as necessidades básicas. Em relação aos habitantes de Canudos, João Evangelista explica que os interpretara do ponto de vista do padre Sabino, que demonstrava amor por aquelas pessoas, “reservando críticas apenas aos indivíduos sabidamente perigosos e de má conduta” (Marcondes, p. 108). Depois de nos dizer isso, no entanto, passados os anos, fora obrigado a refletir sobre seu juízo acerca daquela gente que, afinal, “pertenciam aos segmentos sociais mais carentes em seus sítios de origem. Nunca fizeram parte do mundo em que vivo nem se moveram segundo a lógica das minhas ferramentas de análise. É por isso que não posso falar por eles. Para mim, a dor e a revolta de um escravo fugido jamais passará de uma civilizada constatação da crueldade a que foi submetido” (Marcondes, p. 108)⁴⁰.

⁴⁰ No Relatório, o frei é durante todo o tempo bastante duro com a população de Canudos, insinuando ou dizendo claramente que eles usavam de má fé, coagiam as pessoas, eram manipuladores e bandidos: “Os aliciadores da seita se preocupam em persuadir o povo de que todo aquele que quiser se salvar precisa vir para os Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República.” À porta da capela apinhavam-se cerca de mil homens armados de bacamarte, garrucha, facão etc, dando a canudos a semelhança de uma praça de armas, ou melhor, de um acampamento de beduínos(...) O ar inquieto e o olhar ao mesmo tempo indagador e sinistro denunciavam consciências perturbadas e intenções hostis.” “(...) em um dos dias seguintes ocupei-me do homicídio, e, depois de considerar a malícia enorme e a irreparabilidade desse crime, entrei a demonstrar que não eram homicidas só os que serviam-se do ferro ou do veneno para arrancar a vida aos seus semelhantes; que também o eram, até certo ponto, aqueles que

Em relação a Antônio Conselheiro, a mudança de tom é realmente enorme em comparação ao Relatório. O frei utiliza termos muito parecidos, aliás, com os usados pelo próprio Antônio Conselheiro em relação a si próprio:

Antônio Conselheiro é pra mim mais que um fantasma. Às vezes eu o vejo como um simples andarilho. Percorre regiões áridas, a princípio sozinho (...) Esse exército de desgraçados erra pela caatinga tendo à frente o homem baixo e moreno cujos pés descalços parecem acariciar o solo áspero. Desse estranho líder pode-se dizer que pertence à terra, ele e o mundo em que vive foram criados um para o outro, são igualmente toscos e desesperados (...) O Conselheiro avança por trilhas ermas chegando a lugares onde não o esperam; será bem recebido, pois ele é o peregrino. Eu o vejo assim, com a sua estranha procissão, prosseguindo sob o sol escaldante. (...) Andará e muito, fazendo círculos ao redor de minha cabeça, obrigando-me a vê-lo por inteiro e de modo diferente daquele que o entendi enquanto ainda estava vivo. (...) Antônio Conselheiro é indissociável de sua gente (...) esses sertanejos se revezam para me contar que antes do peregrino, eram mais pobres porque não existiam. Então viviam isolados pela seca. O Conselheiro os tornara um povo. A gente de Canudos me faz raciocinar que nem mesmo os seus esquifes conseguiram apagar a imagem do Conselheiro que espalhava a anarquia e subtraía às fazendas a já escassa mão-de-obra. Nem a do conselheiro inimigo da República (...) Para quem o enfrentou, será sempre difícil aceitá-lo. Eu, que o acusei de liderar um Estado dentro do Estado, melhor que ninguém sei disso. Jamais separaremos de sua imagem o líder que incitou o povo do sertão a não pagar impostos e que o arrastou para as margens do Vaza-Barris onde formaram a terrível comunidade. Nem a do gnóstico bronco que se arrogava o direito às prédicas (...) (grifos meus) (Marcondes, p. 47 a 49).

Antônio se transforma, se humaniza no depoimento do frei. Há, embora de forma bem diferente, como em A Casca da serpente, uma recusa à mistificação. O autor destaca o andarilho, o peregrino, o homem simples – como simples é sua gente, sua terra – do sertão,

arrastavam outros a acompanhá-los em seus erros e desatinos, deixando-os depois morrer, dizimados pelas moléstias, à míngua dos recursos e até do pão, como acontecia ali mesmo; e, então, perguntei-lhes quem eram os responsáveis pela morte e pelo fim miserável de velhos mulheres e crianças que diariamente pereciam naquele povoado em extrema penúria e abandono(...) Exasperava-os a franqueza e a energia com que o missionário lhes censurava os maus feitos, e não perdiam ocasião de rugir contra ele, mas não se animavam a pôr-lhe mãos violentas, porque havia mais de seis mil pessoas assistindo à Missão, e a maior parte era gente de fora, que só a isto viera e reagiria certamente se eles me tocassem” (Marciano, 1898). “Redobro então a fúria daqueles desvairados, e vomitando insultos, imprecações e juras de vingança, tomaram a entrada da casa onde eu me hospedava e onde já me achava”.

que, no entanto, soube agregar o povo, deu-lhe vida. Está muito longe da imagem construída no documento oficial: a do fanático autoritário e mesmo insensível, por vezes manipulado pelos criminosos que ele próprio acolhera. O narrador também nos chama a atenção para as imagens construídas “do líder que incitou o povo a não pagar impostos e os arrastou, do gnóstico bronco”, imagens das quais, sentencia, nunca nos livraremos. Talvez seja verdade, haja vista que, apesar de todas as mudanças no modo de interpretar os acontecimentos, a imagem do fanático sobrevive.

Nessas memórias que parecem isentar todos os culpados⁴¹, o frei não consegue isentar de todo Antônio Conselheiro, apesar das mudanças operadas em sua imagem.

2.6 As meninas do Belo Monte, um grito escrito de revolta

Júlio José Chiavenato é autor de vários livros e trabalhos sobre a história do Brasil. A respeito do povoado de Canudos, escreveu Lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos, pela Editora Moderna. O romance do qual estamos tratando – As meninas do Belo Monte – foi publicado em 1993.

Na primeira página, há um esclarecimento: “O livro foi baseado em fatos reais. Mas é um romance”. Outra vez a questão da realidade versus ficção, da literatura versus história. Para ser fiel, o autor diz que se vale das palavras das próprias personagens. No caso das personagens históricas, palavras que nos chegaram através de registros, documentos.

⁴¹ O frei, além de questionar a própria culpa, é bastante condescendente com figuras sabidamente cruéis, como Floriano Peixoto e, principalmente, Moreira César. Talvez seja uma maneira de “questionar” os fatos “sabidos”, o que, no entanto, pode acabar por corroborar a versão tradicional da história, no sentido de culpar sempre os “vencidos”.

Entretanto, no decorrer da narrativa, percebemos como a condução da mesma direciona o leitor para a formação de uma imagem específica sobre Canudos e sobre Antônio Conselheiro. A certa altura, por exemplo, Antônio Conselheiro, ao ser chamado para decidir o que fazer com um casal que cometera adultério, diz a frase que lhe foi atribuída por diversos autores: “Essa passou debaixo da árvore do bem e do mal.” Entretanto, a frase não vem solta, vem antecedida por um carinho que o Bom Jesus faz nos cabelos de Veridiana⁴² e seguida por uma sentença dada a João de Dedé: “Vai Homem , e seja honrado. O amor é livre. O amor é livre e belo demais para ser julgado por nós, pobres pecadores” (Chiavenato, 1993, p.18). Desse modo, a literatura transforma a história, já que a cena está descrita de forma a ressaltar em Antônio Conselheiro qualidades como a ternura, a piedade e a sabedoria, qualidades essas raramente associadas a ele.

Em relação ao motivo da guerra, novamente nos vemos diante dos mesmos fatos reinterpretados:

O Bom Jesus temia essa murmuração. Para provar que era de paz, só querendo a madeira comprada, mandou uma expedição de velhos, mulheres e crianças ao Juazeiro, desfazer a maledicência. Chegariam cantando rezas, eram cristãos, jamais quiseram a guerra. Escolheu o povo com o cuidado de enviar uma guarda para protegê-lo contra os ardis da República. Tudo era possível (Chiavenato, 1993, p.20) .

Desse modo, no romance, são ressaltadas a inocência dos sertanejos e a boa vontade de seu líder. As mulheres, crianças e velhos foram atacados pelos soldados. Somente se defenderam com a ajuda dos homens armados que os acompanhavam. Há diversas narrativas da guerra as

⁴² Há unanimidade na afirmação que o Conselheiro evitava até mesmo encarar as mulheres.

quais ressaltam que o Conselheiro era ardiloso por mandar um grupo armado disfarçado em meio a crianças e mulheres.

Quando o autor afirma, ainda na introdução do livro, em reflexão sobre a própria escrita, que não saberia contar a história dessas vítimas da guerra sem paixão, está afirmando também que a ficção - a literatura - é matriz discursiva mais apropriada para escrever com sentimento, com “paixão”. O comentário é especialmente interessante para o presente trabalho justamente por trazer à tona a questão das fronteiras entre fato e ficção.

Na descrição da cidade de Canudos, logo percebemos certas afirmações de base marxista⁴³: “O Belo Monte acolhia os enxotados pelo latifúndio, pelo poder desmedido, pela injustiça. Eram crentes do Bom Jesus, renegavam as maldades do mundo” (Chiavenato, 1993, p.6). Há clara simpatia pelo povo do Belo Monte, o qual teria sido, de acordo com a história narrada nesse romance, vítima da calúnia e dos ataques do governo.

Sem negar as contradições de Antônio Conselheiro, o autor constrói um personagem bem diferente, no entanto, do fanático, louco e/ou bandido.

Era mais baixo que alto, magro na cara de rala barba, grisalhando. O olhar de fogo, por mais longe que se estivesse dele. O vento adoçava-se nele em brisa leve, levantando as vestes, dançarinamente. Não precisava falar de amor, exalava. Assim o sentiam, o Bom Jesus do Belo Monte, Antônio Vicente Mendes Maciel. Não prendia as almas por sortilégio algum. Amavam-no com a estima dos que pedem justiça. Não fazia milagres, não curava doentes. Não prometia o céu. Dava a segurança da terra em liberdade. Não era santo, mas domava o vento ou ele se encantava nele. A aragem, vinda dos morros de pedras, trazendo o aroma das bromélias, dançava em suas vestes, respeitava a barba e voltava aos fiéis, espargindo o incenso do sertão. Até nos tempos secos recendia o gosto forte da chuva, como a dizer que há esperança. E um hálito de igualdade, um frêmito de alegria (...) “Eis o bom Jesus,

⁴³ Esta matriz discursiva está presente também em vários trabalhos de cunho histórico produzidos pelo autor.

misericordioso e contraditório. Misericordioso na solidariedade à luta do sertão. Contraditório por não entender porque o Belo Monte era perseguido e da necessidade da guerra”. (Chiavenato, 1993, p. 7 a 8).

A história é contada por um narrador onisciente, na terceira pessoa. Assim, é possível explorar os sentimentos mais íntimos das personagens. Há duas histórias sendo narradas ao mesmo tempo: uma no tempo presente (cem anos passados da Guerra de Canudos) e outra no passado⁴⁴. A história do passado é a história de Josefa, menina que foi com os pais para Canudos e sobreviveu ao massacre. Menina cujo destino foi como o de centenas de outros sobreviventes: a escravidão.

Nesse romance, há várias passagens a respeito do modo como O Belo Monte foi retratado, como a seguinte: “Não temia o sofrimento físico. Mas repugnava a difamação. Adivinhava que seria um dos homens mais caluniados pela República? Pressentia que na sua luta irritaria tanto que lançariam as mais terríveis mentiras sobre o Belo Monte?” (Chiavenato, 1993, p. 8).

Um dos personagens é um jornalista, o qual, na coleta de *souvenirs* de guerra, acaba salvando Josefa de ser estuprada por um cabo do exército e a amarra em sua montaria com a intenção de levá-la também, como uma relíquia de guerra. O fato foi comum no fim do conflito: houve muitas crianças e mulheres escravizadas. Esse é o tema do romance em questão: o destino dos sobreviventes. Logo depois de o jornalista encontrar Josefa, acontece um diálogo curioso entre ele e um tenente:

⁴⁴ Pelos objetivos do presente trabalho, vamos nos ater à narrativa que acontece no passado, na época da guerra, ou seja, a história de Josefa, porque é nela que estão as descrições, comentários, juízos etc sobre Antônio Conselheiro. A história narrada no presente é narrada paralelamente à história de Josefa (há um trecho de cada uma por capítulo), sendo, no entanto, bem curta. O narrador é misterioso: afirma ser um sobrevivente da Guerra de Canudos! É uma pessoa que sofre e parece estar em constante delírio. O autor ressalta o papel da igreja na contemporaneidade através do frei Paolo, religioso militante, que luta pela reforma agrária e é ameaçado de morte.

la ciscando no chão, catando coisas. Revirava os corpos, mexendo nos seus bolsos. Arrastava Josefa entre os escombros, coletando lembranças de Canudos. Juntou-se a ele um oficial.

- Então, cadelinha jagunça na coleira?
- Olhe aí. Loirinha de olhos azuis.
- Depois de um banho ela fica especial...
- Ela não é pra isso.
- Claro. Mas uma assim...
- A guerra é miséria. Mas não desci a esse ponto.
- Muitas elas são estupradas...
- É uma desgraça. Felizmente acabamos com os jagunços.
- Jornalista! Não é jagunço quem estupra. Somos nós, da República.
- Bem, vou proteger essa jagunzinha.
- Proteger do quê? Essa já desgraçamos. Melhor dar um tiro na cabeça dela. Mande logo ao encontro do Bom Jesus.
- Tenente, desculpe-me, o senhor está bêbado.
- Bêbado e morto. A humanidade que havia em mim foi assassinada aqui no sertão. Apsto que essa história o senhor não escreve...
- Nem tudo se diz.

(Chiavenato, p. 88e 89)

Há, em vários momentos, referência à imprensa e à forma como esta retratou os acontecimentos⁴⁵: “Os jornais festejam a vitória. Uma ou outra voz isolada timidamente

⁴⁵ Os principais jornais da Bahia, por exemplo, desde a fundação da cidade de Belo Monte, mandavam regularmente notícias sobre a movimentação do Conselheiro e seus adeptos, na maior parte das vezes pedindo “providências”. A fixação do Conselheiro em Canudos, no ano de 1893, passou a constituir preocupação dos destes jornais. Os correspondentes interioranos freqüentemente enviavam suas notícias, muitas vezes transformadas em apelos ao governo para adotar providências contra os abusos cometidos pelos jagunços nas redondezas do arraial e pelo perigo que existia no crescimento daquele lugarejo, onde não eram respeitadas as autoridades republicanas e se combatia o regime vigente.

denunciou o massacre⁴⁶. Mas o governo exultava. O exército respirou aliviado: sua honra foi salva” (Chiavenato, p. 84). No trecho abaixo, o questionamento é feito através da

Na quase totalidade das correspondências, pedia-se uma medida enérgica e urgente para a extinção daquele "pernicioso" foco monarquista. Rarissimamente se apresentava alguém na tentativa de minimizar a gravidade da situação, sugerindo medidas apaziguadoras para reduzir o poderio do Conselheiro, e tranqüilamente convencer seus adeptos da necessidade de retomo às terras de origem, que estavam em completo abandono, com prejuízos incalculáveis para a boa marcha do trabalho e da produção. Pelas colunas dos três principais diários de Salvador, o jornal de Notícias, o Diário da Bahia e o Diário de Notícias, entre 1893 e 1895, lia-se, com insistência, noticiário sobre o Conselheiro e seu povoado. De Monte Santo, mais do que de qualquer outro ponto do estado, em razão de ser o quartel-general conselheirista localizado em terras do município, o correspondente local, de quinze em quinze dias, nas cartas regularmente remetidas, chamava a atenção do leitor para as ocorrências de Belo Monte (Calasans, acesso em 15/04/06).

O fornecimento de material jornalístico por aqueles diretamente envolvidos na guerra também teria contribuído, e em medida nada pequena, para a atmosfera de pânico e exaltação. Vários são os jornais que enviam correspondentes: *O Estado de São Paulo* envia Euclides da Cunha, *A Gazeta de Notícias*, Favilla Nunes; *O Jornal do Comércio*, Manoel Benício; *A Notícia*, Alfredo Silva⁴⁵; *O País*, Siqueira de Menezes e *O Jornal de Notícias*, Lélis Piedade. A maior parte desses jornais é do Rio de Janeiro, portanto. É importante destacar que quase todos os comissionados acima tinham patente militar, embora o único combatente fosse Siqueira de Menezes. Quase todos também escreveram, posteriormente, livros sobre o assunto. Há também jornais que não identificam a fonte de onde tiravam material, embora o publicassem fartamente.⁴⁵

Fica claro o importante papel que a imprensa teve em todo o processo da Guerra de Canudos. Os correspondentes de guerra exaltam o exército e a República e os que ousam denunciar a desordem e questionar as ações dos comandantes são afastados do palco dos acontecimentos, como foi o caso de Manoel Benício. As práticas cruéis dos jagunços são execradas, enquanto as dos soldados, aceitas geralmente como uma "necessidade". Os protestos, quando houve, só começaram a ser feitos no fim do conflito, ou muito depois, como é o caso de Euclides em seu livro "vingador". Afinal, mesmo quando ia ficando evidente o engano em relação à conspiração monarquista, Canudos nunca deixou de ser vista como ameaça pela elite, pela imprensa, pela opinião pública de um modo geral.

A impressão que se tem é que realmente os correspondentes já sabiam o que informar quando foram para Canudos. E "é curioso observar como, ao nível da linguagem, os chavões sobre conspiração restauradora e perversa natureza infra-humana dos jagunços, bem como palavras de ordem patrióticas, vão-se alternando nos textos, ante a força irrecusável da empiria, com o desmantelamento desses mesmos chavões" (Galvão, p.117).

⁴⁶ Muitos estudiosos do assunto afirmam que Machado de Assis foi um dos poucos que defenderam Antônio Conselheiro e sua gente. Se tomarmos alguns trechos de suas crônicas, realmente podemos perceber que ele era uma voz destoante da maioria, chegando claramente a afirmar que era contra a perseguição que se fazia à "gente do Conselheiro".

O famoso escritor, conhecido por sua desconfiança e ironia em relação à elite (e talvez em relação à própria raça humana) demonstra bem, através de suas crônicas dominicais para o jornal *Gazeta de Notícias* (março de 1892 a fevereiro de 1897), o alvoroço causado pelo Conselheiro na capital do país, no "litoral". É a visão de um intelectual que estava distante desse cenário, que não conhecia nem o sertão, nem os sertanejos, mas sua postura, crítico que era da sociedade em geral, muitas vezes pendia em favor destes.

Esses textos refletem, enfim, a postura assumida por ele nesse sombrio momento de nossa história e é possível também enxergar vários ataques e difamações perpetrados contra Canudos, principalmente pela imprensa, que é a fonte na qual Machado se baseia para escrever suas crônicas. Segundo Clímaco Dias (acesso em 15/04/06), na crônica de 6 de dezembro de 1896, já não se encontra o Machado de Assis utópico da Canção de Piratas (primeira crônica a respeito de Antônio Conselheiro e o arraial de Canudos), nem tampouco o intransigente defensor do direito de manifestação de Benta Hora e Conselheiro, de 13 de setembro, mas um Machado já influenciado pelo clima de histeria que se instalou no país após a humilhante derrota da expedição do exército comandada pelo Tenente Pires Ferreira em Uauá. De início, o escritor compara Antônio Conselheiro ao beribéri, e comenta que a doença começou com o foco no Maranhão e depois se espalhou por todo país, tornando-se enfermidade nacional, chamando a atenção do leitor para o fato de que ninguém despertou para a conveniência

intertextualidade com textos de jornalistas que realmente presenciaram o conflito⁴⁷, inclusive Euclides da Cunha.

Às vezes não é possível ser humano. Vejam o major Lídio Porto. Cumpru ordens. O general Artur Oscar mandou, o coronel Medeiros autorizou e o nosso major despejou querosene sobre o arraial desses fanáticos, queimando tudo. Mulheres e crianças também. Sorte que eu estava lá: recolhi muito material. Para escrever e guarda(...) Tenho que escrever, lembrou-se. Mostrar como o fanatismo cria suas vítimas, é inferno à ciência e obriga-nos, a elite que constrói o novo Brasil, a um sacrifício terrível. Fanáticos!, chamavam o rude Conselheiro de Bom Jesus, conspurcavam até a religião. Puro fanatismo. Aquela mulher que se atirou na fogueira com uma criança ao colo, para não se entregar. Céus! Do que se livrou a República! Inimigos da pátria! (...) Releu. Achou bom. Ensaçou nova abertura para a reportagem: A cidadela maldita, onde o banditismo, a ignorância e o fanatismo estúpido e perverso acastelaram-se para a eterna vergonha de nossa pátria, não existe mais. Convenceu-se: ganhou o meu lugar na história. Voltou para o acampamento, mandou reunir suas mulas e despachou a reportagem pelo telégrafo. Voltaria para a civilização, acompanhando o retorno do exército vitorioso. Ainda havia muito o que contar (Chiavenato, p.90).

de sufocá-la nos primeiros focos. A crônica de 31 de janeiro (de 1897) seria a simbiose de tudo que Machado havia escrito sobre Canudos e Antônio Conselheiro: utopia e perplexidade. Machado demonstra perplexidade e admiração quando indaga qual o vínculo, “moral e fortíssimo” que mantinha aquelas pessoas fiéis ao Conselheiro mesmo depois de tantas mortes. Utopia quando diz que, não podendo saber o que eram aqueles homens e mulheres, só lhe restava a “imaginação para descobri-la e a poesia para floreá-la”. Mas, como podemos perceber pelos trechos acima e abaixo – que é a crônica de 14 de fevereiro (última crônica escrita sobre o assunto já que, pouco depois, o escritor deixa o jornal), quando as tropas de Moreira César se preparavam para atacar Canudos – em alguns momentos, sua voz soa dúbia e irônica, e o autor se aproxima do campo discursivo e semântico que cercava o arraial:

Ora bem, quando acabar esta seita dos Canudos, talvez haja um livro sobre o fanatismo sertanejo e a figura do Messias. Outro Coelho Neto, se tiver igual talento, pode dar-nos daqui a um século um capítulo interessante, estudando o fervor dos bárbaros e a preguiça dos civilizados, que os deixaram crescer tanto, quando era mais fácil tê-los dissolvido com uma patrulha, desde que o simples frade não fez nada. Quem sabe? Talvez então algum devoto, relíquia dos Canudos, celebre o centenário desta finada seita.

⁴⁷ A abertura da reportagem que o repórter dessa história escreve é idêntico ao trecho escrito por Fávilla Nunes, em texto escrito no fim do conflito. O trecho pode ser encontrado na obra de Walnice Nogueira Galvão: No calor da hora, página 204. Fonte, aliás, apontada pelo autor do romance.

Outro momento de intertextualidade é a famosa frase de Euclides - O sertanejo é antes de tudo um forte - colocada na boca de um sertanejo, o negro Xeleléu, espécie de caixeiro viajante que levava notícias aos habitantes do belo Monte. É como se ele a tivesse inventado, ou como se já a tivesse ouvido bem antes de Euclides a tornar conhecida.

Era um *lord*, ouvira a palavra na Bahia. Cultivava o refinamento vocabulário. Jogava com frases de efeito para enfeitar a conversa.

- O que há de novo, Xeleléu? – arriscava-se alguém.

- O sertanejo é antes de tudo um forte.

- Surpreendiam-se com tanta inteligência. Onde aprendia essas superioridades? Poderia mesmo ser doutor de batina? Mas, se era preto? No entanto, Xeleléu desconfiava do que pensavam, assumia ares distintos, aceitava um cigarro de palha para rejeitá-lo com uma careta, depois espremê-lo entre os dedos, perto da orelha, causando mais admiração. (Chiavenato, p. 29)

Em alguns momentos, quando os sertanejos pensam ou falam, podemos nos questionar se a voz é mesmo deles, ou seja, parece que a voz do autor transparece por toda a narrativa, apesar de não estar num lugar definido. A voz do narrador, através da qual podemos perceber a do autor, determina a narrativa, interpreta os fatos⁴⁸.

Tinha suas luzes o velho Dantas. Não dos poucos livros que treslera, mas da vida sábia, de sofrimento e resistência. Batia-lhe o coração de curiosidade quando pensava em três palavras mágicas: liberdade, igualdade, fraternidade. Quando era boiadeiro no Maçacará, em lombo de cavalo campeando na caatinga o boi d patrão, meditava nas três palavras. Como era possível? Tudo tinha dono. Seria um sonho o que os livros ensinavam? No entanto não era por isso que lutavam, ou pensavam lutar, mas pelo Bom Jesus, por um lugar no Paraíso, cuidando de chegarem limpos ao Juízo Final.

⁴⁸ Segundo Amorim, “quando se analisa um texto e se consegue identificar a relação necessária entre o que é dito e o como se diz, pode-se dizer que se encontrou a instância do autor (...) A voz do autor concerne um lugar enunciativo e como tal ela é portadora de um olhar, de um ponto de vista que trabalha o texto do início ao fim”.

- A utopia é real.
- Que é isso, velho Dantas?
- Nada não. Matutava. (Chiavenato, 1993, p.36)

O romance transforma a imagem de Antônio Conselheiro, ressaltando nele as qualidades de líder, o amor pelo povo, a disposição para a paz. Ao mesmo tempo, a convicção de que precisavam defender-se o motivava para a batalha, uma batalha da qual não tinha medo, já que possuía a certeza, dada pela fé, de estar lutando por uma causa justa. Nesse romance, Antônio Conselheiro está bem distante daquele líder fanático, bandido, louco. O narrador aponta suas contradições, em especial o fato de não entender bem a guerra, ou o motivo dela. Mas não o condena. Se Canudos era uma utopia sertaneja, um lugar de liberdade em meio ao contexto de semi-escavidão do sertão nordestino, tudo isso só pôde ser realizado pela inspiração e com a força do Bom Jesus, do Conselheiro. Bandidos (e por que não dizer loucos e fanáticos?) parecem ser os invasores, os ditos “civilizados”. Assim inverte-se, questiona-se, embaralha-se o eixo civilização/barbárie.

A história de Josefa termina quando, depois de ficar meses como escrava – doméstica e sexual – juntamente com Maria José, outra sobrevivente de Canudos, conhece Lulu – o baitolo e, juntos, resolvem dar cabo da vida do homem poderoso que os mantinha escravos. Para isso têm a ajuda de Dositeo, outro sobrevivente de Canudos. Ele é escravo do dono da farmácia e tem dons especiais. As meninas Josefa e Maria José tinham cuidado dele em Canudos (apesar de serem mais novas) porque o menino nascera muito pequeno e ficara doente por muito tempo. Como nascera de sete meses, algumas pessoas achavam que era um menino santo.

De sete em sete anos nasce no sertão um menino de sete meses, que a cada setênio produz sete milagres. Em cada setenário, o sétimo homem que lhe pede benção recebe sete graças. Sendo

no setenário do setênio, a graça eleva-se a milagre e os cegos vêem, os entrevados andam. As marcas do menino santo são as juntas inchadas e um redemoinho na testa (Chiavenato, p. 186)

Dositeo achava que era um setemesinho. Ele tinha grande inteligência e cultivava hábitos diferenciados, como a alimentação, por exemplo. Havia épocas em que só se alimentava de rins de boi. O dono da farmácia o mantinha como escravo, usando de sua inteligência e se fazia de vítima, dizendo a todos quão pesado era o fardo de ter que cuidar do menino. Do mesmo modo agia o homem que comprara Josefa e Maria José, se fazendo de bom samaritano, fingindo cuidar das meninas e as explorando de formas várias. Parecia haver um pacto entre todos (ou quase todos) segundo o qual fingiam não ver a realidade. Pois bem, a salvação de Josefa e Maria José se deu na época do aniversário de quatorze anos de Dositeo. O plano de Lulu era pegar carona num navio e seguir com as meninas para a Bahia e depois para Amsterdã, de acordo com a vontade do marinheiro que namorava. O marinheiro estava interessado em Josefa. Mas no momento em que fugiam, após a morte do homem que os escravizava, encontraram Dositeo e se renderam ao chamado, repetindo, de algum modo, a história de peregrinação que dera origem ao Belo Monte. Dositeo seria outro peregrino a andar pelo sertão consolando o povo.

Dositeo, porém, ergueu seu frágil cajado de bambu e os três pararam. Venham. E souberam que o destino era aquele, a vontade de deus era Dositeo. Os povos benzeram-se, mulheres prometeram novenas, os homens de voz rouca rezaram pai-nosso-que-estais-no-céu e Lulu, Maria José e Josefa seguiram Dositeo, abandonando sonhos e ilusões para ganharem outros sonhos e novas ilusões, aquelas que as estrelas caindo na noite trouxeram, e seriam andariços do senhor da Virgem, e purgariam os seus pecados seguindo o menino, servindo aquele profeta, que falaria ao povo, o milênio está próximo, o fim vem, lavem suas almas para o Juízo Final. E trilharam as caatingas e as veredas e as almas permaneceram para sempre puras, o corpo alimentado por insetos,

bebendo a água dos mandacarus e tendo visões do paraíso e, às vezes, tão cruas visões que sentiam o salgado do mar invadindo o sertão (Chiavenato, p. 195).

Conclusão

*A literatura não corrompe nem edifica, mas
humaniza em sentido profundo, porque faz viver.*

Antonio Candido

Ao iniciar a pesquisa sobre a Guerra de Canudos, meu interesse havia sido despertado pelo grande número de obras relativas a esse tema, especialmente nas últimas décadas, como já foi dito. Parecia no mínimo intrigante que a produção sobre o assunto estivesse crescendo ao invés de diminuir, algo que é curioso em nosso país, o qual possui a fama de esquecer o passado, de não cultivar a memória de seus fatos (e feitos) históricos. Seria Canudos uma exceção? De que modo a produção sobre o assunto estaria rememorando os fatos? Sob o viés da história tradicional?

Através desses questionamentos, o trabalho foi tomando corpo e, nesse processo, foi preciso estabelecer uma questão mais específica: já que grande parte das obras escritas nas últimas décadas são obras de ficção, de que modo a literatura estaria representando e/ou rememorando os acontecimentos? Através da representação de uma figura marcante para os acontecimentos – Antônio Conselheiro –, a tentativa do presente trabalho foi responder a

questão anterior. A expectativa era de que a literatura estivesse contribuindo como meio possível para uma reinterpretação dos acontecimentos.

Como foi especificado no corpo do trabalho, ao longo do tempo, especialmente durante a época do conflito, os fatos nos foram relatados de forma a desmerecer os vencidos. As versões oficiais narram os acontecimentos em questão como um feito heróico da República. Mais uma tentativa de obstrução da ordem democrática havia sido debelada. Como vários estudiosos apontam, usualmente o povo de Antônio Conselheiro era visto como o inimigo. Inimigo ora da democracia, ora da religião, ora da razão. Era urgente eliminar tal ameaça. A elite do litoral, os coronéis do sertão, a igreja e o exército se uniram para destruir o inimigo comum. E a imprensa foi, ao mesmo tempo, uma fonte geradora de pânico, o que só fazia aumentar o medo e o preconceito, e uma cúmplice das barbaridades cometidas.

Antônio Conselheiro, como líder do movimento, sofreu toda espécie de insultos e calúnias: os mais condescendentes achavam que era louco; a maioria acreditava que era um fanático; alguns o achavam mesmo um monstro, uma aberração. Será que as representações literárias de Antônio Conselheiro recuperam a imagem do líder de Belo Monte ou contribuem para alimentar as mesmas idéias veiculadas por vários autores através de toda sorte de gêneros textuais?

Para responder essa pergunta, é preciso questionar as fronteiras propostas até mesmo nesse trabalho: as fronteiras entre dimensão histórica e dimensão ficcional, ou seja, num sentido mais amplo, a fronteira entre literatura e história. Como já expusemos no capítulo 2, essa fronteira nem sempre existiu, mas foi (e é), desde quando estabelecida, discutível. Houve momentos em que era extremamente tênue, os dois discursos chegando a misturar-se. Em outros, a separação era cobrada, exigida mesmo para que se pudesse estabelecer a história como ciência.

Em relação a Canudos, a questão se torna bem interessante se pensarmos que os primeiros romances sobre a guerra foram escritos por pessoas que presenciaram o conflito: médicos, jornalistas, oficiais do exército. Como estabelecer ao certo o gênero dessas narrativas? Hoje sabemos que esses romances estão repletos de referências tiradas de textos de jornal, livros de história, geografia e outras áreas e que são relatos que se dizem, geralmente, fiéis à realidade. Por outro lado, a história de Canudos foi construída tendo por base muitos desses romances, ou muitas dessas narrativas geralmente classificadas como romances⁴⁹. Especialmente no caso da obra de Euclides, percebemos o quanto esse livro (ou certa interpretação sobre ele) guiou a representação histórica dos acontecimentos. Assim, a história é construída com base na literatura e vice-versa. Os registros por vezes se misturam nesse caso e os dois campos discursivos – história e literatura – têm muito a dizer em relação à construção da figura de Antônio Conselheiro no imaginário popular.

Em relação aos romances históricos, Esteves afirma:

Ficção e história também são, no entanto, apostas sobre o futuro. Se bem que escrever a história como romance e romances com os fatos da história já não signifique apenas a correção da versão oficial da história, nem tampouco um ato de oposição ao discurso do poder constituído, não deixa de continuar sendo ambas as coisas. As ficções sobre a história reconstroem versões, se opõem ao poder e, ao mesmo tempo, apontam para a frente. Entretanto, o que significa apontar para o futuro? Não significa certamente a intenção de se criar uma nova sociedade através do poder transformador da palavra escrita. Significa muito mais se escrever para forjar o leito de um rio por onde deverá navegar o futuro, no lugar dos desejos humanos (Esteves, 1998, p. 128).

⁴⁹ O livro O rei dos jagunços, de Manuel Benício por exemplo, é classificado como “crônica histórica”. O autor diz: “Abastado de provas e documentos, meti ombros à tarefa, valendo-me às vezes de publicações oficiais que aludiam ao caso recorrido. Deste modo organizei a presente obra em linguagem chã e brasileira, saturada da sintaxe e vocábulos adotados pelos nossos sertanejos, dando eu ao complexo um tom de romance (guardada a maior fidelidade histórica), pensando assim amenizar a aspereza do assunto e o enfado de descrições enfadonhas de quem não tem estilo.”

Poderíamos nos perguntar: por que Canudos está tão vivo em nossa memória? Por que escrevemos tanto sobre o tema? Para “forjar o leito de um rio por onde deverá navegar o futuro” pode ser uma boa resposta, já que o assunto parece tão atual, especialmente por estar relacionado à questão da desigualdade social, da desigualdade regional e da posse da terra pelos latifundiários. Ainda vivemos esses problemas, aliás, os maiores problemas sociais que vivemos, os quais geram consequências funestas relacionadas aos problemas urbanos, como violência, inchaço das grandes cidades, exploração do trabalho etc.

(...) Essa a grande herança dos modernos. Os avatares dos condenados de Canudos, em plena era de globalização, continuam a vagar sem nome, sem terra, sem história: são quase 60 milhões de pobres, parias e miseráveis esquecidos do Brasil (...) Canudos revive na miséria rural absoluta dos sem terra, mas revive também, sobretudo, na miséria urbana, suburbana e metropolitana das imensas cidades que concentram mais de 70% da população total do país. Nada mais emblemático, a esse propósito, do que a incrível migração do termo favela, inicialmente um topônimo que designava morro da favela, em Canudos, onde se amontoavam labirinticamente as habitações precaríssimas dos sertanejos, e, hoje, convertido num vocábulo de significado genérico para as moradias miseráveis nos maiores aglomerados urbanos (...) Talvez acordássemos do pesadelo acordado e da insensibilidade de sonâmbulos se víssemos algumas caras, recordássemos alguns nomes. O destino das crianças e mulheres de Canudos teima em atormentar as noites de nossa historiografia positiva. Responda rápido: quantas Canudos são massacradas por ano nas favelas, delegacias, ruas e ermos desse Brasil? Mas agora Canudos arde aqui, na minha alma, ‘como se fosse uma mão, fisicamente’ (Hardman, 1997).

O trecho acima marca bem a sobrevivência do tema nas questões sociais que nos afligem. Não podemos esquecer porque continuamos vivendo sempre a mesma história, não a

superamos. Apesar dos festejos da vitória, com a fim da guerra, algumas vozes se elevaram em defesa tardia dos sertanejos. Canudos parece ser um “trauma coletivo”. Vários estudiosos apontam, inclusive, um grande medo por parte do Estado e do exército de que o acontecido se repetisse.

Canudos, no norte da Bahia está a algumas centenas de quilômetros de Juazeiro , no sul do Ceará (...) Canudos não morreu com a guerra que exterminou impiedosamente os seus habitantes, porque Canudos era o sertão necessitado de pão e terra. Na falta disto, o sertão se rebelou. Destruída Canudos, não se resolveu o problema dos sertanejos que dariam vida às novas rebeliões. O aglomerado de Juazeiro não seria evidentemente tolerado e não fosse o paternalismo conciliador de Pe. Cícero . A prova disto está em um episódio ocorrido em 1936 que se prolongou até 1938, dois anos após a morte do Pe. Cícero: a pacífica experiência coletiva de 3.000 trabalhadores que viviam prosperamente em uma das fazendas do Pe. Cícero, a fazenda do "Caldeirão" , foi violentamente destruída por forças policiais que deram aos seus habitantes a ordem de dispersar e retornar aos seus locais de origem. A ordem evidentemente não foi acatada porque significava retornar à situação de miséria da qual tinham fugido. Os habitantes do Caldeirão em 1934 se colocaram assim a mesma questão que os habitantes de Canudos se colocaram trinta e sete anos antes: era a idéia da resistência até o último sangue, já que nada tinham a perder. E tiveram a mesmíssima sorte dos rebeldes de Canudos: foram massacrados e, como Canudos, Com armas mais modernas: metralhadoras e bombas dirigidas contra eles a partir dos aviões liberados para a tarefa pelo ministro da Guerra. Há 43 anos de distância , o hoje coronel Alfredo Dias, que comandou uma coluna contra os rebeldes do Caldeirão se defende nestes termos : "Eu estava cumprindo ordens, como militar. Além disso, aquilo era uma ameaça comunista, podia ser um novo Canudos. Era uma coisa esquisita, viu ?" O processo é único, portanto de Canudos(1893-97) ao Caldeirão (1936-38). E o processo histórico-cultural destes movimentos é único porque se desenvolve dentro de um quadro local e nacional cujas contradições são permanentes. Idênticos são os seus conteúdos e suas formas: opressão-miséria-rebelião-repressão (Massote, 1981) .

O medo de que a situação se repetisse não era certamente pelo número de vidas que poderiam ser perdidas ou pela violência que poderia ser desencadeada: o medo das autoridades era de que manifestações consideradas rebeldes atingissem a proporção de Canudos e o

governo não conseguisse debelá-las. É certo que vivenciamos as mesmas situações dentro de um sistema ou de um contexto econômico que foi sempre desigual e perverso em suas várias versões (capitalismo mercantil, industrial, financeiro etc) Sistema esse legitimado pela política corrupta e sem representatividade (seja na monarquia ou república). Enfim, é visível que ainda vivemos o quadro de miséria e opressão apontado por Massote (1981), o qual gera rebeliões outras e reações variadas, as quais, entretanto, continuam sendo reprimidas pela força do poder constituído. É claro que vivenciamos uma história bem parecida há muito tempo, mas será que continuamos a escrevê-la do mesmo jeito?

Parece que não. No caso de Canudos, somente com o livro de Euclides fica exposto o crime do Estado e de suas instituições; a guerra fratricida e cruel. Os Sertões expõem, de modo muito particular e genial, a interrogação que parecia embotada nas memórias (já que ele só foi lançado anos após a guerra), mas que muito se ouvira durante o conflito: como um bando de “fanáticos” rebelados pôde resistir tanto ao poder de fogo do exército brasileiro? Talvez esse seja o ponto singular de Canudos: a sua resistência impressionante. Ao interpretar os fatos, Euclides da Cunha parece embalado pela mesma dúvida. Ao denunciar o crime “das nacionalidades”, no entanto, denúncia que vai marcar muito fortemente os discursos e interpretações posteriores sobre a Guerra de Canudos, o autor se embasa em certas teorias científicas que hoje nos parecem bastante questionáveis e preconceituosas.

Como já dito, é a partir da década de 50 que a versão de Euclides começa a ser mais sistematicamente questionada. E não somente a visão de Euclides, mas também a da “história oficial”, construída com grande colaboração da imprensa. O questionamento vem em forma de vários tipos de texto, inclusive dos históricos e da própria imprensa atual. No caso do discurso histórico, como vimos, as transformações no modo de ver a historiografia e novas pesquisas sobre o tema em questão geraram, como consequência, uma série de trabalhos críticos, repletos

de novas interpretações sobre a guerra e sobre Antônio Conselheiro. A literatura, por sua vez, foi influenciada e influenciou nas mudanças.

No romance Capitão jagunço, representante da década de 50, fica perceptível como a mudança é real, apesar de lenta. O autor, embora tenha certa “condescendência com os jagunços”, e especialmente com Antônio Conselheiro, nos apresenta ainda uma interpretação fortemente baseada no campo semântico geralmente utilizado em relação ao povo do Belo Monte: violência, criminalidade, fanatismo. Antônio Conselheiro era um chefe que não mantinha controle sobre o seu grupo de seguidores. Se era impressionante, também era bastante impressionável. Através dessa imagem construída, percebemos a idéia de fanatismo ainda associada ao Conselheiro, que traz o estigma da loucura herdada de seus antepassados, a qual aflora por causa das decepções e dificuldades da vida mundana. Assim, a interpretação dos acontecimentos foge, mas pouco, ao que já haviam afirmado autores anteriores, inclusive Euclides, no qual o autor de Capitão jagunço se baseia.

Já nos romances contemporâneos, percebe-se uma mudança considerável na representação de Antônio Conselheiro. Em A casca da serpente, destaca-se a desmistificação produzida na personagem em questão; sua transformação de Bom Jesus em tio Antônio, um líder menos divino, mais humano. Concorrência de Itatimundé, o novo povoado construído pelos sobreviventes da Guerra de Canudos, é outra Canudos construída num lugar geográfico diferente, em condições diferentes, com um líder também diferente. Mas as pessoas continuam vivendo sob o regime do “comunitarismo”, o que torna a existência desse povoado uma ameaça. Outra vez a utopia é destruída, nos lembrando o caráter cíclico da história. O fato de Antônio Conselheiro ser transformado num líder bem menos contraditório aos olhos de qualquer leitor que não viva a realidade dos sertanejos não impede a opressão do poder constituído. Isso pode nos levar a refletir sobre uma questão: até que ponto o discurso sobre

Canudos e seu líder serviu como justificativa para um massacre que aconteceria de qualquer forma, visto que a maneira como seus habitantes viviam era um perigo para as elites dominantes?

No livro As memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano, há a problematização da figura de Antônio Conselheiro, que é um fantasma incompreensível para o frei doente. É um ser contraditório, mas o narrador destaca muito bem seu caráter de peregrino; epíteto, aliás, pelo qual o próprio Antônio definia-se. A culpa do frei pode servir para traduzir a culpa geral em relação aos acontecimentos. Em especial, a culpa dos membros representativos da elite (econômica e intelectual) que apoiaram a guerra e de alguma forma foram responsáveis pelo massacre. Outro fator importante nessa obra é a reflexão constante sobre a escrita da história ou a representação dos acontecimentos, uma tendência interessante que se observa em romances históricos contemporâneos⁵⁰.

Em As meninas do Belo Monte, essa interpelação da história também é comum. O leitor pode perceber uma crítica à maneira como os acontecimentos sempre foram retratados pela imprensa, por exemplo. Especialmente em relação a Antônio Conselheiro, o qual, segundo palavras do narrador, teria sido um dos homens mais caluniados pela República. Nesse livro, há uma grande mudança no perfil de Antônio Conselheiro: o narrador, ao recontar a história de Canudos, realmente toma o partido dos habitantes de Canudos. Mesmo assumindo essa postura, não deixa de mostrar certas contradições da situação. Nessa história, o líder Antônio Conselheiro é um líder solidário ao povo sertanejo, corajoso para enfrentar a batalha necessária e amoroso com seus seguidores. Ele “não fazia milagres. Não curava doentes. Não prometia o

⁵⁰ Linda Hutcheon aponta essas características como parte dos aspectos comuns aos romances contemporâneos que ela chama de metahistóricos.

céu. Dava a segurança da terra em liberdade. Não era santo, mas domava o vento ou ele se encantava nele” (Chiavenato, p.7).

Desde que aceitamos a literatura como uma forma de se escrever também a nossa história, podemos afirmar, no caso do tema em questão, que há obviamente uma mudança no modo de representarmos os acontecimentos. Uma mudança lenta, pois sabemos que, ainda hoje, há afirmações preconceituosas em relação aos habitantes de Canudos resultantes de interpretações tendenciosas⁵¹. Talvez a literatura seja um “modo privilegiado se ler os signos da história”, já que, nas palavras de Martinez (*apud* Esteves, 1998), os tempos mudaram e não tem mais sentido desentranhar as mentiras da memória criando uma contra-memória. Deixa de existir a necessidade de denunciar o tempo todo que a história oficial foi manipulada, sendo necessário reescrevê-la. O que sobreviveu a tantas crises – econômicas, políticas e de representação – foi o vazio. E ele começa a ser preenchido não por outra versão dos fatos, mas por uma série de versões (históricas e literárias).

As obras de ficção analisadas são válidas nesse sentido: como versões dos acontecimentos que dialogam entre si e com outros textos de variados gêneros de forma a aumentar nossas possibilidades de entendimento dos acontecimentos. Nem todas fazem parte do cânone nem são consideradas geniais como Os Sertões, mas todas escolheram a ficção como forma privilegiada para repensar a história, recriar a história. Esses textos fazem parte da imensa rede textual sobre o tema de Canudos e cada um traz sua contribuição para a interpretação dos fatos ou para a formação do imaginário. Na medida em que recriam esse imaginário de forma a superar um trauma coletivo e de forma a polemizar a representação tendenciosa e/ou preconceituosa, ressaltam o importante papel que a literatura pode desempenhar .

⁵¹ Como as apontadas no capítulo dois do presente trabalho, no item *Antônio Conceleheiro – o fanático*.

Apêndice

I - A cidade de Belo Monte

Refrão: Qual o mal-feito que nós praticamos

O que de errado o Belo Monte fez?

Se só lutamos, juntos, em comunhão?

Se o Bom Jesus uniu o camponês.

Aqui chegamos de um Nordeste brabo

Trazendo as marcas da exploração

Vimos da fome, vimos da doença

E aqui fizemos, muita comunhão.

Aqui chegamos de um atraso infame

Trazendo as chagas de uma dor sem fim

Vimos da Canga, vimos da miséria

E aqui fizemos, muita comunhão.

Aqui viemos cultivar a terra

Festa, trabalho, dor em multirão

A terra seca produziu fartura

E aqui fizemos, muita comunhão

Aqui viemos pela liberdade

Aqui plantamos paz no coração

Vimos o ermo ser comunidade

Sonho de um rei, orgulho de irmãos.

Pe. Enoque

A cidade de Belo Monte ou Canudos⁵², como se convencionou chamá-la, foi fundada por Antônio Conselheiro em 1893 às margens do rio Vaza-Barris. Quando ele e seus seguidores ali chegaram, o que havia era uma fazenda abandonada⁵³, com algumas casas e dois pontos de comércio. Segundo historiadores (Levine, 1995), o distrito de Santo Amaro de Queimadas (o qual incluía Cumbe, Canudos e outros vilarejos), era povoado, antes da chegada do Conselheiro, por 3360 habitantes. Dois anos depois, em 1895, a mesma população foi estimada em 35 mil habitantes, tornando-se, portanto, a cidade de Belo Monte, a segunda maior cidade do Estado da Bahia, só superada pela capital.

Antônio Conselheiro, depois de décadas de peregrinação pelos sertões, resolveu estabelecer-se com seu grupo de seguidores (que a essa altura já era bastante numeroso) nesse local depois do incidente ocorrido em Masseté, onde foi atacado pela polícia baiana. Antônio Maciel já havia sofrido outros ataques e até tinha sido preso⁵⁴, mas em face do recrudescimento das forças repressivas contra a sua pessoa, decidiu instalar-se definitivamente na antiga fazenda abandonada às margens do Vaza-Barris; região potencialmente fértil.

Para os seguidores do Conselheiro que lá se estabeleceram, Canudos era uma área fisicamente promissora. O alto sertão estava rodeado de rios (...) A chegada das chuvas fortes durante alguns

⁵² É importante ressaltar que Belo Monte foi o nome usado pelos seus habitantes e Canudos foi o nome utilizado pelos invasores.

⁵³ As terras da fazenda de Canudos, segundo alguns historiadores, pertenciam a uma sobrinha do Barão de Geremoabo. Já Marco Antonio Villa (Villa, 1995, p.55), baseado em informações trazidas por José Calasans, afirma que aquelas terras pertenciam aos senhores Lázaro Pereira Leal, Sebastião José Quadrado e Vitorino Santana.

⁵⁴ Foi preso em 1876, na Bahia. Ver capítulo *Antônio Conselheiro – o homem*.

meses, bem como o solo permeável e entrecortado de vales irregulares, criavam um “caótico sistema de drenagem”, contribuindo para a aparência selvagem da terra (Levine, 1995, p.127).

Apesar da impressão assustadora que a aparência do povoado poderia causar em alguém que não estivesse habituado com as moradias sertanejas, na verdade todos os lugares se assemelhavam naquela região (ainda se assemelham, aliás⁵⁵): “A cidade de Bom Conselho, por exemplo, possuía casas de taipa cobertas por folhas de palmeira, sendo que aberturas laterais substituíam portas e janelas. As famílias dos agregados tinham normalmente uma só peça de mobília: uma cama de casal onde dormiam juntos os pais e as crianças menores. Três ou quatro pedras grandes serviam como fogão. A maioria das construções dava para uma longa rua adjacente à capela” (Levine, 1995, p.131).

Segundo Villa (1995), depois do quarto ataque em menos de dois anos, Antônio Conselheiro resolveu fundar um arraial. Chegara o momento de criar um arraial que permitisse congregar seus seguidores imediatos e também aqueles que sempre o admiraram, mas não podiam viver sem uma morada fixa. Já o historiador Edmundo Moniz preferiu considerar que “Antônio Conselheiro começou a dar corpo à idéia de fundar uma cidade comunitária, onde não houvesse discriminação nem privilégios. É provável que nesta época já tivesse lido A Utopia de Tomas More” (Moniz, 1987, p. 41). Além disso, é partidário da idéia de que Antônio Conselheiro escolheu o lugar do arraial – cercado por cinco serras e bem distante da cidade mais próxima – pensando em táticas de defesa, inclusive em relação à distribuição das casas, as quais constituíam aglomeração estranha e singular comparável às casas sobrepostas de Magritte. Mas por que Antônio Conselheiro, construtor por natureza – é necessário lembrar –

⁵⁵ Sabemos que ainda hoje os sertanejos padecem dos mesmos problemas seculares: seca, fome, desamparo, falta de saúde, educação de qualidade, enfim, as condições de vida (moradia, recursos etc) de boa parte dos moradores dos sertões não mudaram ou mudaram pouco.

consentiu que se edificasse uma cidade tão extravagante? Se recordarmos a importância que o formato do arraial teve em sua defesa, podemos ser tentados a concordar.

No entanto, nem todos pensam assim: “Não é possível concordar com a idéia de que Antônio Conselheiro escolheu a região pensando num ataque governamental e daí buscou um lugar distante, de difícil acesso, pensando em transformá-lo numa fortaleza inexpugnável” (Villa, 1995, p. 54). Ao contrário, como afirma Villa, a manutenção dos contatos econômicos e sociais com as vilas e cidades da região era vital para a sobrevivência do arraial, além da existência de água no lugar, outro fator imprescindível.

A cidade fundada pelo peregrino tinha a economia baseada na agricultura e na criação de gado caprino, do qual se retiravam o couro para ser negociado fora do arraial. “A construção das casas seguia o padrão da região, e o Conselheiro nunca obrigou ninguém a participar das devoções” (Macedo, 1964, p. 31 e 68). O que era realmente proibido era o consumo de bebida alcoólica.

Ao que parece, ninguém passava fome, já que havia um suprimento comum destinado às famílias com menos condição de produzir ou aos recém-chegados. Segundo Villa (1995), a organização econômica tinha como base o comunitarismo, isto é, a responsabilidade de cada indivíduo pela manutenção da coletividade e na cidade sempre em crescimento, reinava a ordem e o afã do trabalho. Além disso, não existiam autoridades policiais nem coletores de impostos. Também não havia lugar para tabernas, nem prostíbulos, já que as mulheres não precisavam se prostituir para ganhar a vida.

É preciso concordar com a observação feita por alguns historiadores, como Levine (1995), em relação ao fato de Canudos, antes do ataque das forças do governo, funcionar eficazmente (apesar de sua população em constante expansão e da antipatia dos chefes locais) e disso ser inexplicavelmente aceito ou ignorado. Aos forasteiros, os habitantes das áreas rurais

interioranas pareciam raquíticos ou subumanos. Na verdade, percebe-se facilmente pelos relatos da época a distância que separa o sertão do “litoral”; não a física – que já era enorme –, mas uma outra distância, a cultural. São modo de vida e meio completamente diversos, onde a vida era inimaginavelmente difícil. A reputação de Canudos enquanto “núcleo de maníacos” dava um colorido ainda maior às impressões dos visitantes.

Algumas famílias renunciavam às suas posses terrenas quando chegavam a Canudos e, mesmo não sendo obrigadas a fazê-lo, faziam como ato penitencial. Os homens vestiam calças encardidas de algodão listrado, camisas grosseiras e sandálias de couro cru. As roupas das mulheres consistiam em camisas desengonçadas e camisões feitos com tão pouco tecido que os seios e a parte superior dos braços ficavam à mostra. Pedacos de lenha serviam de mobília, não havia camas ou mesa, apenas suportes de madeira e redes de linho, banquetinhas, cestos de madeira, recipientes de couro ou cabaças. Os alimentos eram preparados em fogueiras feitas de graveto e a céu aberto, em utensílio de madeira ou fragmentos de lata. A vida, em qualquer um dos inúmeros e desgraçados vilarejos do sertão, seguia esse mesmo padrão de privações: um legado de miséria afligia a região de Canudos, com cidades completamente despovoadas devido à fome que forçava as pessoas a fugirem. Na verdade, Canudos pode ter ostentado mais refinamentos do que a maioria de seus vizinhos. (Levine, 1995, p.237)

De acordo com Maestri (1997), o povoado de Canudos já existia com esse nome quando os conselheiristas lá chegaram. Eles o rebatizaram Belo Monte, tendo a cidade crescido bastante, mas o historiador em questão diz ser exagero dos cronistas a afirmação de que Belo Monte chegou a ser a segunda cidade mais populosa da Bahia.

Em relação aos relacionamentos conjugais, há divergência entre os estudiosos, pois enquanto alguns afirmam ser o Conselheiro bastante rígido moralmente, em parte por causa de sua própria antipatia para com o sexo feminino, em contrapartida, vários textos fazem referência ao “relaxamento de costumes” e mesmo à promiscuidade existente na comunidade.

Segundo Maestri (1997), a prostituição não era permitida. Entretanto, a vida sexual dos habitantes da aglomeração não era rígida. Como era e é normal entre as comunidades rurais brasileiras, afirma o autor, as uniões “livres” eram toleradas e bastante difundidas.

Esse mesmo historiador faz algumas observações importantes em relação ao modo como o conselheiro conduzia o dia-a-dia do arraial no tocante ao profano e ao sagrado, ou melhor, ao que tinha relação com os poderes civil e religioso. Havia uma cadeia conhecida como “poeira”, cujo próprio nome indica que era pouco utilizada. Ela servia apenas para reprimir pequenas faltas. Quando ocorriam delitos e crimes mais graves, os responsáveis eram banidos da comunidade ou entregues às autoridades da comarca de Monte Santo. Como jamais se arrogara poderes eclesiásticos, Antônio Maciel teria procedido do mesmo modo em relação ao poder civil. A vida cotidiana dos habitantes esteve profundamente associada ao sagrado. A comunidade era concebida como um espaço reservado aos eleitos de Deus. Uma terra em que corria um “rio de leite”, com barrancos de “cuzcuz de milho” – isto é, um local de abundância e de felicidade.

Muitos escritores diabolizaram Belo Monte, apresentado a comunidade como um reduto de miseráveis facínoras e de beatos enlouquecidos. Outros elevaram-na à situação de uma rica e pujante metrópole nos sertões nordestinos, um verdadeiro oásis social, como a prefiguração de uma sociedade da abundância, nascida de um coletivismo de cunho social ou religioso. Belo Monte era um grande arraial, formado por população majoritariamente humilde, acostumada a uma vida simples e frugal. Seus habitantes não encontravam na aglomeração uma vida de riquezas que o próprio desenvolvimento da produção da comunidade era incapaz de garantir. Os sertanejos encontravam certamente a segurança material e espiritual que a despótica sociedade de classes dos sertões brasileiros lhes negaria radicalmente. Belo Monte não era uma aglomeração de insurretos ou subversivos. Não era nem mesmo, o reduto de uma seita herética. De certo modo, o misticismo do arraial era comum a todo o sertão (Maestri, 1997).

Canudos era, assim, uma cidade muito parecida com todas as outras de sua região e, ao mesmo tempo, muito diferente, com sua própria lógica e um padrão de crescimento inversamente proporcional ao de seus vizinhos. Tudo sob o comando de Antônio Conselheiro.

II - A guerra de Canudos – a visão da elite ou motivações para o massacre

Os acontecimentos que desembocaram na guerra e a própria guerra foram amplamente divulgados pela imprensa da época. Aliás, é interessante ressaltar que Canudos foi um movimento extremamente importante do ponto de vista do desenvolvimento do jornalismo e da cobertura jornalística nos moldes que hoje conhecemos.

No trabalho de compilação das fontes jornalísticas feito por Galvão⁵⁶, percebemos que há vários tipos de apresentação dos fatos ligados à Guerra de Canudos, as quais a autora divide em três: galhofeira, sensacionalista e ponderada. Esta última é o modo mais escasso de apresentação do tema, por assim dizer, pois são raras as vozes razoáveis: o consenso era que o arraial de Belo Monte e os seus habitantes eram uma ameaça à ordem vigente e deviam ser combatidos.

Numa crônica de Machado, publicada na folha *A Semana* – era o ano de 1897 – o autor, com a ironia que lhe é peculiar, mostra-se intrigado com a “celebridade” de Antônio Conselheiro e, falando sobre o fato dos acontecimentos envolvendo esse homem terem feito baixar os títulos brasileiros, diz: “Vê se tu, leitor sem fanatismo, vê se és capaz de fazer baixar o menor de nossos títulos. Habitante da cidade, podes ser conhecido de toda a Rua do Ouvidor e seus arrabaldes (...) com tudo isso, com o teu nome nas folhas ou nas esquinas de uma rua,

⁵⁶ Galvão, Walnice Nogueira. No Calor da Hora. São Paulo: Ática, 1974.

não chegarás ao poder daquele homenzinho, que passeia pelo sertão (de) uma vila, uma pequena cidade, a que só falta uma folha, um teatro, um clube, uma polícia e sete ou oito roletas para entrar nos almanaques” (Machado de Assis, p.763).

As causas que deflagraram a guerra propriamente dita ainda são matéria de discussão entre os historiadores. A própria cobertura jornalística teve o seu papel em relação a isso, já que os jornais – e havia uma grande quantidade de jornais escritos nessa época no país – eram marcadamente ideológicos, alguns claramente porta-vozes de partidos políticos.

Assim, havia uma guerra ideológica que estava sendo travada na capital, entre monarquistas e republicanos. O movimento de Canudos era usado como munição contra os monarquistas; munição que feriu mortalmente Gentil de Castro, editor do jornal monarquista *Liberdade*. Este foi acusado por jornais republicanos⁵⁷ de ter enviado armas e dinheiro aos conselheiristas quando estes derrotaram a força militar comandada por Moreira César. Afinal, como explicar que um bando de fanáticos havia derrotado as forças republicanas? Sob a “lenha” da imprensa e a aquiescência de Prudente de Moraes e da polícia, vários jornais monarquistas foram atacados e a casa de Gentil de Castro invadida. O coronel tentou fugir de trem, mas foi morto por um tiro na estação São Francisco Xavier.

A notícia do assassinato parece ter inflamado ainda mais a capital e o presidente Prudente de Moraes encerrou-se em seu palácio sem tomar providências. Eduardo Prado, escrevendo sob pseudônimo, culpava violentamente o governo republicano tanto pelas derrotas em Canudos como por aquela atmosfera convulsiva que estava sendo criada pela imprensa. Declarações de figuras nacionais importantes, como o General Artur Oscar, também lançavam a culpa nos opositores políticos. “Há uma grande ironia em toda essa situação: a luta que estava

⁵⁷ Mais especificamente pelo jornal *A República*.

ocorrendo no sertão, divulgada como uma seriíssima ameaça à civilização, havia desencadeado distúrbios brutais no próprio âmago daquela “civilização”- as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo” (Levine, 1995, p.57 e 58).

A atuação de algumas pessoas, como o frei João Evangelista ou o juiz Arlindo Leoni, também foi importante no processo de organização das expedições armadas contra Canudos. No entanto, parece mais racional atribuir a causa da guerra a uma conjunção de fatores.

Segundo Sampaio (2001), em estudo a propósito das correspondências entre o Barão de Geremoabo e vários colaboradores, a questão de Canudos se agravou em relação direta ao acirramento da disputa pelo poder entre grupos oligárquicos. Para a autora, foi o medo que destruiu Canudos, mas “um medo diferente de todos os que os sertanejos estavam acostumados”, pois era um “medo construído, não só pelas facções políticas em luta, mas principalmente pelo exército e pela Igreja Católica” (Sampaio, 2001, p. 32). A imprensa encarregou-se de recriar e de espalhar esse medo que, de boca em boca, foi impregnando os brasileiros, especialmente após a terceira expedição militar. Esse medo que acabou destruindo Canudos não surgiu das camadas populares, mas foi construído pelas elites numa cruel e cruenta disputa pelo poder.

Muitas mudanças estavam ocorrendo no Brasil na década de 1890. A República tinha sido instalada quase sem resistência por um golpe militar e dois ditadores militares - Deodoro e Floriano - governaram nos primeiros anos, período de turbulência e algumas revoltas, abafadas às vezes de forma extremamente violenta; o que valeu ao último o conhecido apelido de marechal de ferro.

No ano da guerra de Canudos, o presidente era Prudente de Moraes, um civil. No entanto, para o povo, esse fato parecia não fazer diferença, já que este sofria ou continuava sofrendo com a falta de perspectiva de conseguir melhores condições de vida, afinal, o colapso

da monarquia em nada fizera mudar o antigo consenso da elite segundo o qual uma grande participação popular era impensável. Nas palavras de Levine (1995), o que efetivamente triunfara na República brasileira era um liberalismo abrandado e muito pouco ligado às questões sociais; uma espécie de imitação do sistema político norte-americano, sem, no entanto, nenhum tipo significativo de defesa dos direitos individuais ou qualquer compromisso referente à educação pública ou outros mecanismos que preparassem a população para o exercício efetivo da cidadania.

A república dá continuidade a uma política de exploração e desigualdade social, já que é um regime fomentado e implantado por elementos oriundos de uma elite econômica que, se não é exatamente a mesma do Período Imperial, fundiu-se a ela, dando mais poder à burguesia cafeeira e mantendo o secular e sagrado latifúndio. É claro que havia conflito, mais de interesses que de idéias talvez, pois havia diferenças entre setores da elite econômica e entre civis e militares. A tentativa de conciliação dessas diferenças tornou esse um período bastante turbulento. É interessante observar que os círculos monarquistas se formaram e foram fomentados no seio do novo regime, pelas políticas implantadas por seus representantes, pois, na época mesma da proclamação, a República enfrentou bem menos resistência, e menos organizada, que nos anos subsequentes.

O advento da ordem republicana inicia nitidamente um amplo processo de desestabilização e reajustamento social, o qual foi marcado também por uma série contínua de crises políticas – 1889, 1891, 1893, 1897, 1904. Todas elas, de acordo com Sevcenko (1995), foram repontadas por grandes ondas de “deposições”, “degolas”, “exílios”, “deportações”, que atingiram principalmente as elites tradicionais do império e o seu vasto círculo de clientes; mas tendendo e seguida a eliminar da cena política os grupos comprometidos com os anseios populares mais latentes e envolvidos nas correntes mais fervidas do republicanismo.

“Reforçando esse processo convulsivo de seleção política, o estabelecimento da nova ordem desencadeou simultaneamente uma permutação em larga amplitude dos grupos econômicos, ao promover a ‘queima de fortunas seculares’ com o Encilhamento”.

Se para a maior parte dos habitantes da capital – o povo – a República não fez diferença no sentido de melhorar a sua condição de vida, para o povo do sertão a expectativa de mudança real estava ainda mais distante. Ao contrário, a política fiscal adotada pela República, a qual incentivava ou permitia a cobrança de impostos pelos estados veio a agravar a situação dos sertanejos, já muito empobrecidos pelas constantes secas – destaca-se a de 1877 a 1880 – e agora coagidos a pagar novos tributos. Aos exploradores habituais – os senhores da terra – veio juntar-se o novo governo.

É bem conhecido o episódio em que Antônio Conselheiro rasga os editais de cobrança de impostos. Havia divergências entre o que pregava o Conselheiro e o que caracterizava o novo regime, pois aquele considerava que o imperador governava por direito divino e o casamento só poderia ser realizado pela igreja, ou seja, não aceitava o casamento civil. Mas embora Antônio Conselheiro se posicionasse contra a República e até pregasse contra ela, a tese de uma conspiração monárquica cai por terra assim que se realiza uma análise um pouco mais acurada dos fatos.

Na opinião de Moniz (1978), Antônio Conselheiro vira, na república, uma nova ameaça e um novo perigo. Não no regime em si, mas no fato de consolidar o poder dos grandes latifundiários. “Se o novo regime levasse a revolução burguesa até o campo teria, implicitamente, o apoio de Antônio Conselheiro. Haveria coincidência de idéias e de propósitos. Mas a república se limitou a dar poder político à burguesia e pôr de parte a reforma agrária. Se na cidade exercia um papel progressista, no campo tornou-se o esteio das forças conservadoras” (Moniz, p. 74).

Rui Barbosa achava exagero atribuir tanta importância a Canudos, considerando até uma ofensa aos monarquistas remanescentes dizer que eles estariam mancomunados com Antônio Conselheiro: “não nos é lícito desconhecer-lhes o patriotismo, a dignidade, o senso comum (dos monarquistas), *inconciliáveis* com a hipótese de uma restauração assente na vitória de uma *horda de mentecaptos e galés* sobre a razão nacional. São nossos compatriotas e nossos semelhantes: têm direito, ao menos, a esse rudimento de justiça.”⁵⁸ Os outros, os mentecaptos, são apenas um caso de polícia. A opinião de Rui Barbosa é comprovada pelo depoimento do coronel Carlos Maria da Silva Teles, uma das figuras mais destacadas da quarta expedição a Canudos: “Não há ali fim restaurador, nem mesmo influência de pessoas estranhas neste sentido (...) Como outros, também acreditava nos tais auxílios de fora e intenção monárquica, mas depois (...) fiquei convencido que tudo isto não passa de fantasmagorias” (Moniz, 1978, p. 64). Assim, através de diversos depoimentos de intelectuais, militares e mesmo dos jornalistas, o principal argumento que justificava a guerra vai perdendo sua força durante a campanha do exército, o que não evita o massacre dos sertanejos, entretanto.

A cidade de Belo Monte é fundada num momento extremamente conturbado do país, como já se disse, e os fatores que desencadearam a guerra têm relação com o estabelecimento do novo regime num sentido amplo: a situação da Bahia no contexto nacional e as disputas de poder dentro desse Estado⁵⁹; a situação de penúria dos sertanejos; a “guerra” ideológica entre monarquistas e republicanos; a dificuldade de se governar em meio a tantos fogos cruzados e

⁵⁸ Conferência pronunciada em 24 de maio de 1897 e publicada no Comércio de São Paulo.

⁵⁹ Há uma observação interessante do historiador Edmundo Moniz (1978, p. 103) sobre o governador da Bahia na época do conflito: “Embora tarde, Luiz Viana procurou evitar a guerra de Canudos, muito incômoda para seu governo. Enviou tropas a Juazeiro para defender a cidade e não para atacar Canudos”. As palavras que escreve na carta pessoal a Manoel Vitorino demonstram que julgava inconveniente uma nova expedição e que a tropa enviada para combater os “fanáticos” seria mais nociva à ordem pública que eles. Porém, teve que render-se, vítima de trama perigosa de seus adversários. Não podia resistir à pressão militar pela “revanche”, mas não contaria com o presidente em exercício Manoel Vitorino e nem com o Ministro de Guerra Dionísio Cerqueira... Foi obrigado a fazer concessões e aceitar, sem base jurídica, a guerra de Canudos com todas as suas trágicas consequências.

tendo um país quebrado economicamente e convulso politicamente, pouco atrativo aos investidores financeiros; o modo como a imprensa divulgou os fatos (e os boatos...); o fato dos grandes proprietários de terra estarem perdendo mão-de-obra e se sentindo ameaçados etc. Ou seja, como se disse, a guerra foi motivada por uma conjunção de fatores, entre os quais não podemos esquecer a religiosidade típica do sertanejo e a maneira como a Igreja conduziu a situação.

Sabe-se que o episódio que serviu de estopim para o conflito foi o fato de Antônio Conselheiro ter comprado um lote de madeira para a construção da nova igreja, o qual não lhe foi entregue. Mandou então avisar que mandaria seus homens buscarem a madeira que inclusive já havia sido paga. O juiz Arlindo Leoni, então, antigo inimigo do Conselheiro, escreveu ao governador pedindo uma força policial para deter os homens de Antônio Conselheiro, os quais ameaçavam invadir a cidade. Esse foi o estopim da guerra, o motivo concreto, digamos, do envio da primeira expedição.

Outro episódio importante nesse processo que teve como ápice a referida guerra foi a missão dos frades capuchinhos italianos. O arcebispo de Salvador nomeou um frade – frei João Evangelista de Monte Marciano – para instalar uma missão em Canudos. A idéia era dissolver o arraial e fazer os habitantes retornarem aos seus lugares de origem. Enfrentaram muita resistência. Os trabalhos não passaram de uma semana; talvez mais por falta de flexibilidade dos frades do que propriamente por causa dos canudenses. O que se sabe é que a guarda católica⁶⁰ do Conselheiro sentiu-se ofendida com as palavras e modos de frei João e a situação começou a tornar-se francamente belicosa, até a decisão de partida dos religiosos. Posteriormente, esse frei enviou aos seus superiores e ao governador um relatório – O

⁶⁰ A guarda católica de Antônio Conselheiro consistia num grupo de homens de sua confiança, os quais andavam armados no arraial e cuidavam principalmente da proteção do peregrino.

Relatório apresentado em 1895 pelo reverendo frei João Evangelista de Monte Marciano ao arcebispado da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial dos Canudos – cujo teor é francamente contrário ao povo “dos Canudos” e ao seu líder. Tal documento foi o primeiro com caráter oficial sobre a cidade, contendo descrições sobre hábitos dos moradores de Canudos e sobre o seu líder Antônio Conselheiro.

Depois da guerra, muitos intelectuais e jornalistas mudaram o tom de seus dizeres, motivados talvez pelas notícias mandadas por seus colegas correspondentes diretamente do front. Se as atrocidades cometidas pelas tropas são, de modo geral, omitidas ou parcialmente relatadas pelos correspondentes, a força da realidade empírica de alguma maneira se sobrepõe, destruindo de vez a crença em um foco de restauração monárquica. A degola, praticada pelos soldados em relação aos prisioneiros, também fica conhecida pelo público e há a ação do Comitê Patriótico, chefiado pelo também correspondente Lélis Piedade, o qual denuncia a perversa de escravização e exploração dos sobreviventes, principalmente mulheres e crianças, de Canudos.

Rui Barbosa, por exemplo, é um dos que mudam o tom de seu discurso. Ele que achava que os mentecaptos de Canudos eram apenas caso de polícia e até ofensa aos monarquistas se considerados como aliados, em discurso na câmara chama os mentecaptos de *meus clientes* e lamenta não ter pedido para eles o *habeas corpus* (Galvão, 1994, p. 98 e 99). Já João Brígido e Afonso Arinos⁶¹, mesmo antes das denúncias e do término do massacre, são vozes que destoam da maioria, por não entenderem Antônio Conselheiro e o povo de Belo Monte como a ameaça que estavam querendo fazer crer. É de Arinos a seguinte frase, com a qual fecha um de seus

⁶¹ O que os dois pensavam sobre Antônio Conselheiro está descrito mais detalhadamente no capítulo 1 deste trabalho.

editoriais: “Nós, brasileiros civilizados, queimamos mil homens em Canudos, para com essa fogueira humana aclararmos um pouco a noite da República” (Galvão, 1994, p. 102).

Mas apesar dos protestos de alguns, como nos mostra a autora em seu trabalho já citado, Galvão (1994) defende a idéia de que todos os intelectuais, fossem literatos ou cientistas, monarquistas ou republicanos, liberais declarados ou indiferentes, pareciam estar atrelados, de alguma forma, ao poder, sendo, assim, responsáveis pelo massacre. Empenhados que estavam na grande parada histórica do tempo que era a consolidação nacional. “Para fazê-la, foi preciso usar ferro e fogo, o que repugnou a alguns; mas a repugnância veio depois do perigo ter sido afastado ou quando estava prestes a sê-lo. O acionamento de métodos totalitários não é um dos princípios expressos na ideologia liberal; para extinguir toda dissidência é sempre preciso violar alguns princípios” (idem, p. 107).

Pode-se dizer que a idéia de Canudos como uma “ameaça à ordem pública” foi tomando corpo desde que a cidade foi fundada. Aliás, o seu fundador, muito antes, quando surgiu como o peregrino Antônio Conselheiro, já era visto pelas autoridades - primeiro eclesiásticas, depois civis - como ameaça. Essa idéia foi alimentada pela imprensa e pela maior parte dos intelectuais desse país na época, fazendo com que a guerra parecesse um desfecho inevitável, um ato mesmo de defesa, e não o massacre que foi.

Bibliografia

Obras do corpus

CHIAVENATO, Júlio José. *As meninas do Belo Monte*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1993.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

DANTAS, Paulo. *Capitão Jagunço*. São Paulo: Global, 1982.

MARCONDES, Ayrton. *Canudos – As memórias de frei João Evangelista de Monte Marciano*. São Paulo: Ed. Best Seller, 1997.

VEIGA, José J. *A casca da serpente*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2001.

Bibliografia geral

ABDALA, Benjamim Abdala Jr. & ALEXANDRE, Isabel. (orgs.) *Canudos – palavra de deus, sonho da terra*. São Paulo: Boitempo e SENAC, 1997.

ABREU, Regina. *O enigma de Os sertões*. Rio de Janeiro Rocco e FUNARTE, 1998.

AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrição prática da província da Bahia*. Salvador: Typografia do Diário da Bahia, 1888.

AGUIAR, Flávio; MEIHY, José C.; VASCONCELOS, Sandra G. (orgs.) *Gêneros de fronteira: cruzamento entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

AMORIM, Alan Ricardo de. “A Literatura em busca de um conceito”. In *Bimensal*, ano I, N. 02, julho de 2001, Maringá.

- ANDRADE, Olímpio de Souza. *História e interpretação de Os sertões*. São Paulo: EDART, 1966.
- AINSA, Fernando. "La reescritura de la historia em la nueva narrativa latinoamericana". In *Nueva época*, v.4, N. 28 , julho-agosto, 1991.
- ARAÚJO Sá, Antônio Fernando. "Canudos Plural: Memórias em confronto nas comemorações centenárias de Canudos (1993 – 1997)". http://www.infonet.com.br/canudos/canudos_plural.htm (acesso em 07/07/2006)
- ARINOS, Afonso. *Os jagunços*. Rio de Janeiro: Philobiblion , 1985.
- ASSIS, Machado de. *Obras completas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985. v. 3.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- AZEVEDO, Silvia M. "O Rei dos Jagunços: uma fonte esquecida de Os sertões". In *Remate de Males*, v. 13, Campinas: Ed. Unicamp, 1993.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- _____. *Marxismo e filosofia da linguagem..* São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARROS, Diana Luz P. de & FIORIN, José Luiz. *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: EDUSP, 1994.
- BARTELT, Danilo Dawid. "O cerco discursivo de Canudos". <http://www.portifolium.com.br/artigos> (acesso em 15/04/06).
- B. DE MENEZES, Eduardo Diatahy. "A historiografia tradicional de Canudos". <http://www.portifolium.com/artigos> (acesso em 15/04/06).
- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços - crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CALASANS, José. *Canudos na Literatura de Cordel*. São Paulo: Ática, 1984.
- _____. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro: contribuição ao estudo da campanha de Canudos*. Salvador: Tipografia Beneditina, 1950.
- _____. *No tempo de Antônio Conselheiro*. Salvador: Ed. da UFBA, 1959.
- _____. *A guerra de Canudos na poesia popular*. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1952.
- _____. "Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro". In: SAMPAIO NETO, José Augusto Vaz et alii, *Canudos. Subsídios para a sua Reavaliação Histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- CALMON, Pedro. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, v. 7.

CAROS AMIGOS Coleções, fascículo 2, Rebeldes brasileiros – homens e mulheres que desafiaram o poder. São Paulo: editora Casa Amarela, s/d.

CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CHARTIER, Roger. “O Passado Composto. Relações entre filosofia e história”. In CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990.

CHIAVENATO, Júlio José. *Lutas do povo brasileiro: do “descobrimento” a Canudos*. São Paulo: Moderna, 1989.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *Caderneta de campo*. São Paulo: Cultrix/MEC, 1975.

DANTAS, Gregório F. *O insólito na ficção de José J. Veiga*. Campinas, SP. 2002. 185 f. Dissertação (mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

ESTEVES, Antônio R. “O novo romance histórico brasileiro”. In ANTUNES, Letizia Z. (org.) *Estudos de Literatura e Lingüística*. São Paulo: Arte e Ciência; Assis, 1998.

FREITAS, Maria Teresa de. *Literatura e História - O Romance Revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual Editora, 1986.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No Calor da Hora*. São Paulo: Ática, 1974.

_____. *O Império do Belo Monte – Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

GÁRATE, Miriam V. *Civilização e barbárie n’Os Sertões – entre Domingo Faustino Sarmiento e Euclides da Cunha*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

GAÚCHOS em Canudos, *Zero Hora*, Porto Alegre, 16 out. 1997.13p. *Apud* GALVÃO, Walnice Nogueira. Breviário de Antônio Conselheiro. Salvador: EDUFBA, 2002.

HARDMAN, Francisco Foot. “Tróia de Taipa: de como Canudos queima aqui”. In ABDALA, Benjamin & ALEXANDRE, Isabel. *Canudos – Palavra de Deus, Sonho da Terra*. São Paulo: Senac e Boitempo Editorial, 1997.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo*. História, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

JASINSKY, Isabel. “O elogio da flexibilidade: atualidade de romance histórico em ‘A casca da serpente’ e ‘La guerra del fin del mundo’”. In *Fragmenta*, N.14. Curitiba, Editora UFPR, 1997.

HORCADES, Alvim Martins. *Descrição de uma viagem a Canudos*. Salvador: Typografia Tourinho, 1899.

LACAPRA, D. “ História e Romance”. *Revista de História*, (2-3): 107-124, 1995.

- LEVINE, Robert. *O sertão prometido*. São Paulo: Edusp, 1995.
- LUKACS, Georg. *La novela historica*. México: Era, 1971.
- LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota: a construção de Os sertões*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- LODI-RIBEIRO, Gerson. “Uma história sertaneja alternativa”. D.O Leitura, São Paulo, 12 (138) novembro de 1993.
- MACEDO, José Rivair & MAESTRI, Mário. *Belo Monte – Uma História da Guerra de Canudos*. São Paulo: Ed. Moderna, 1997.
- MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Ed. Renes, 1978.
- MACEDO SOARES, Henrique Duque-Estrada de. *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Typ. Altina, 1902.
- MARTINS, Paulo E. “50 Antônio e uma tragédia: Canudos”. <http://www.portifolium.com.br/artigos> (acesso em 07/07/06).
- MENTON, Seymour. *La Nueva Novela Histórica de la América Latina 1979-1992*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- MONIZ, Edmundo. *A guerra social de Canudos*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- MONTENEGRO, Abelardo. *Antônio Conselheiro*. Fortaleza, s.ed., 1954.
- NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos*. São Paulo: Nacional, 1978.
- PALMEIRA, J. da Costa. *A campanha do Conselheiro*. Rio de Janeiro, s.ed., 1934.
- POSSE, Abel. “La novela como nueva crónica de América”. In KOHUT, Karl (Ed.) *De conquistadores y conquistados*. Frankfurt: Vervuert Verlag, 1992.
- RELATÓRIO apresentado pelo frei João Evangelista de Monte Marciano ao arcebispo da Bahia sobre Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. 1895. 1987. Salvador, Centro de Estudos Baianos/ UFBA. Edição fac-similada.
- REMATE DE MALES, vol.13, Dossiê Euclides da Cunha. Campinas: Instituto de Estudos da linguagem da Unicamp, 1993.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *Canudos – Cartas Para o Barão*. São Paulo: Edusp, 2001.
- SILVA, Teresa Cristina Cerdeira da. *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SOLA, José Antônio. *Canudos – Uma utopia no sertão*. São Paulo: Contexto, 1991.

TAVARES, Odorico. *Bahia – imagens da terra e do povo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história..* Brasília: UnB, 1995.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos – o povo da terra*. São Paulo: Ática, 1995.

ZILLY, B.: “A guerra como painel e espetáculo. A História encenada” em *Os sertões. História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. V (suplemento), xx-xx julho de 1998.

Sites da Internet:

http://www.wikipedia.org/wiki/Guerra_de_Canudos (acesso em 10/07/06)

<http://www.historiadobrasil.net/guerradecanudos> (acesso em 10/07/2006)

<http://www.usp.br/revistausp/n20/numero20.html> (acesso em 15/04/06)

<http://www.portifolium.com.br> (acesso em 07/07/06)

<http://www.infonet.com.br/canudos> (acesso em 15/04/2006)

<http://www.rubedo.psc.br | Artigos | © Verônica Cavalcante Bernardi> (acesso em 10/01/2007)

<http://www.massote.pro.br/Noticias/antonio.htm> (acesso em 12/04/06)